



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

SEVERINO ALVES COUTINHO

**NOVA CRUZ: SUA DINÂMICA E AS RELAÇÕES COM AS CIDADES DE
MONTANHAS E LAGOA D'ANTA - RN**

**JOÃO PESSOA/PB
2010**

SEVERINO ALVES COUTINHO

**NOVA CRUZ: SUA DINÂMICA E AS RELAÇÕES COM AS CIDADES DE
MONTANHAS E LAGOA D'ANTA - RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso

**JOÃO PESSOA/PB
2010**

C871n Coutinho, Severino Alves.

Nova Cruz: sua dinâmica e as relações com as cidades de Montanhas e Lagoa D'Anta-RN / Severino Alves Coutinho. -- João Pessoa: [s.n.], 2010.

162f. : il.

Orientador: Carlos Augusto de Amorim Cardoso.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN.

1.Geografia. 2.Cidades pequenas. 3.Setor terciário. 4.Centralidade. 5.Consumo.

UFPB/BC

CDU: 91(043)

**“Nova Cruz: Sua Dinâmica e as Relações com as Cidades de
Montanhas e Lagoa D’Anta - RN”**

por

Severino Alves Coutinho

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

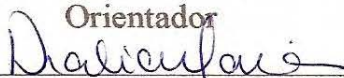
Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:



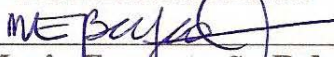
Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso

Orientador



Profª Drª Doralice Satyro Maia

Examinadora interna



Profª Drª Maria Encarnação Beltrão Spósito

Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Agosto/2010

A todos que nos orientaram no sentido de vencer as dificuldades.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter concedido ânimo e capacidade para a realização deste trabalho.

Aos nossos familiares, pelo estímulo, no sentido de superar dificuldades e crescer em termos profissionais.

Ao professor Carlos Augusto, pela orientação e dedicação dispensada durante a realização deste trabalho. Suas contribuições foram essenciais para o fortalecimento das ideias pertinentes à proposta de pesquisa, que foi fundamental para que tal objetivo pudesse se concretizar. A ele agradeço, pelo incentivo e amizade e, principalmente, pela importante colaboração no processo que resultou no desenvolvimento e conclusão final da dissertação.

À professora Doralice Sátyro, pelas sugestões bibliográficas, em especial sobre a temática “cidades pequenas”, e que foram fundamentais para enriquecer ainda mais a pesquisa. Agradeço ainda, pelo constante apoio, pelas discussões preliminares desde o Seminário de Dissertação até o Exame de Qualificação e por ter aceitado o convite para participar como examinadora deste trabalho.

A professora Maria Encarnação Beltrão Sposito da Universidade Estadual Paulista, que gentilmente se prontificou a participar da banca examinadora. Agradeço também ao professor Victor Ribeiro Filho da Universidade Federal de Uberlândia pela avaliação e pelas considerações feitas a respeito do texto desenvolvido, ainda na qualificação. Suas orientações foram essenciais para um olhar mais reflexivo e sistemático sobre a temática proposta para a dissertação.

Aos amigos conquistados durante a trajetória do curso de Geografia. Entre eles, Silvânia, amiga do Mestrado, com quem mais interagia, tanto em relação às disciplinas cursadas quanto sobre o texto da dissertação. Essa relação de amizade foi fundamental para sanarmos dúvidas e darmos andamento às atividades durante o período do curso, por mais que nossas linhas de pesquisas fossem diferentes.

Neste rol de amigos não poderia deixar de mencionar André Balduino, pelas orientações e normas da ABNT e Rogério Felipe, colega de trabalho da cidade de Nova Cruz, que por algumas vezes abriu mão de seus afazeres para colaborar com as fotografias e aplicação de questionários. Tais contribuições foram significativamente importantes para a composição deste trabalho.

Esse conjunto de colaborações, tanto de professores como de amigos, foi essencial para um melhor encaminhamento da nossa proposta de trabalho e nos possibilitaram um conjunto de procedimentos como pesquisa, seleção e análise, de forma a viabilizar um estudo significativo e de qualidade.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

As cidades são os pontos focais da ocupação e utilização da terra pelo homem. Sendo ao mesmo tempo um produto de e uma influência sobre as regiões circunvizinhas, elas se desenvolvem segundo padrões característicos, em resposta a necessidades econômicas e sociais.

Harris & Ullman

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar a dinâmica de Nova Cruz e suas relações com as cidades de Montanhas e Lagoa d'Anta situadas na porção sul do Estado do Rio Grande do Norte. Além disso, avalia a situação das atividades terciárias e as articulações entre essas cidades, verificando as mudanças ocorridas com o processo de urbanização estabelecido e as tendências de expansão e consolidação do setor terciário para a economia da cidade central. Contexto em que se insere Nova Cruz, espaço de maior dinamicidade que reflete centralidade regional, para onde converge significativa parcela dos investimentos públicos do Estado em equipamentos urbanos na região, de modo a absorver e viabilizar um melhor desenvolvimento de atividades ligadas aos empreendimentos comerciais e aos serviços, o que gera interação com populações de outras cidades e proporciona funcionalidade e condições à sociedade para a realização do consumo. Essa realidade tem originado relações a partir da dinâmica econômica e da capacidade produtiva da qual as cidades pequenas fazem parte. É evidente que cada cidade é diferente e apresenta sua própria especificidade, seja ela influente ou dependente. Nesse sentido, devem ser entendidas como elementos integrantes do sistema capitalista onde predominam singularidades que se expressam através das estruturas econômicas, políticas, sociais e de suas inter-relações espaciais.

Palavras-chave: Centralidade. Cidades pequenas. Consumo. Setor terciário.

ABSTRACT

The present work intends to analyze the dynamics of Nova Cruz and its relationships with the cities of Montanhas and Lagoa d'Anta placed in the south portion of the State of Rio Grande do Norte. Besides, it evaluates the situation of the tertiary activities and the articulations among those cities, verifying the changes happened with the established urbanization process and the expansion tendencies and consolidation of the tertiary section for the economy of the central city. Context in that inserts Nova Cruz space of larger dynamicity than it reflects regional centrality, where significant portion of the public investments of the State converges in urban equipments in the area, in way to absorb and to make possible a better development of activities linked to the commercial enterprises and the services, what generates interaction with populations of other cities and it provides functionality and conditions to the society for the accomplishment of the consumption. That reality has originated relationships starting from the economical dynamics and of the productive capacity of the which the small cities are part. It is evident that each city is different and it presents its own specificity, influential or dependent. Accordingly, they should be understood as integral elements of the capitalist system where prevail singularities that they are expressed through the economical structures, politics, social and of their space interrelations.

Keywords: Centrality. Small cities. Consumption. Tertiary section.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Situação geográfica das cidades pesquisadas.....	39
Figura 02: Casa da Cultura Popular Lauro Arruda Câmara - Nova Cruz, RN	41
Figura 03: Feira livre municipal na rua João Bezerril, centro - Lagoa d'Anta	43
Figura 04: Casa de farinha na rua Ricardo Moraes - Lagoa d'Anta	44
Figura 05: Casa de farinha na rua Manoel Guedes de Moura – Lagoa d'Anta	44
Figura 06: Casa de farinha na rua Olívia Olindina - Lagoa d'Anta	45
Figura 07: Casa de farinha na rua Antônio Padilha - Lagoa d'Anta	45
Figura 08: Pequena agência do Bradesco na praça 20 de Julho – Montanhas	46
Figura 09: Terminal de autoatendimento do banco do Brasil na praça 20 de Julho – Montanhas	47
Figura 10: Lotérica na praça 20 de Julho – Montanhas	47
Figura 11: Curral existente na rua São José – Montanhas	48
Figura 12: Trabalhadores de Montanhas retornando da usina após dia de trabalho em outros municípios. Imagem na rua Princesa Isabel	48
Figura 13: Mapa de localização das cidades de Lagoa d'Anta, Nova Cruz e Montanhas, RN	50
Figura 14: Centro - Nova Cruz, RN	77
Figura 15: Bairro São Sebastião - Nova Cruz, RN	84
Figura 16: Localização das cidades dos consumidores da feira de Nova Cruz, RN	123
Figura 17: Planta da cidade de Nova Cruz, RN	127
Figura 18: Rua Dr. Pedro Velho, centro – Nova Cruz, RN	128
Figura 19: Rua Industrial José de Brito, São Sebastião – Nova Cruz, RN	128
Figura 20: Feira livre municipal na rua Dr. Pedro Velho – Nova Cruz, RN - anos 40 ..	130
Figura 21: Lojas e bares no espaço do mercado público	134
Figura 22: Salão onde funciona parte da feira e onde se realiza festas	134

Figura 23: Feira livre municipal na rua Industrial José de Brito – Nova Cruz, RN	137
Figura 24: Feira livre municipal no espaço por trás do mercado público – Bairro de São Sebastião, Nova Cruz, RN.....	137
Figura 25: Feira livre municipal na rua 1º de Maio – Bairro de São Sebastião, Nova Cruz, RN	137
Figura 26: Mercado público municipal na rua Industrial José de Brito – Bairro de São Sebastião - Nova Cruz, RN	143

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: População do Estado do Rio Grande do Norte, 1970-2000	65
Gráfico 02: Utilização do comércio e dos serviços em relação a um atendimento satisfatório na cidade de Lagoa d'Anta	102
Gráfico 03: Utilização do comércio e dos serviços em relação a um atendimento satisfatório na cidade de Montanhas	103
Gráfico 04: Percentual de pessoas de Lagoa d'Anta que se deslocam até outras cidades para fazer compras ou utilizar serviços	103
Gráfico 05: Percentual de pessoas de Montanhas que se deslocam até outras cidades para fazer compras ou utilizar serviços	104
Gráfico 06: Atividades terciárias utilizadas na cidade de Nova Cruz pela população de Lagoa d'Anta	104
Gráfico 07: Atividades terciárias utilizadas na cidade de Nova Cruz pela população de Montanhas	105
Gráfico 08: Utilização do comércio e dos serviços em relação a um atendimento satisfatório na cidade de Lagoa d'Anta	106
Gráfico 09: Utilização do comércio e dos serviços em relação a um atendimento satisfatório na cidade de Montanhas	106
Gráfico 10: Percentual de pessoas de Lagoa d'Anta que se deslocam até outras cidades para fazer compras ou utilizar serviços	107
Gráfico 11: Percentual de pessoas de Montanhas que se deslocam até outras cidades para fazer compras ou utilizar serviços	107
Gráfico 12: Atividades terciárias utilizadas na cidade de Nova Cruz pela população de Lagoa d'Anta	108
Gráfico 13: Atividades terciárias utilizadas na cidade de Nova Cruz pela população de Montanhas	108
Gráfico 14: Local de residência dos feirantes de Nova Cruz	120
Gráfico 15: Tempo de atuação dos feirantes	121
Gráfico 16: Local de residência dos consumidores da feira de Nova Cruz	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distribuição da população das cidades do Rio Grande do Norte por grupos populacionais	31
Tabela 02: População residente, por situação do domicílio, nos municípios de Montanhas, Lagoa d'Anta e Nova Cruz, RN	51
Tabela 03: Estabelecimentos de ensino, por dependência administrativa, nos municípios de Lagoa d'Anta, Montanhas e Nova Cruz - 1989, 1994 e 2001	52
Tabela 04: Estabelecimentos de saúde, por especialidade clínica, nos municípios de Lagoa d'Anta, Montanhas e Nova Cruz – 1989, 1994 e 2001	53
Tabela 05: Serviços bancários e de comunicação nas cidades de Lagoa d'Anta, Montanhas e Nova Cruz - 2003	54
Tabela 06: Taxas regionais de urbanização	61
Tabela 07: Distribuição da população das cidades do Nordeste por grupos populacionais	62
Tabela 08: População do Estado do Rio Grande do Norte, 1970 – 2000	64
Tabela 09: Nova Cruz: Local de residência dos frequentadores do centro – 2009	79
Tabela 10: Nova Cruz: Índice de escolaridade dos frequentadores do centro – 2009	80
Tabela 11: Nova Cruz: Renda familiar dos frequentadores do centro – 2009	80
Tabela 12: Nova Cruz: Meio de transporte utilizado para deslocamento ao centro – 2009	81
Tabela 13: Nova Cruz: Bens e serviços procurados no centro – 2009	81
Tabela 14: Nova Cruz: Motivos de frequentar o centro – 2009	82
Tabela 15: Nova Cruz: Periodicidade dos frequentadores na frequência ao centro – 2009	82
Tabela 16: Nova Cruz: Tempo médio de permanência de frequentadores no centro – 2009	83
Tabela 17: Nova Cruz: Facilidade no acesso ao centro – 2009	83
Tabela 18: Nova Cruz: Pessoas que gostam do centro – 2009	83
Tabela 19: Municípios de residência dos alunos dos cursos de graduação na cidade de Nova Cruz, RN	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Estabelecimentos comerciais na rua Dr. Pedro Velho – centro – Nova Cruz	100
Quadro 02: Estabelecimentos comerciais na rua 15 de Novembro – centro – Nova Cruz	101

LISTA DE SIGLAS

AABB: Associação Atlética do Banco do Brasil

DIRED: Diretório Regional de Educação - RN

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFRN: Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte

NESA: Núcleo de Ensino Superior do Agreste - RN

REGIC: Regiões de Influência das Cidades

UERN: Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - UM OLHAR SOBRE AS CIDADES PEQUENAS	23
1.1 Síntese histórica e perfil urbano das cidades em análise	38
1.2 A urbanização e o mundo rural nas cidades pequenas	55
1.3 A urbanização no Nordeste e as cidades pequenas	57
CAPÍTULO 2 - NOVA CRUZ COMO CENTRO DINÂMICO NA REGIÃO	66
2.1 A mobilidade da população: fluxo e retorno diário à cidade de origem	71
2.2 As cidades e suas relações: Nova cruz, Montanhas e Lagoa d'Anta	87
2.3 Uma cidade de economia terciária	99
CAPÍTULO 3 - A FEIRA DE NOVA CRUZ, RN: UMA TRADIÇÃO QUE PERMANECE NA MODERNIDADE	111
3.1 A feira e as novas formas de comércio: elementos de referência regional	114
3.2 O que permanece e o que mudou a partir do funcionamento da feira em duas vias comerciais da cidade: as ruas Dr. Pedro Velho e Industrial José de Brito	125
3.3 O mercado público municipal: lugar de encontro e de consumo nos dias de feira	141
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICES	163

INTRODUÇÃO

A cidade se constitui como um importante elemento na compreensão da dinâmica da sociedade. Nela viabilizam-se com maior facilidade as manifestações culturais, a organização produtiva e as articulações políticas, conforme as especificidades e a funcionalidade das atividades desenvolvidas. Tais condições dão maior mobilidade às relações entre os pequenos, médios e grandes centros, o que significa menor isolamento em função das interações e das transformações promovidas pelo poder público, pelas empresas e pela sociedade civil. Sendo assim,

podemos dizer que as cidades podem ser vistas como um ente de muita complexidade. Portanto, uma multiplicidade de lugares e de territórios com faces, formas e nomenclaturas diversas, que se manifestam nas interações sociais, econômicas e culturais. Vista assim, a cidade é multiplicadora de interações [...], onde o conjunto de relações de poder estabelecidas no seu espaço físico lhe dá conteúdo e forma (GOMES, 2009, p. 127).

Desse modo, as modificações ocorridas têm demonstrado o grau de interesse da sociedade em desenhar espaços geográficos determinados a atender necessidades materiais e imateriais da vida humana. Nesse sentido, os desafios de realidades culturais cada vez mais diversificadas impõem ao homem criar e recriar técnicas, tendo em vista aumentar a produtividade através do trabalho.

Esse aumento, com o consequente incremento do consumo, exigiu que determinadas áreas territoriais melhor se articulassem quanto às questões econômicas e sociais, o que pode ser considerado uma das razões para o surgimento das cidades. Habitat complexo, caracterizado por múltiplas relações entre os seres humanos e entre eles e a natureza e que se refletem na paisagem urbana contemporânea. Sposito (apud MORANDI, 2001, p. 137), acrescenta:

Lugar da ordem e da contraordem, dos sistemas econômicos, e das lutas sociais. É o lugar das funções, mas é também natureza que se rebela (basta se lembrar das enchentes). É comunicação e encontro, mas também isolamento, desencontro e procura. Enfim, a cidade é riqueza e é pobreza, beleza e feiúra, é evolução, transformação e revolução, é unidade e diversidade.

Na cidade configura-se um elo de dinamicidade, repleto de adversidades estritamente interligadas, quer diretamente, quer indiretamente. Nela expressam-se processos sociais

relativos ao tempo e ao espaço, onde se originam formas e movimentos aos quais estão presentes interações e contradições, impulsionadas por mudanças nem sempre favoráveis à comunidade. Embora essas situações atuais da modernidade sejam adequadas inovações científicas e tecnológicas, ainda há marcas históricas a permear entre as aglomerações populacionais.

A cidade é, assim, o lugar do trabalho, das vivências individuais e coletivas. Em outros termos, é um ambiente onde se precisa pensar o indivíduo enquanto ser que sente e aspira condição material e humana, incluindo tradições e opções relacionadas aos modos de vida, tendo em vista sua diversidade e heterogeneidade, o que implica perfis espaciais diferentes, conforme suas relações, interações e trabalho desenvolvidos no espaço. Atualmente, esse processo é condicionado por valores que impõem seletividade e não acessibilidade, devido ao gerenciamento econômico e a irregular distribuição de renda que se reflete em grandes desigualdades. Neste sentido,

o importante é considerar que a cidade, concentração de homens, de necessidades, de possibilidades de toda a espécie (trabalho, informação...), com uma capacidade de organização e transmissão, é ao mesmo tempo sujeito e objeto. Enquanto objeto, a cidade existe materialmente; atrai e acolhe habitantes aos quais fornece, através da sua produção própria, do seu comércio e dos seus diversos equipamentos, a maior parte de tudo o que eles necessitam; é o lugar onde os contactos de toda natureza são favorecidos e maximizados os resultados; a cidade contribui essencialmente para a dupla ligação entre o espaço periférico que mais ou menos domina e o espaço longínquo com o qual mantém ligações complexas. Mas o corolário desta função objeto é um verdadeiro papel de intervenção, de função sujeito (BEAJEAU-GARNIER, 1997, p. 11).

Considerando essa realidade e com um pensamento voltado para a atualidade é que se pretende analisar o espaço geográfico de Nova Cruz como centro dinâmico na região. Para isso, será levado em conta um estudo que contemple os dados populacionais, o crescimento urbano e as atividades desenvolvidas no intuito de se entender os principais aspectos que levaram à sua formação. E, por conseguinte, à condição de cidade que recebe os maiores investimentos em instituições públicas do Estado, dentre os demais centros que compõem o quadro regional.

Cabe salientar a importância de aspectos históricos, políticos e sociais cuja interação interfere em maior ou menor grau nos níveis de desenvolvimento das cidades. Lugares privilegiados pelas principais atividades econômicas e de áreas de consumo de bens produzidos pelas indústrias, onde os estabelecimentos comerciais se multiplicam, e as redes

de prestação de serviços se ampliam de acordo com a abrangência e complexidade de seus territórios – integrados, dissociados, produtivos, atrativos, dependentes ou influentes – resultado que são de ações desencadeadas por agentes modificadores do espaço geográfico.

Este estudo tem a intenção de avaliar a situação das atividades terciárias presentes na área urbana do município de Nova Cruz e sua influência em relação as cidades de Montanhas e Lagoa d'Anta; verificando as mudanças ocorridas a partir do grau de urbanização estabelecido bem como as tendências de expansão e consolidação dessas atividades para a economia local. Logo, esse espaço torna-se um centro onde emergem novas relações com a manutenção de estilos de vida comuns e a inserção de valores que se difundem em forma de um novo conteúdo no cotidiano das cidades.

A esse conjunto articulado de centros urbanos, Corrêa (2006, p. 27) define como uma espacialidade funcional dinâmica, esclarecendo que

A rede urbana é um reflexo, na realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais [...] que, efetivamente, introduzem [...] atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos. Diferenciações que, por sua vez, condicionam novas ações. Neste sentido, é necessário que se compreenda a lógica da implantação das atividades no mais ou menos complexo mosaico de centros [...] em seus diferenciados papéis e pesos. Isto implica o desvendamento das motivações dos diversos agentes sociais, bem como o entendimento dos conflitos de interesses entre eles e suas aparentes soluções [...]. Implica, ainda, colocar em evidência as práticas que viabilizaram a articulação entre os distintos centros urbanos [...] bem como compreender a inércia que, pelo menos durante um certo tempo, cristaliza um determinado padrão espacial de funcionalidades urbanas.

O espaço geográfico é entendido, nesse caso específico, com base nas diferentes formas de produção, da mais simples a mais moderna. E são perceptíveis nas mudanças que implicam novas interações na rede urbana das cidades, hoje com maior intensidade devido ao uso frequente da ciência e dos inúmeros recursos tecnológicos. Tais mudanças garantem redução das distâncias, de perdas de tempo e da possibilidade de mais qualidade no atendimento às necessidades da população, em especial da cidade principal.

Dessa forma, a demanda por produtos e serviços requisitou a reestruturação do espaço nova-cruzensense com o estabelecimento de novas atividades, ao mesmo tempo em que as antigas formas de sobrevivência recebessem significado novo, capaz de responder às expectativas do mercado sem perder sua originalidade.

Nesse aspecto se enquadra a feira livre municipal como um evento popular já consolidado. Um tipo de mercado periódico que inicialmente funcionava em um dia da

semana e, nos dias atuais, funciona em dois dias (segundas e quintas-feiras), o que dá uma dimensão escalar mais ampla no contexto de localidades próximas, incluindo algumas áreas do Estado da Paraíba.

Nessa visão, ao mesmo tempo em que se estruturou o comércio popular como *locus* de resistência frente ao aparecimento de novas formas de consumo, vão surgindo serviços com funções adaptadas às demandas específicas locais, geralmente beneficiadas por equipamentos urbanos que se firmam e determinam particularidades que diferem de outras cidades.

Essa peculiaridade, em consonância com as mudanças geradas pela sociedade moderna, levou a certa cooperação quanto ao crescimento das antigas e de novas atividades. Uma espécie de interdependência que contribuiu para alargar a dinâmica comercial, permitindo ao centro de Nova Cruz o posto de liderança entre as cidades localizadas em torno de seu território ou em sua região polarizada.

Segundo Christaller (1966), a demanda frequente por atividades acarreta padrões de localização diferenciados. Dessa maneira, o consumo de bens e serviços de uso mais frequente pode ser oferecido por centros com maior acessibilidade a uma população próxima, configurando-se como espaço de mercado mínimo e de alcance espacial reduzido. Por outro lado, o uso de bens e serviços mais raros tem mercado mínimo, porém alcance espacial maior, e se restringe a um menor número de centros de hierarquia urbana mais elevada. Assim,

Neste processo de articulação e integração, sob o domínio da produção capitalista, crescente e diversificada, os mecanismos econômicos de alcance espacial máximo e mínimo e de economias de aglomeração adquirem um significado novo que é o da própria acumulação capitalista, e geram uma diferenciação hierárquica entre todos os centros de uma rede de distribuição (CORRÊA, 2005, p. 18-19).

Dessa forma, as especificidades e as variáveis numa escala de ordem espacial (local ou regional) refletem a expansão e a construção do urbano da cidade de Nova Cruz, espaço, hoje, dotado de melhor infraestrutura do ponto de vista da hierarquia das cidades, cujos aspectos são distintos em relação aos demais lugares, pela substancial condição de materializar investimentos vinculados ao setor terciário, calcados nas necessidades internas e externas da região.

Intensificam-se as trocas com esses centros dependentes do setor terciário desenvolvido em Nova Cruz, lugar que, desde sua origem aos dias atuais, projeta-se segundo peculiaridades próprias, proporcionando aos seus moradores e de outras localidades, a sua utilização como via para a realização do consumo.

Situada no Agreste Potiguar, a cidade de Nova Cruz, é vista como um centro importante no Estado do Rio Grande do Norte. Apesar de estar numa das regiões brasileiras de fraco dinamismo econômico, ela se destaca não somente por apresentar maior contingente populacional, mas principalmente por ter se estruturado a partir das atividades comerciais e de serviços, tornando-se um espaço mais atrativo.

Partindo dessa contextualização, este trabalho foi estruturado em três capítulos, com o objetivo de entender a complexa reordenação desses espaços. Para isso, utilizou-se alguns procedimentos metodológicos como atividades de leitura, observação e coleta de informações que nos permitisse um melhor conhecimento da natureza dos processos de organização da realidade geográfica em questão.

Inicialmente contemplou-se a pesquisa bibliográfica, recorrendo-se aos livros, dissertações, teses e artigos científicos para melhor compreensão da temática abordada. Com o aprofundamento acerca das questões teóricas e com a definição dos instrumentos para coleta de informações deu-se início ao trabalho de pesquisa nas áreas urbanas definidas como campo de estudo. Foram aplicados questionários nas cidades de Montanhas e Lagoa d'Anta, buscando-se analisar os problemas vivenciados em face da carência do comércio e dos serviços ofertados em suas localidades. Situação na qual implica no deslocamento de parte de sua população até outras cidades.

Na cidade de Nova Cruz, também realizou-se pesquisa de campo para identificar a centralidade desta cidade no contexto regional, mais especificamente em relação às cidades de Montanhas e Lagoa d'Anta, no Rio Grande do Norte, tendo como base à funcionalidade das atividades desenvolvidas e as relações estabelecidas entre seus territórios. Além de um diagnóstico avaliativo em relação aos estabelecimentos comerciais e os órgãos (públicos e privados) que prestam serviços à sociedade, sendo verificadas as condições de infra-estrutura, a qualidade das atividades desenvolvidas e o atendimento a população.

Para compreender a influência da vida cotidiana no processo de produção espacial foram realizadas observações diretas sobre essas cidades pequenas, utilizando como meio de registro a fotografia como forma de ilustrar a realidade. Foram utilizados ainda dados relativos ao IBGE, mais especificamente sobre os aspectos históricos e a contagem populacional, a fim de identificar o processo de urbanização em cada cidade analisada. E para complementar as informações tornou-se necessário recorrer também aos informativos municipais do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (IDEMA) para entender as especificidades das cidades investigadas.

No primeiro capítulo, intitulado *Um olhar sobre as cidades pequenas*, aborda-se o tema seguindo uma sequência lógica e analítica, baseando-se num referencial teórico capaz de subsidiar um levantamento sobre essas cidades, com a finalidade de apontar as mudanças e os agentes que contribuíram para constituição desse processo. Foram considerados os fatores desencadeadores desse fenômeno no Rio Grande do Norte e no Nordeste do Brasil como forma de entendimento da construção do espaço da cidade, da vida cotidiana e da centralidade exercida pelos centros maiores sobre os menores.

No segundo capítulo, denominado *Nova Cruz como centro dinâmico na região*, analisa-se os reflexos que o comércio e os serviços geram na região, em especial em Montanhas e Lagoa d'Anta, cidades pequenas com as quais mantém relações beneficiadas pelos limites territoriais.

Discute-se ainda a mobilidade da população e a hierarquia dos centros urbanos, considerando as transformações ocorridas com a implantação de atividades que geram a oferta de bens e serviços diversos. Tal constatação se verifica pelo fato de Nova Cruz congregar um número considerável de funções incorporadas em âmbito local, mas de abrangência regional. Este, entre outros aspectos, comprova uma realidade empiricamente observável, diferente do que se constata em cidades circunvizinhas, cuja centralidade não extrapola os limites espaciais de seu próprio município.

No último capítulo, cujo título é *A feira de Nova Cruz (RN): uma tradição que permanece na modernidade*, trata-se a temática numa reconstituição histórica, elencando os principais elementos que contribuíram para o processo de sua formação e consolidação como fenômeno comercial popular mais dinâmico da região.

Realizou-se também um estudo sobre as permanências e mudanças nesse tipo de mercado frente ao surgimento de novas formas de comércio e de consumo como, por exemplo, os supermercados. Avaliando ainda as transformações geradas com a transferência da feira do centro para outro bairro e os impactos causados no contexto da cidade e nas vias onde esse tipo de comércio se fixa. Por fim, em uma breve abordagem discorre-se sobre a feira e o mercado público como um lugar de encontro e de manifestações culturais, onde se expressa um grande número de atividades paralelas com forte tradição popular e de sociabilidade em todas as suas dimensões.

CAPÍTULO 1 - UM OLHAR SOBRE AS CIDADES PEQUENAS

Na verdade, não existe uma fórmula para definir cidade. Um pontilhado de cidades num mapa-múndi não representa unidades idênticas ou semelhantes entre si: cidades são frutos de civilizações distintas, são formadas em condições históricas diversas e pertencem a sistemas econômicos diferentes (GEIGER, 1963, p. 12).

Pactuando com essa afirmativa, escrita ainda nos anos 60, no Brasil, a diversidade de cidades com características diferentes reflete uma não padronização quanto ao que se considera cidade. Por isso, encontram-se no país, algumas com milhões de habitantes e milhares com menos de 20.000, e há casos em que a população não chega a 900 habitantes, a exemplo de alguns centros urbanos do Rio Grande do Norte, como Jundiá com 850, Paraná 647 e Jardim de Angicos com apenas 482 pessoas residindo na cidade (IBGE, 2007). O que demonstra variedade em conteúdo, população e dimensão territorial. Esses elementos, contudo, não definem um espaço como cidade, mas um conjunto de fatores que somados aos interesses políticos pode elevar uma determinada área à categoria sede de um município, caracterizado muito mais por um viés marcado por questões de ordem política, que por um espaço realmente urbanizado.

Muitos são os conceitos referentes à cidade e ao urbano. E à medida que se aprofundam os estudos sobre essa temática, evolui o pensamento e novas abordagens sobre o assunto. Normalmente, suas definições estão vinculadas à funcionalidade, aos aspectos econômicos, políticos e sociais, ou ainda aos históricos. De modo geral, a cidade configura aspectos que se distinguem do rural e, por isso, materializa-se como espaço urbano. Este sendo o *locus* das transformações dos processos político-sociais e, por conseguinte, da própria urbanização que dá impulso a um novo ritmo de vida. São essas transformações que caracterizam o espaço, o urbano, como espaço da cidade. A cidade expressa as relações e ações desenvolvidas pela sociedade. Essas ações, geralmente imbuídas de necessidades, criam conteúdos diferenciados, dando-lhe sentido, funções e um modelo de vida social que se readapta às mudanças impostas pelo tempo. Bacelar (2008, p. 58), afirma:

De modo abrangente, podemos admitir que a cidade seja a materialização do urbano. A cidade se materializa enquanto espaço urbanizado. Enquanto que o urbano é a relação, os processos político-sociais inerentes ao desenvolvimento da urbanização do território, da região ou do país. Portanto, de forma singular a cidade seria a materialização, enquanto o urbano seria inerente ao processo de transformação de uma sociedade, lugar ou espaço

em formas urbanas, que não se atém apenas à cidade, mas à forma de vida de um grupo social.

Nesse contexto de discussão é importante compreender as diferenças entre esses conceitos. Milton Santos, em sua obra *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*, formula uma distinção conceitual entre cidade e urbano. Para ele “o urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há que confundir. Por isso, na realidade, há histórias do urbano e histórias da cidade” (SANTOS, 1994, p. 69). Cidade e urbano se imbricam e ao mesmo tempo apresentam diferencialidade.

A produção do espaço urbano representa a continuidade ao processo de acumulação capitalista, manifestado através da reprodução das relações sociais de produção. Esse processo se realiza a partir de interesses comuns de grupos de poder econômico hegemônicos que produzem valores que tendem a ser incorporados pela sociedade, transformando modos de vida para dar sentido a necessidades de consumo de mercadorias que passam a fazer parte do cotidiano das cidades. Segundo Carlos (2005, p. 178),

Constata-se hoje, a tendência segundo a qual cada vez mais os espaços são destinados à troca, o que significa que a apropriação e os modos de uso tendem a se subordinar cada vez mais ao mercado. [...] Este fato é consequência da “vitória do valor de troca sobre o valor de uso”, isto é, o espaço se reproduz, no mundo moderno, alavancado pela tendência que o transforma em mercadoria – o que limitaria seu uso às formas de apropriação privada.

As mudanças nas formas do consumo ocorrem para atender uma nova realidade ligada à sociedade, a qual demanda outras necessidades e novos valores. Compreender as mudanças e a sociedade é importante para se ter um entendimento sobre a produção das cidades e suas interações na perspectiva da espacialidade das relações sociais uma vez que diferem em muitos aspectos, conforme o porte, população e condições sociais e econômicas.

Na realidade, a cidade se desenvolve segundo a produção e reprodução da riqueza. Nesse processo, para se manter ou se consolidar como espaço atrativo, precisa integrar-se a outros espaços e sociedades, articular-se sob diferentes perspectivas e inovações de mercado, transformar e modificar modos de vida, e com isso, planejar, propor e impor novos valores atrelados ao sistema econômico e ao cotidiano urbano.

No caso das cidades pequenas, a problemática está mais diretamente ligada à própria condição do que é urbano, visto serem esses espaços, em sua maioria, caracterizados por um modo de vida que difere do cotidiano urbano, refletindo uma cultura predominantemente rural

que resiste na cidade em que o urbano concretamente não se constituiu ou sequer está em fase de construção. Nesse caso, o urbano se configuraria como lugar administrativo, apesar da realidade do campo presente no espaço determinado como sede municipal. Uma particularidade no Estado do Rio Grande do Norte refere-se ao município de Ielmo Marinho, cuja população é de 11.649 habitantes. Desses, 10.224 na zona rural e apenas 1.425 na zona urbana (IBGE, 2007), efetivando uma ruralização em decorrência de uma não urbanização ocorrida na cidade. Esta, contudo, não se limita aos dados populacionais, sendo definida como

o movimento de desenvolvimento das cidades, simultaneamente em número e em dimensão, isto é, o desenvolvimento numérico e espacial das cidades; ocupa-se de tudo o que está ligado à progressão direta do fenômeno urbano e transforma, pouco a pouco, as cidades ou os arredores e, frequentemente, umas e outros (BEAJEU-GARNIER, 1997, p. 16-17).

A este respeito, Wanderley (2001) esclarece não se tratar especificamente de abordar questões relativas ao caráter urbano dos pequenos aglomerados, mas, sobretudo, o de tentar entender sua funcionalidade dentro do sistema urbano. Neste caso, é importante não reduzir o seu significado “enquanto expressão de um ethos urbano que, precisamente, organiza, administra e integra a sociedade local, rural e urbana. Por outro lado, parece evidente que essas cidades, pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência da vida urbana” (WANDERLEY, 2001, p. 5).

Para compreender esta realidade, a referida autora faz menção a relevantes aspectos, que denomina de trama social e espacial inerente à dinâmica da sociedade e da sua atuação sobre o espaço das cidades pequenas. Essa trama, segundo sua análise, é interligada a cinco dimensões complementares: o exercício das funções propriamente urbanas, a intensidade do processo de urbanização, a presença do mundo rural, o modo de vida dominante e a dinâmica da sociabilidade local.

Evidente que as cidades pequenas são diferentes, mas essas características, em geral, se aplicam a elas como um todo. Isso porque a sede municipal dos pequenos centros urbanos concentra e centraliza as atividades administrativas, econômicas e sociopolíticas, apesar da fraca urbanização ocorrida na maioria dos municípios, o que significa precariedade do ponto de vista dos recursos disponíveis. A isto, contudo, soma-se a influência do meio rural no conjunto do espaço urbano, seja pelo contingente de pessoas que residem na cidade e desenvolvem suas funções em áreas não urbanas do município, seja pelos indicadores demográficos que em alguns casos ainda apresentam população rural superior à da zona urbana. Estas particularidades específicas a cidades pequenas refletem um modo de vida

dominante da sociedade que se identifica com a cultura da cidade. O espaço da cidade assim construído se complementa pela dinâmica da sociabilidade local, “por um lado com referência às diferenciações sociais, [...] por outro, pela percepção desse espaço, tal qual reiterado pela memória coletiva dos indivíduos, famílias e grupos sociais e que também funciona como elemento constitutivo de uma identidade local” (WANDERLEY, 2001, p. 6).

Para tanto, autores como M. Sorre (apud SANTOS, 1979) entendem que a existência de uma cidade depende da coalescência de funções em uma dada aglomeração, significando haver uma interdependência entre as atividades urbanas, sem depender da atividade primária que deu origem à aglomeração. Esta, contudo, seria autônoma em relação às atividades predominantemente rurais. Entretanto,

A atividade de troca, pura e simples, não dá lugar à criação de uma cidade [...]. Para que exista uma cidade deve haver necessidades que exijam ser satisfeitas regularmente – necessidades quase sempre impostas de fora da comunidade – mas é necessário, por outro lado, que exista criação de atividades regulares especialmente destinadas a responder a essas necessidades (SANTOS, 1979, p. 71).

Todavia, a diversidade de tipos de cidades e sua diferencialidade em termos demográficos, territoriais, funcionais e infraestruturais não se resumem a uma região ou estado de um país. E em se tratando dos pequenos aglomerados urbanos, estes não fogem à regra, além de constituírem quantidade expressiva e variarem tanto em relação às condições econômicas, quanto em nível cultural e de interações com outras localidades.

Os núcleos urbanos de pequeno porte no Brasil, apesar de representarem maioria no país, não foram prioridades para política urbana nem mesmo os estudos se pautaram no aprofundamento da produção geográfica dessa temática. Os estudos estão direcionados basicamente para as áreas metropolitanas, deixando de lado o urbano das cidades pequenas.

Evidentemente, não há um parâmetro definidor sobre cidades no Brasil devido à sua heterogeneidade na diversidade de conteúdo, de formas e de quantidade. De modo abrangente, são áreas onde a variedade de funções urbanas é incipiente, o forte vínculo com o meio rural, as relações de proximidade entre as pessoas e a dependência em torno de outro centro marca o cotidiano das cidades pequenas.

A grande maioria das cidades do mundo é identificada numa base legal, administrativa ou governamental, não havendo esforços para o estabelecimento de critérios objetivos, sendo os lugares urbanos designados pelo status municipal ou corporativo. Seguindo essa regra, há países como Suíça e Senegal, cuja exigência mínima é de 10.000 habitantes para que

determinada localidade seja considerada cidade. Enquanto isso, esse número diminui, na Áustria e na Índia que é de 5.000 habitantes. Já na Venezuela, é preciso um contingente populacional de apenas 2.500 habitantes para se tornar cidade. Quantidade reduzida ainda mais se considerarmos as cidades da Suécia e da Dinamarca com até 200 moradores para se constituírem como centros urbanos (CLARK, 1991).

Beaujeu-Garnier (1997) salienta que esses critérios podem ser modificados, e sendo assim, utilizam-se diferentes classificações que podem variar no tempo e no espaço no interior de um país, devido à falta de consenso quanto à definição e estabelecimento de um parâmetro que melhor determine a condição de um dado espaço ser instituído como cidade.

Entender essas questões, em particular a constituição das cidades, é importante, tendo em vista a classificação adotada pelos países, sejam elas, grandes, médias ou pequenas, variam de acordo com as determinações administrativas definidas pelo Estado. Essa variação corresponde ao número de habitantes, independentemente dos elementos ou atividades responsáveis pela dinâmica e efetivação do espaço urbano. Processo diferente do adotado no Brasil, como já exposto anteriormente, que considera cidade toda e qualquer sede municipal, não havendo uma definição nesse quantitativo populacional, como o imposto por alguns países. Assim, encontram-se no Brasil aglomerações com populações inferiores a 1.000 habitantes, e outros acima dos 10.000.000 de habitantes como a capital do Estado de São Paulo (IBGE, 2007). No caso das cidades pequenas,

As estatísticas internacionais estabeleceram um marco de 20.000 habitantes para esse tipo de cidade, mas isso, no entanto, não significa grande coisa, visto como um marco numérico é sempre artificial; os marcos reais são os funcionais; isto porque só a partir de um certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define (SANTOS, 1981, p. 15).

Ainda, segundo Santos, o fato é que há uma distinção relativa a diversos tipos de cidades. E é importante analisar os fatores determinantes de um maior ou menor crescimento urbano, uma vez que possui perfis e necessidades diferentes, variando em função da densidade demográfica, dos meios de comunicação e da economia que integra a região. Assim como de outras especificidades próprias e específicas de cada localidade como as condições e comportamento socioeconômico dos habitantes (SANTOS, 1981).

Corrêa (1999), em seu artigo *Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades*, aponta interpretações com base na atual fase em que se encontra a economia capitalista. Enfatiza que essa globalização promove mudanças, gerando uma refuncionalização nas cidades, cujos reflexos podem ser explicados por meio de duas

possibilidades: perda de centralidade acompanhada pelo surgimento de novas funções não centrais, ligadas diretamente à produção do campo; além das transformações dadas com a introdução de novas atividades, que proporcionam uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, dando-lhe a possibilidade de inserir-se diferentemente na rede urbana que passa a ter uma mais complexa divisão territorial do trabalho. Para classificar tais cidades, Corrêa (1999) utiliza um parâmetro quantitativo superior aos 20.000 habitantes, determinados em estudos estatísticos, como citado anteriormente. Para ele devem ser considerados dados numéricos em termos populacionais mais expressivos, não se atendo, portanto, à regra determinada internacionalmente. Na sua visão, essa categoria de cidade também denominada como pequenos centros ou pequenos núcleos recebem esses conceitos mediante uma população inferior a 50.000 habitantes.

Nessa perspectiva, determinar critérios generalizadores não parece ser viável, dado a abrangência para países com grandes dimensões territoriais, a exemplo do Brasil, Estado com níveis de desenvolvimento variáveis entre suas regiões e, portanto, com diversidades urbanas complexas, difíceis de adequar inteiramente a tais simplificações. Não é um ou outro critério dado isoladamente capaz de explicar ou qualificar um espaço como cidade, mas um conjunto de fenômenos ou atividades desenvolvidas através das práticas sociais presentes na localidade é que melhor define o urbano. Segundo Maia (2009, p. 145),

Realmente não se pode deixar de considerar a contagem populacional quando se quer pensar sobre o que se denominou de pequenas cidades, mas por outro lado, não se pode partir unicamente deste dado. Pois, mesmo que se enquadrem dentro de uma mesma faixa de número de habitantes há ainda muita discrepância entre estes espaços.

Dessa forma, a utilização de parâmetros nacionais rígidos para classificação e definição de tais espaços pode apresentar problemas que impedem uma melhor aproximação com a realidade local, dada a diversidade e complexidade socioespacial que configura o espaço geográfico brasileiro (SOARES, 2009). Sobre esse mesmo aspecto, Santos (1979, p. 69-70) compreende que

Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer em uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isso outro problema.

Conforme análise descrita por Santos (1979, p.71), as aglomerações urbanas de pequeno porte, denominadas por ele como cidade local, seriam segundo a sua concepção “a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço”.

Nesse grupo de cidades, contudo, há significativa variedade em se tratando de atividades no espaço urbano. Encontram-se cidades com pouca diversidade urbana, até outras estruturalmente mais organizadas e de maior complexidade funcional, proporcionando inclusive, a população dos centros urbanos de menor potencial a possibilidade de adquirirem bens e serviços indisponíveis em suas cidades. Dessa forma,

[...] há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo. Mas isto não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles, significando que mesmo tendo certa complexidade de atividades urbanas acima do nível mínimo, continuam sendo pequenas comparativas às anteriormente referidas (FRESCA, 2009, p. 48).

As cidades pequenas, apesar de semelhantes, possuem singularidades que as tornam particulares, seja por suas paisagens, seja por aspectos culturais ou por uma dinâmica própria que se sobressai em relação às outras. Nesse sentido, mantém relações e a cidade melhor equipada por atividades terciárias expressa centralidade sobre as que apresentam pouco dinamismo urbano. Contudo, essas relações não se dão apenas no contexto espacial onde se inserem, visto dependerem quase sempre da principal cidade do estado, Natal. Esta passa a ser o centro na dinâmica das relações e da influência sobre os centros urbanos de menor porte, cujo comando se reflete no espaço regional. Incidindo no espaço de cada cidade determinações externas que transpõem um modelo de vida relacionado às mudanças engendradas pela sociedade capitalista. Isso aos poucos pode levar a transformações no cotidiano e na dinâmica desses pequenos centros urbanos. Assim,

No nosso modo de pensar a pequena cidade deve ser analisada, e, portanto compreendida a partir das relações que são estabelecidas no contexto urbano regional em que se encontra. O que realmente contribui para a definição de pequena cidade, ao nosso ver, é a sua participação na divisão territorial do trabalho, uma vez que o entendimento da pequena cidade sugere a análise do processo de produção do espaço em sua totalidade. Isso, certamente, não perderá de vista a lógica de construção e reprodução das pequenas cidades como espaços também de produção e reprodução do capital (SILVA; GOMES; SILVA, 2009, p. 50).

Assim sendo, as cidades pequenas não se restringem somente à dimensão local, nem muito menos podem ser caracterizadas apenas como espaços destinados ao abastecimento das necessidades básicas da população residente nas áreas rurais que fazem parte dos municípios nos quais esses centros urbanos estão localizados, isso porque na era das redes aumenta o poder de articulação entre as cidades, incluindo as de pequeno porte, mesmo que em menor proporção quando comparamos com os grandes centros. Sobre esse aspecto Gomes (2009, p. 130) verificou que

[...] no Rio Grande do Norte, diversas pequenas cidades têm essa característica. No entanto, nem todas se apresentam dessa forma. Em algumas, como é caso das cidades que têm atividades ligadas ao setor de fruticultura irrigada, indústria de confecções, mineração, produção de cerâmica e outras atividades, é possível perceber um processo de articulação que contempla outras atividades, é possível perceber um processo de articulação que contempla outras determinações, inclusive de caráter internacional, ganhando, assim, grande significado no cenário urbano estadual.

Na realidade, há no país uma diversidade de cidades com perfis diferenciados, especialmente as denominadas cidades pequenas que também são heterogêneas. Essa característica reflete as condições socioeconômicas do Nordeste brasileiro e do urbano das cidades locais, espaços diferenciáveis em muitos aspectos encontrados na formação urbana desses centros. Mais relevante do que tentar estipular limites definidores para o termo utilizado é necessário buscar entender seu contexto atual e em que condições históricas vieram a se constituir. Assim,

[...] diante da indefinição que envolve essa categoria de cidades, compreendemos as cidades pequenas como uma das dimensões socioespaciais, geradas pelo processo histórico de produção do espaço urbano e regional. As dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, a relação com a vida rural e a proximidade entre as pessoas são os principais elementos que caracterizam as cidades pequenas [...] (GONÇALVES, 2009, p. 199).

Estes são indicativos de um cotidiano marcado pela simplicidade, mas também pela falta de perspectivas sociais: emprego e melhor distribuição de renda. Ao lado disso, soma-se a gestão pública municipal, quase sempre voltada a atender interesses pessoais e de classes mais favorecidas que contribuem para manutenção do poder, o que dificulta o crescimento

econômico e a vida social nos pequenos centros. Ver tabela 01 sobre cidades do Rio Grande do Norte com base no quantitativo populacional.

Tabela 01: Distribuição do número de cidades do Rio Grande do Norte por grupos populacionais

Cidades (nº de hab.)	Nº de cidades	% sobre o total
Até 20 mil habitantes	153	91,6
De 20 a 50 mil habitantes	9	5,4
De 50 a 100 mil habitantes	2	1,2
De 100 a 250 mil habitantes	2	1,2
De 250 a 500 mil habitantes	-	-
Acima de 500 mil habitantes	1	0,6
Total	167	100

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007

Analisando os dados expostos na tabela acima, percebe-se que no Rio Grande do Norte a maioria das cidades pertence ao grupo das cidades pequenas. Na divulgação da contagem populacional realizado em 2007, entre os centros urbanos com menores densidades demográficas, 5,4% tinham população entre 20 a 50 mil habitantes, enquanto que 91,6% das cidades não ultrapassavam sequer os 20 mil habitantes. No entanto, apesar da significativa quantidade de cidades que engloba essa categoria, é importante ressaltar são as mais carentes em se tratando de serviços ofertados pelo poder público.

As distorções e incoerências resultantes das ações governamentais levam grande parte dos habitantes dessas cidades a viverem à margem dos serviços e das comodidades do cotidiano urbano. A falta de recursos impossibilita o desfrutar e usufruir da cidade. Viver em centros urbanos, por menor que seja, significa arcar com despesas simples ou modestas. Essa é a condição a que se submetem os que desejam morar ou já vivem em cidades pequenas, onde não há acessibilidade aos privilégios que os centros maiores oferecem.

Esta situação, contudo, implica numa dependência dos programas assistencialistas do Estado e dos empregos públicos existentes como forma de assegurar a permanência em condições razoáveis. Tais condições, entretanto, conduzem seus moradores, na maioria das vezes, a buscarem outras cidades, inclusive de mesmo porte, para suprir eventuais necessidades, dadas as possibilidades de investimentos por parte da administração pública de

outros centros que podem expressar atração sobre aqueles com insuficiente capacidade de sustentação das condições básicas da população.

Desvendar o conjunto de complexidade que envolve as cidades significa compreender os papéis que elas exercem na hierarquia urbana do país. No caso dos centros pequenos não é diferente, visto que nem todas as cidades mantêm interação apenas com as imediações das áreas do seu município. Algumas, portanto, redefinem seus papéis, deixando de ser mantenedoras apenas das necessidades imediatas dos habitantes urbanos e rurais, podendo apresentar variedade em serviços públicos e privados que, dependendo do quadro regional em que se inserem, exercem a condição de centro em relação a outros de menor porte.

Essas relações entre as cidades pequenas do Rio Grande do Norte são condicionadas por um processo histórico baseado numa economia primária em que sua produção está voltada para o espaço regional. De acordo com Gomes; Silva; Silva (2009), esse quadro conduz a uma realidade expressa numa divisão social do trabalho marcada por formas simples, integradas ao setor primário - agricultura de subsistência e as atividades da pecuária -, já que essas cidades pequenas possuem uma economia terciária que se expressa sob condições que, na maioria das vezes, apresentam pouca qualificação no conjunto das atividades desse setor da economia.

No entanto, o crescimento urbano impôs uma organização espacial estruturada para atender funções econômicas diversificadas, o que pressupõe interações em escala mais abrangente, seja na condição de dependente, seja como influente, o que significa dizer que se tornam interdependentes, mantendo uma vida de relações a partir da dinâmica ou carência de suas funções.

Na realidade, o modelo econômico vigente não prioriza todos os espaços e, dessa forma, a supremacia do núcleo urbano de economia dinâmica, na medida em que oferece um setor terciário, cujas atividades favorecem a região, também extrai e cresce através da renda da população dos pequenos centros. Estes se diferem tanto nos aspectos demográficos e sociopolíticos como na estrutura das formas e da funcionalidade inerente ao espaço intra-urbano do município.

A título de exemplo: Nova Cruz com suas atividades voltadas principalmente para o comércio e para os serviços, ganha importância na medida em que atribui ao urbano maior variedade e, por conseguinte, a possibilidade de articular-se e mesmo influenciar cidades de menor expressão funcional, situadas em áreas adjacentes ao seu território, tais como Montanhas e Lagoa d'Anta.

Estas são consideradas como cidades pequenas, devido ao fato de apresentarem entre outras características, pouca expressividade econômica e insuficiente disponibilidade em

equipamentos sociais de consumo para a população. Porém, são áreas permeadas por relações e significados que denotam singularidades que contribuem para afirmação de suas identidades.

Nelas a vida cotidiana modifica-se de acordo com as necessidades da sociedade e das interações econômicas, sociais e culturais, pelas quais as relações expressam conteúdo e forma sob uma lógica que difere dos centros maiores, uma vez que suas práticas sociais lhes dão outra dinâmica e vivacidade. Essas cidades pequenas estão referenciadas pela singularidade e pelas relações interpessoais e tradições culturais que se fazem vivas e ainda são vivenciadas e reproduzidas por sua gente.

Cada cidade organiza-se seguindo as determinações sociais dos agentes responsáveis pela sua formação. Os monumentos históricos, a morfologia das ruas e a distribuição dos equipamentos urbanos apresentam peculiaridades espaciais quando se trata dos bairros centrais ou de outros periféricos. Os primeiros quase sempre dotados dos serviços públicos mais valorizados. Os demais, periféricos, onde os benefícios são difíceis de ocorrer, espelham uma fisionomia urbana marcada por ruas habitadas por moradores com baixo poder aquisitivo que servem de suporte ao crescimento econômico e à qualidade de vida da população que ocupa a área central da cidade pequena. Para Clark (1991, p. 43), diferenças importantes caracterizam a cidade como percebida e como objetivamente definida:

As imagens públicas são tecidas de maneira a salientar a familiaridade do território de moradia, a área central, e os trajetos entre os dois. Os principais marcos urbanos tendem a dominar a imagem coletiva, e as áreas centrais são percebidas muito claramente, provavelmente porque é a parte da cidade mais visitada pela população urbana como um todo.

Contudo, não se pode negar que apesar da estrutura e das formas de uso semelhantes ao passado, a cidade modifica-se através das práticas sociais e da construção de alternativas de sobrevivência. Essas transformações são fruto de uma conjuntura social, econômica e até mesmo cultural, gerando modificações nos hábitos e alterações na organização do espaço.

O uso de determinadas áreas das cidades está diretamente ligado às condições socioeconômicas da população que, por mais reduzidas que sejam, não estão imunes às contradições e desigualdades sociais expressas nas moradias e utilização do solo urbano. O poder público demonstra maior preocupação com a área central, onde geralmente se realizam os eventos políticos e festas tradicionais, dando maior mobilidade em circulação de pessoas em comparação ao restante da cidade, visto ser o espaço onde se desenvolvem as atividades

consideradas como as mais importantes para a sociedade que o vê como um lugar simbólico da vida coletiva.

É no centro das pequenas cidades onde está presente a história e a cultura que vai sendo (re) produzida. Por isso, passa a ser referência e, ao mesmo tempo, diferença no contexto espacial da cidade. Isto pode ser explicado através da permanência de antigas funções tradicionais que por conta de uma fraca infraestrutura urbana e das condições sociais não se dispersam por outros bairros da cidade.

O setor terciário, também mais expressivo no centro, ainda é pouco dinâmico, concentrando-se basicamente nas instituições mantidas pela administração municipal como educação e saúde, principalmente. Outro dado refere-se à expansão do comércio, embora um tanto elementar. No entanto, o comércio desenvolvido na feira livre municipal é o que há de mais popular e para onde converge significativa parcela dos moradores do campo nos dias de funcionamento desse evento. O hábito das compras nesse tipo de comércio não desaparece mesmo com a introdução da modernização nas casas comerciais. Assim,

As pequenas cidades, inseridas numa sociedade capitalista de consumo, também passam a aspirar aos atuais símbolos da vida moderna, encontrados até então nas grandes cidades. Porém, essas mudanças ocorrem de maneira menos acentuada, de forma que determinados valores e manifestações culturais permanecem, em um processo onde o novo e o velho se complementam e passam a representar a referência de cada habitante em relação à sua cidade (MEDEIROS, 2005, p. 43).

É evidente que a realidade entre as cidades pequenas é diferente e, desse modo, cada uma delas possui peculiaridades próprias da sociedade que a construiu. E se antes pouca expressão tinham, servindo praticamente para abastecer a zona rural, hoje, adquiriram uma posição limitada de atender a população com serviços públicos básicos municipais essenciais às primeiras necessidades. Entretanto, apesar da incipiente produção e de reduzida capacidade relativa ao desenvolvimento de atividades que gerem renda, são cidades que se relacionam com outras maiores ou de mesmo porte, seja fornecendo algum tipo de produto ou simplesmente na condição de mercado consumidor.

Apesar de não constituírem núcleos de desenvolvimento econômico, de atração e concentração populacional, configuram-se como fenômenos urbanos importantes, cujas características denotam complexidade que precisa ser estudada, tendo em vista as significativas diferenças que compõem o cotidiano desses centros. Tal contexto pode ser

apreendido através de suas atividades econômicas e do fluxo de população, ainda de pouca expressão, mas necessários à manutenção das trocas de bens e serviços entre as cidades.

Este quadro, entretanto, está condicionado à formação dos espaços urbanos, sobretudo, quando se analisa as especificidades locais, caracterizadas por um conjunto de funções urbanas incipientes ao atendimento da população, o que demonstra haver fragilidade no processo de urbanização ocorrido nesses municípios. Somado a isso, tem-se que grande parte dos recursos financeiros é proveniente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do funcionalismo municipal, estadual e do comércio local.

É muito comum encontrar nessas cidades atividades comerciais de caráter familiar que visam atender necessidades básicas, tais como: pequenos mercados, farmácias, panificadoras e atualmente a presença de equipamentos mais modernos como *lan houses* e jogos eletrônicos. As atividades funcionam basicamente para garantir a renda de algumas famílias, já que os empregos formais se concentram no setor público, especialmente naqueles mantidos pela prefeitura, principalmente nas áreas da educação e saúde, onde é possível encontrar maior número de pessoas nessas funções.

Pode-se inferir que as desigualdades produzidas pela sociedade refletem uma realidade específica dos pequenos centros em que seus maiores problemas dizem respeito à carência ou ausência de atividades econômicas capazes de atender às necessidades da população, o que limita as possibilidades de satisfação e de crescimento dessas cidades e, por outro lado, obrigam parte da população nelas residentes a procurar centros urbanos mais dinâmicos.

A situação de dependência gera problemas ao desenvolvimento de cidades menores, como afirma Santos (2008), que tais localidades de pequeno porte não têm condições de por si só suprir-se de todos os bens e serviços necessários, incorrendo na perda de grande parte de sua população, que deixa de consumir no local que mora para fazer uso do consumo em outros lugares.

Nesse processo de relações se encontra Nova Cruz, principal cidade da região de maior funcionalidade econômica. E mesmo considerada pequena em relação a outros centros urbanos de maior porte do Rio Grande do Norte, exerce influência sobre cidades menores, situadas em seu entorno, não só da região como também de algumas áreas do Estado da Paraíba. Este fato faz das pequenas cidades subordinadas locais que demandam serviços e atividades comerciais diversificadas encontradas no centro de maior expressão regional.

Para Maria Encarnação Beltrão Sposito (2009), as pesquisas evidenciam que não há possibilidade de compreensão do que sejam cidades médias ou pequenas sem o entendimento do que é a região. Isso porque a região é o próprio quadro onde se constituem as referências a

partir das relações socialmente construídas. As cidades médias não são necessariamente aquelas que têm tamanho demográfico médio, mas que desempenham um papel importante na intermediação entre cidades com realidades diferentes (cidade pequena ou cidade grande) e que comandam uma região. Essa condição diminui os papéis das cidades pequenas em função de uma série de mecanismos econômicos e de atividades que proporcionam um crescimento político, econômico e social na região.

Desse modo, as cidades pequenas têm importante participação no desenvolvimento da cidade principal, assegurando a permanência de atividades de influência regional. Um crescimento, sem dúvida, impulsionado pelo deslocamento de pessoas e consumo neste centro. Além disso, a curta distância e o hábito que já se criou em frequentar a principal cidade são fatores que contribuem para concentração dos mais modernos equipamentos urbanos e oferta de serviços, evidenciando primazia pela dinâmica funcional e populacional neste espaço. Embora tais cidades respondam às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, implica numa vida de relações em que se define a maneira como a população emprega seu tempo nas atividades realizadas e como suas práticas cotidianas são preenchidas por hábitos urbanos vinculados ao consumo de mercadorias industrializadas (SANTOS, 1979). Ainda, segundo esse autor,

A cidade local facilita o acesso da população aos bens e serviços, embora isto se faça a um preço mais elevado que nos centros de nível superior. Seja qual for a sua localização, a cidade local sempre se acha na periferia do sistema urbano. Esta situação significa que o indivíduo se encontra em uma posição desfavorável como produtor e como consumidor (SANTOS, 1979, p. 74).

Outro fato é que cada vez mais passam a apresentar problemas antes verificados nos grandes centros, como habitação, violência, desemprego, entre outros; o que só amplia as desigualdades no que tange à qualidade de vida e às condições sociais nessas localidades. Percebe-se serem essas cidades, áreas ainda deficitárias, apresentando uma estrutura urbana que revela problemas sociais e fraco dinamismo econômico, afetando diretamente a vida da população. Dentre essas fragilidades,

Nas pequenas cidades, o emprego público e as transferências de renda por meio das políticas compensatórias têm se constituído nas principais fontes de renda para as populações que aí residem. Se de um lado o emprego público resolve parte dos problemas que emergem de forma imediata, de outro, tem contribuído, segundo depoimentos de habitantes dessas cidades, como elemento negativo para a própria sociedade. O excesso de funcionários públicos tem onerado significativamente os orçamentos municipais,

comprometendo o desenvolvimento de políticas públicas que possam atender a população como um todo (GOMES; SILVA; SILVA, 2009, p. 50).

Trata-se, pois, de localidades com um nível relativamente baixo na inserção de atividades que demandam por bens e serviços mais modernos na escala da cidade. Têm-se, assim, inúmeros aspectos que podem ser observados em seu conjunto, como o setor comercial e de prestação de serviços, bastante restrito nesses pequenos centros urbanos, mas de grande visibilidade se considerar a falta de variedade e sua precariedade, sendo atendidas apenas as necessidades mais vitais da comunidade que precisa de outras cidades mais especializadas onde possa preencher as lacunas de consumo existentes em sua localidade.

O contexto em que se inserem essas cidades é importante para entender que o espaço é produzido tanto em função das relações intraurbanas, quanto das relações interurbanas. O que significa dizer que não são isoladas, nem muito menos iguais, apesar de muitos aspectos de seu cotidiano serem comuns. As cidades enquanto lugares são singulares e uma situação não é semelhante à outra, e cada lugar combina, de maneira particular, variáveis que podem ser comuns a vários lugares (SANTOS, 2008).

A dinâmica socioespacial das cidades de uma região revela uma organização espacial de aspectos semelhantes, principalmente se estas forem pequenas. Nelas prevalecem precárias condições urbanas e insuficiente competitividade produtiva. Poucas são as que apresentam alternativas de desenvolvimento econômico e social enquanto a maioria se caracteriza como aglomerados estagnados e com forte dependência do poder público e de cidades influentes, com poder de polarização.

As mudanças que se processam nessas cidades são resultado da redefinição de suas funções, deixando de ser o elo apenas a nível local para inserir-se na rede urbana regional. Um tipo de interação, porém, diferenciado, criado a partir da participação e de iniciativas internas ou incutido por decisões externas. Daí encontra-se numa região, cidades com equipamentos e formas urbanas diversificadas ao lado de outras de pouca representação, em se tratando de variedade em atividades urbanas.

Essa realidade reflete as condições da população que se expressam nas diferenças existentes entre as cidades e no âmbito das relações sociais em nível de país. Assim, o problema da cidade pequena no Brasil não pode ser investigado de maneira isolada em relação a outros processos sociopolíticos e econômicos mais abrangentes, já que em seu interior se concentram contradições específicas da sociedade brasileira.

Estas são algumas características, dentre as várias faces desse processo, que ainda precisa ser mais bem estudado para compreender como elas se estruturam, se articulam e

dinamizam seu espaço, na medida em que se constitui *locus* de transformações e de complexidade. Em síntese, segundo Soares (2009, p. 123),

[...] as pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional onde estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese bem como no conjunto de sua formação espacial.

Pensar a cidade, de modo especial, os pequenos núcleos urbanos, sua formação socioespacial, suas especificidades e o seu nível de interação na hierarquia urbana, significa determinar uma posição de considerar os elementos intrínsecos a cada localidade para entender e desvendar a multiplicidade de sujeitos e ações que se identificam e as fazem distintas, tanto pelo cotidiano, como pelas relações com a região. E numa escala mais ampla, com demais centros urbanos do Estado.

1.1 Síntese histórica e perfil urbano das cidades em análise

A delimitação do objeto de estudo, focado nas cidades de Nova Cruz, Montanhas e Lagoa d'Anta, deve-se ao fato de estarem ligadas territorialmente e por manterem desde o início de sua formação uma história de relações que se perpetua até os dias atuais, tendo Nova Cruz como centro, cidade mais antiga e de maior população urbana: 23.955 hab. (IBGE, 2007). A estes fatores acrescenta-se, ainda, que esta cidade, desde o século XX, é a sede de comarca para os municípios de Montanhas e Lagoa d'Anta, tendo sido este último, distrito. E que, mesmo emancipado, continua dependente da comarca judiciária de Nova Cruz (Figura 01 sobre a situação geográfica das cidades pesquisadas).

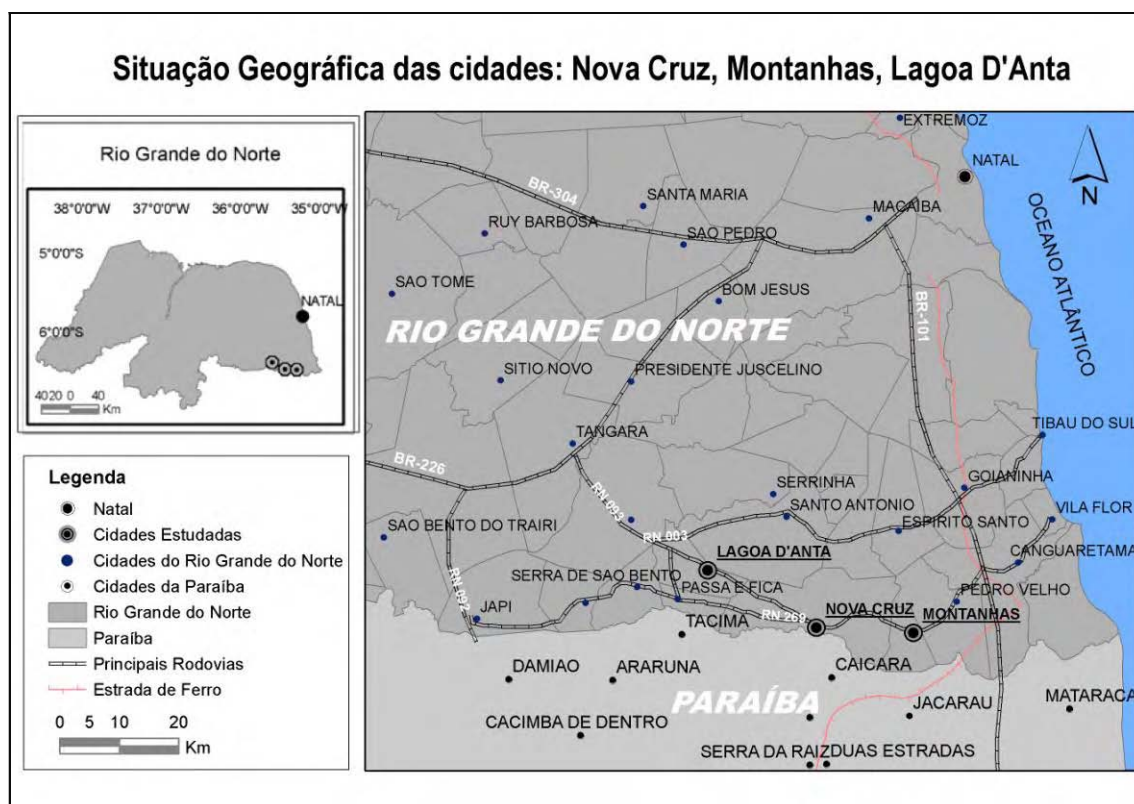


Figura 1: Mapa da situação geográfica das cidades pesquisadas

Fonte: IBGE, 2005. Adaptado por Leonardo Barboza da Costa, 2010

Para entender a configuração espacial do urbano nas cidades analisadas, recorreu-se aos dados estatísticos disponíveis e às informações fornecidas pelo IBGE. Ao mesmo tempo, para consolidar as informações obtidas, lançou-se mão das observações e da participação da população local quanto às informações pertinentes aos centros urbanos durante o estudo de campo. Foram considerados os aspectos econômicos, populacionais e sociais (saúde e educação) e os elementos que marcam a vida rural na cidade, culminando na discussão dessa temática.

O processo de formação histórica dessas cidades pequenas aponta para uma origem de formação de pequenos núcleos populacionais, organizados a partir de uma condição político-administrativa, a qual passou a requisitar ao poder público, a condição de ser município/cidade. Tal condição, atrelada a interesses políticos de cunho eleitoral, fez emergir essas cidades (SILVA; GOMES; SILVA, 2009).

O território pertencente a Nova Cruz, localizado ao sul do Estado do Rio Grande do Norte, passou a ser ocupado no início do século XVII, a partir do desenvolvimento da pecuária, que apesar de no período não ser estabelecida na área, servia de caminho por onde passavam as pessoas que trabalhavam nessa atividade. Essa realidade deu origem ao povoado

que somado aos antigos moradores crescia com a população migrante que conduzia rebanhos de gado oriundos de outros estados, como Paraíba e Pernambuco, e que, por vezes, decidiam fixar moradia nessa nova localidade. O referido município está situado às margens do rio Curimataú, precisamente na microrregião Agreste Potiguar do Estado, ficando a uma distância de 104 quilômetros da capital. Tendo sido constituído em 1852, pela Lei Provincial N.º 245, mas só em 3 de dezembro de 1919, passa também a sua sede a ser denominada cidade.

Quanto à formação administrativa, o município quando ainda distrito era denominado de São Bento pela Lei Provincial n.º 24, de 27-03-1835 e 199, de 27-06-1848, em que se torna subordinado ao município de Goianinha, sendo desmembrado somente no dia 15 de março de 1852, data de sua constituição, como já exposto anteriormente. De acordo com Fagundes (1983), a Lei Provincial n.º 609, de 12-03-1868, transferiu a sede do município, inicialmente conhecida por São Bento, para a povoação de Nova Cruz, criando ao mesmo tempo, o distrito de igual nome. Com a emancipação o município de Nova Cruz tem ao seu território a incorporação dos distritos de Campestre e Serra de São Bento, criados pelo Decreto Estadual n.º 603, de 31-10-1938, hoje já emancipados. Segundo o IBGE (2007),

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Nova Cruz, Campestre e Serra de São Bento. Pelo Decreto-Lei n.º 268, de 30-12-1943, o distrito de Campestre passou a denominar-se São José do Campestre. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 3 distritos: Nova Cruz, São José do Campestre ex-Campestre e Serra de São Bento. Pela lei estadual n.º 146, de 23-12-1948, desmembra do município de Nova Cruz o distrito São José do Campestre. Elevado a categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Nova Cruz e Serra de São Bento. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955. Pela lei estadual n.º 2337, de 31-12-1958, desmembra do município de Nova Cruz, o distrito de Serra de São Bento. Elevado a categoria de município.

Nesta abordagem relativa à origem de Nova Cruz e seus distritos também se enquadra o município de Passa e Fica, oriundo de igual situação em que estiveram os demais municípios, também tem seu território desmembrado do domínio político de Nova Cruz em 1938. Em face disso, Nova Cruz está presente na história dos antigos distritos, transformados em municípios, mantendo com alguns deles relações que permanecem ligadas por laços sociais e interações comerciais, principalmente por ser um centro de influência sobre cidades de pouca diversidade em termos de dinâmica urbana.

No que tange aos aspectos culturais, a cidade de Nova Cruz não dispõe de instituições que substanciem grande dinamicidade cultural, pois não existem teatros, museus e cinemas.

Todavia, em 2003, é criada pelo governo do estado a Casa da Cultura, cuja função é desenvolver atividades que promovam a participação da sociedade nova-cruzense e da região em eventos que estimulem a disseminação da cultura em suas variadas formas, da moderna até o resgate daquelas consideradas tradicionais, porém pouco divulgadas por falta de incentivo e de meios que possibilitem a promoção e valorização de práticas populares cada vez mais escassas (Figura 02).



Figura 02: Casa da Cultura Popular Lauro Arruda Câmara - Nova Cruz, RN
Fonte: Acervo da prefeitura municipal de Nova Cruz, 2006

A Casa da Cultura nada mais é que a antiga estação ferroviária, restaurada e transformada em espaço cultural, sem perder sua originalidade arquitetônica, como uma forma de preservar a história da cidade. Sob a administração do poder público municipal, a área foi doada ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, que a transformou na Casa da Cultura Lauro Arruda Câmara, posteriormente recuperada por técnicos da Fundação José Augusto, com orientação do Patrimônio Histórico. E após 7 anos em atividades há a possibilidade, através de parceria com o Banco do Nordeste, de implementar algumas mudanças na parte estrutural, cultural e social, reservando-se também a desenvolver negócios. Tais investimentos, no entanto, às vezes são inviabilizados por conta de discordâncias partidárias entre a esfera municipal e estadual, principalmente se o gestor local faz oposição à administração estadual que tem domínio sobre o espaço onde foi erguida a Casa da Cultura.

Quanto à existência de bibliotecas, há na cidade uma localizada nas dependências do centro administrativo onde funciona o fórum, sob a responsabilidade da prefeitura. Parte do

acervo esta destinado a pesquisas voltadas para o ensino fundamental e médio. Para pesquisas em nível acadêmico são utilizadas as bibliotecas pertencentes à UFRN e a UERN que dispõem, respectivamente, de material voltado para áreas da educação e cursos de graduação em outras áreas de formação. A existência de outros espaços onde a sociedade possa vivenciar a cultura local e passar algumas horas de lazer diz respeito à AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil), porém restrito a população que tem condições de se associar para participar de alguns eventos desenvolvidos naquele espaço. O acesso a esse tipo de lazer é privativo e não possibilita àqueles de menor poder aquisitivo o direito de fazer uso desse local.

No que se refere aos aspectos econômicos, o município desenvolve atividades ligadas ao trabalho na agricultura, na pecuária, nos serviços públicos e privados e no comércio. Este último, inclusive, tem importância considerável não apenas para seus munícipes, mas também para outras cidades localizadas próximas ao seu território, tanto do Rio Grande do Norte como do vizinho Estado da Paraíba. Neste caso está a feira livre municipal como um marco na história da cidade ao concentrar moradores, feirantes e consumidores de cidades da região como exposto no capítulo 3 desta dissertação.

Já em relação ao município de Lagoa d'Anta, como mencionado anteriormente, pertenciam suas terras ao espaço geográfico de Nova Cruz, tendo sido desmembrado somente no dia 11 de maio de 1962, quando foi instituído como um novo município do estado, também situado na microrregião Agreste Potiguar. A ocupação dessa localidade ocorreu a partir do final do século XVIII, quando surgiram às margens de lagoas algumas fazendas de gado que contribuíram para o aumento do povoamento na área.

No entanto, foi a partir da construção de estradas que Lagoa d'Anta adquiriu maior dinamicidade, facilitando o acesso da população local ao município de Nova Cruz, cuja procura destinava-se à comercialização de seus produtos advindos principalmente da produção agrícola e da pecuária. Hoje, essa relação se dá principalmente pela feira livre de Nova Cruz e os serviços que são ofertados em maior quantidade.

O fato é que a cidade de Lagoa d'Anta, hoje com 3.717 hab. (IBGE, 2007), não oferece à sociedade um setor terciário que assegure à população a realização de suas atividades em âmbito local, visto a inexistência de serviços considerados essenciais à população como, por exemplo, os serviços bancários que neste pequeno centro urbano não são disponibilizados, nem em lotérica, nem em terminal do banco do Brasil, como é comum em muitas cidades pequenas do estado. Além disso, o serviço prestado pelo banco postal do Bradesco que funciona na agência do correio não é suficiente para dar conta da demanda

local, pois tanto os funcionários da prefeitura como da rede estadual são clientes do Banco do Brasil com agência em outras cidades.

Porém, não apenas esses elementos retratam as condições da cidade, considerando que durante muitos anos sequer um mercado público existia na área urbana, o que dificultava a comercialização dos produtos locais em um espaço adequado para esse fim, ao mesmo tempo em que inviabilizava a criação da feira livre municipal. Segundo Nascimento (2004, p. 28),

O mercado público de Lagoa d'Anta teve a sua construção iniciada no ano de 2000, durante o governo de Garibaldi Alves Filho e na administração do atual prefeito Germano de Azevedo Targino que o inaugurou no dia 23 de dezembro de 2001 com uma grande celebração eucarística presidida pelo pároco José Adelson da Silva Rodrigues o que foi motivo de contentamento para os habitantes da área.

É pertinente destacar que em Lagoa d'Anta até a década de 90 ainda não existia feira no município. Somente em 2001, a partir da inauguração do mercado público se dá origem à feira, aguardada pela população há muitos anos e que definitivamente é instalada na cidade em dias de domingos. Esta, contudo, não diminuiu a frequência dos moradores até a cidade de Nova Cruz, onde ocorre a maior feira da região. Isto porque a feira de Lagoa d'Anta além de ser pequena possui pouca variedade, ocupando um espaço bem reduzido na rua João Bezerril, no centro da cidade. Ver figura 03 da feira.



Figura 03: Feira livre municipal na rua João Bezerril, centro – Lagoa d'Anta
Fonte: Severino Coutinho, 2010

Observa-se que apesar da limitada oferta de produtos a feira se estabeleceu como possibilidade de sobrevivência para muitos daqueles que não desenvolvem atividades urbanas ou que foram dispensados do trabalho no campo e que negociam produtos industrializados e naturais na feirinha da cidade. E mesmo se caracterizando como espaço comercial de nível elementar, em termos de estrutura funcional, participa de alguma maneira do processo de produção da cidade, pois sua importância não se restringe apenas ao movimento que dinamiza a cidade, mas também por se efetivar como centro de consumo onde rural e urbano se entrelaçam nas formas de consumo encontradas e que atendem minimamente algumas necessidades de seus habitantes.

Em Lagoa d'Anta a presença do mundo rural na cidade fica ainda mais evidente quando se constata na área urbana elementos que comprovam essa realidade. A presença de trabalhadores urbanos desenvolvendo atividades agrícolas ou próprias do campo não se desvincula do espaço urbano do município. Assim, não só parte dos seus habitantes se desloca até a zona rural para exercer suas atividades na agricultura como também exercem funções típicas do campo na cidade. Entre elas, podem-se destacar as casas de farinha, exemplo concreto dessa funcionalidade como ilustrado nas figuras 04, 05, 06 e 07.



Figura 04: Casa de farinha na rua Ricardo de Moraes - Lagoa d'Anta
Fonte: Severino Coutinho, 2010



Figura 05: Casa de farinha na rua Manoel Guedes de Moura - Lagoa d'Anta
Fonte: Severino Coutinho, 2010



Figura 06: Casa de farinha na rua Olívia Olindina - Lagoa d'Anta

Fonte: Severino Coutinho, 2010



Figura 07: Casa de farinha na rua Antônio Padilha - Lagoa d'Anta

Fonte: Severino Coutinho, 2010

As casas de farinha representam um meio de sobrevivência para a população que não tem acesso às poucas atividades terciárias, servindo de suporte à carência de trabalhos na cidade, tendo em vista que somente no espaço urbano que por sinal é bastante pequeno encontram-se 10 casas de farinha. Destas, algumas delas têm suas atividades temporárias, geralmente por falta de investimentos do proprietário que não tem condições de mantê-las em funcionamento diário. Outras, porém, funcionam semanalmente e garantem o sustento de algumas famílias. A matéria-prima utilizada é oriunda do município, mas quando este não supre as necessidades das unidades produtoras de farinha, os proprietários importam de outros estados do Nordeste como uma forma de não interromper a produção e o fornecimento do produto para algumas cidades não só do estado como de outros situados na região Nordeste como Ceará e Pernambuco que consomem grande parte da produção.

A situação econômica em Lagoa d'Anta é bastante simples, vivendo seus habitantes do trabalho agrícola, pequeno comércio na área central da cidade e a expressiva presença de aposentados de instituições rurais ou urbanas e funcionários públicos municipais e estaduais, todos contribuindo com a sua renda para a dinâmica urbana da sede do município.

Já o espaço territorial do município de Montanhas, ao contrário de Nova Cruz e Lagoa d'Anta, está localizado na microrregião Litoral Sul, às margens de uma lagoa, ficando a uma distância de 103 quilômetros da capital. Seu processo de formação e ocupação está diretamente relacionado ao desenvolvimento político-territorial de outro município - Pedro Velho. Durante muitos anos o município de Pedro Velho teve domínio político sobre o então

distrito de Montanhas. Processo iniciado em 1938 e alterado em 1962; mas somente em 20 de julho do ano seguinte a sede do município é elevada à condição de cidade, período em que passou a se chamar oficialmente de Montanhas.

No começo esse lugar foi denominado de Lagoa das Queimadas, em referência à queima da vegetação que ficava às margens para prática de plantios, mudando de nome apenas no século XIX, quando passou a se chamar de Lagoa de Montanhas em virtude do registro de pequenas ondulações de relevo encontradas na área. Nessa época essa localidade alcançou progresso a partir da fertilidade de suas terras que garantiam grande produção de cereais (MORAIS, 1998).

Com a rodovia Montanhas - Nova Cruz, as relações entre essas cidades tornaram-se mais intensas, estando a primeira numa condição de dependência, e que busca na cidade de influência o preenchimento de algumas necessidades. Em especial as do setor terciário, o que fez diminuir cada vez mais os laços culturais que mantinha com Pedro Velho, antiga sede.

Em Montanhas, ao contrário de Lagoa d'Anta, existem alguns serviços bancários oferecidos em pequenos estabelecimentos como uma lotérica, um terminal do Banco do Brasil e uma agência do Bradesco recentemente instalada na cidade no dia 08 de março de 2010. Esta, inclusive, em parceria com o poder público municipal pretende transferir as contas do funcionalismo registrado no Banco do Brasil da cidade de Nova Cruz para o Bradesco como uma forma de viabilizar a permanência desse serviço na cidade (figuras 08, 09 e 10).



Figura 08: Pequena agência do Bradesco na praça 20 de Julho – Montanhas
Fonte: Severino Coutinho, 2010



Figura 09: Terminal de autoatendimento do Banco do Brasil na praça 20 de Julho - Montanhas

Fonte: Severino Coutinho, 2010



Figura 10: Lotérica na praça 20 de Julho - Montanhas

Fonte: Severino Coutinho, 2010

Na cidade de Montanhas, conforme as imagens, percebe-se que há alguns serviços interligados à rede bancária e que são utilizados pela população da cidade, sem, no entanto, suprir as necessidades de serviços essenciais como atendimento pessoal ao cliente. Outra questão a ser acrescentada é o fato dos equipamentos nem sempre funcionarem adequadamente por falta de manutenção em tempo hábil por parte da agência central localizada em Nova Cruz. Esses são fatores que inviabilizam a realização de alguns serviços na cidade, pelo menos por períodos intercalares de dias, acarretando a busca por atividades bancárias em outras cidades, principalmente em Nova Cruz.

Até a década de 90 funcionou na cidade de Montanhas um posto do Banco do Brasil com um funcionário responsável pelos serviços essenciais a comunidade, mas devido à falta de segurança e os constantes assaltos, a agência encarregada por esses serviços com sede administrativa localizada em Nova Cruz resolve cancelar os atendimentos, fechando definitivamente esse posto de atendimento em decorrência dos prejuízos causados com as invasões e furtos que vinham ocorrendo. Este fato, sem dúvida, foi negativo para a cidade e a população que deixou de realizar serviços básicos em sua localidade para se deslocar ao centro urbano mais próximo, onde pudesse ser atendido desde o mais simples serviço até o de maior complexidade.

Hoje com 47 anos, Montanhas, antigo distrito do município de Pedro Velho, já possui uma área urbana que não difere muito da antiga sede considerando os objetos sociais urbanos. Já em relação ao número de habitantes, apesar do município de Pedro Velho ter uma população de 13. 673 habitantes, pouco maior que o conjunto populacional do município de

Montanhas, conta com uma população urbana de apenas 6.128 habitantes, estando o restante na zona rural. Enquanto que em Montanhas sua população total é menor, mas com poucos habitantes residindo no campo, 2.917 pessoas, estando a maioria na cidade, 9.476 habitantes (IBGE, 2007).

Esse é um fato que nos chama atenção por ser Pedro Velho uma cidade centenária e ter sido sede do então distrito de Montanhas que também se constituiu como cidade. Esta, contudo, adquire em poucos anos uma posição similar a Pedro Velho, aparecendo por um lado como um espaço urbano não muito diferente quanto aos aspectos socioculturais, e por outro, como área relativamente mais urbanizada, ao considerar o espaço e a temporalidade entre ambas as cidades, desde o período em que são desmembradas.

Ainda no que concerne à cidade de Montanhas, merece atenção também a vida rural presente na cidade, tendo em vista residirem no espaço urbano moradores que têm suas atividades no campo, tanto na esfera local quanto em outros municípios onde desenvolvem suas funções em usinas de açúcar localizadas em Bahia Formosa. Esta atividade é exercida principalmente por pessoas que não tiveram oportunidade de trabalhar no setor terciário da cidade e também de migrar para outros municípios, inclusive fora do Estado do Rio Grande do Norte. Ver figuras 11 e 12 sobre atividades rurais como a existência de um curral no centro da cidade e trabalhadores retornando da usina após dia de trabalho em outros municípios.



Figura 11: Curral existente na rua São José – Montanhas

Fonte: Severino Coutinho, 2010



Figura 12: Trabalhadores retornando da usina após dia de trabalho. Rua Princesa Isabel - Montanhas

Fonte: Severino Coutinho, 2010

Na verdade, não se pode dizer que são práticas exclusivas da cidade de Montanhas, uma vez que se insere em um contexto maior. Nesse sentido, essas atividades desenvolvidas pelos moradores da cidade dependem da dinâmica do lugar e dos aspectos culturais que identificam a comunidade. A cotidianidade, o modo de viver e o trabalho são marcas dessa realidade e podem ser percebidas nas figuras representadas pelo curral e pelos trabalhadores rurais que vivem na cidade.

Outro dado relevante e que comprova a existência da cultura rural na cidade refere-se à feira livre. Segundo as observações feitas *in loco*, os produtos postos à venda não são apenas os industrializados, mas também produtos naturais, alguns produzidos no próprio município. Trata-se de uma forma de comércio popular que reúne em um mesmo espaço a simplicidade do mundo rural e a cotidianidade da vida moderna urbana.

Atualmente, essa cidade não se diferencia da maioria dos municípios interioranos do Estado, cuja população não dispõe de grande diversidade de atividades econômicas, existindo apenas o trabalho no campo, em específico na agricultura e na zona urbana em algumas repartições públicas e particulares, além do comércio instalado, principalmente na área central da cidade.

Entre as três áreas pesquisadas, considerando a totalidade do município, Nova Cruz possui maior extensão territorial 283,4 km² e, onde vivem 35.280 habitantes. Já o município de Lagoa d'Anta, conta com 99,3 km² de extensão e tem população correspondente a 5.940 pessoas. Por sua vez, Montanhas, territorialmente menor, 65,2 km², possui 12.393 habitantes (IBGE, 2007). Destas áreas, Nova Cruz está localizada no centro, limitando-se a leste com Montanhas e oeste com Lagoa d'Anta; ao norte com Santo Antônio e Várzea e ao sul com Jacaraú no Estado da Paraíba, sendo a mais movimentada e a mais visitada entre as cidades citadas. Veja a localização dos municípios na figura 13:

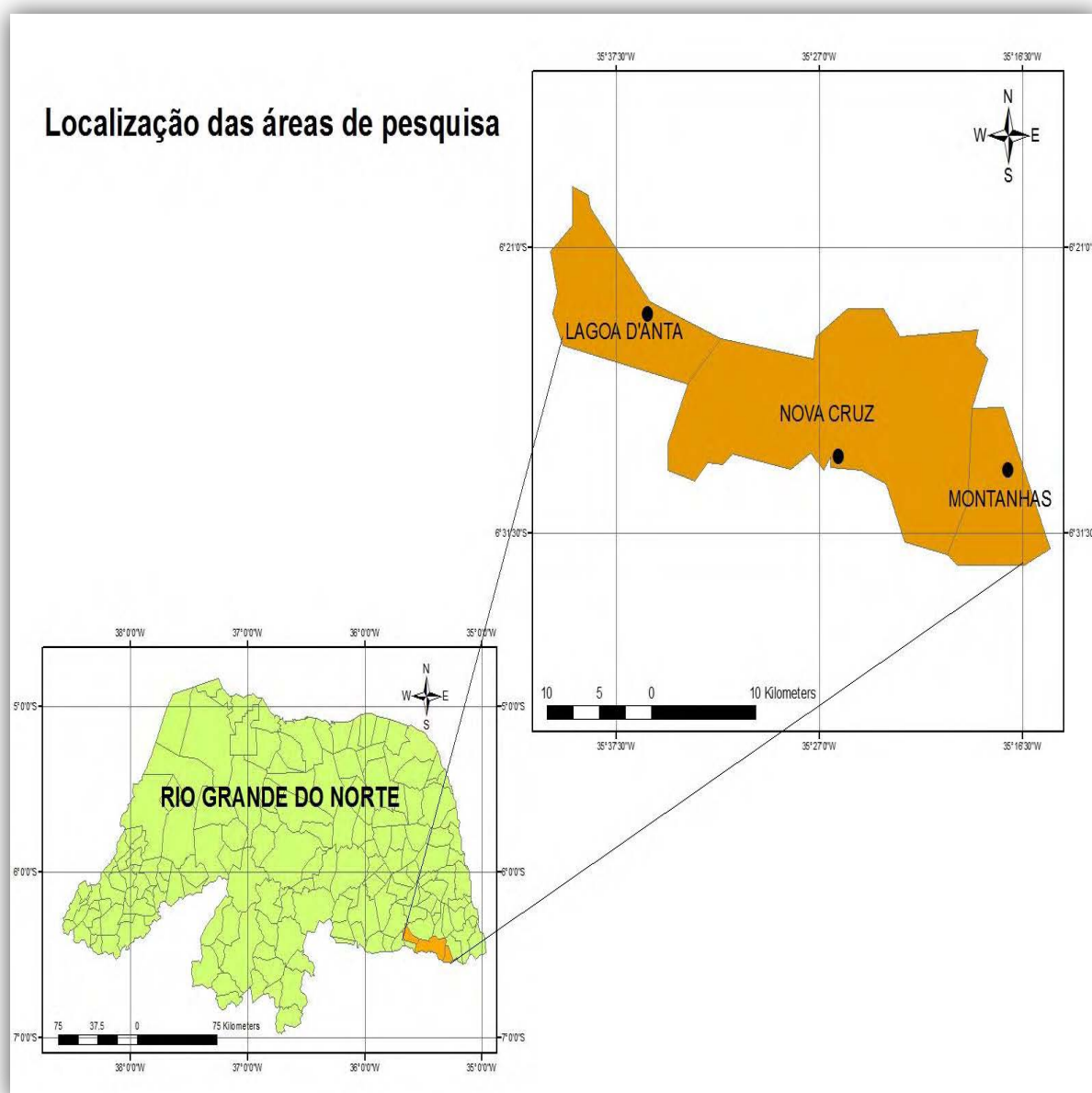


Figura 13: Mapa de localização das cidades de Lagoa d'Anta, Nova Cruz e Montanhas, RN
 Fonte: Marylande Videres: Sudema, 2009. Org. Severino Coutinho

Além dos equipamentos urbanos e prestação de serviços, centraliza funções e reorganiza o espaço. Suas atividades mobilizam fluxos e circulação de mercadorias e pessoas, conferindo a esta cidade a possibilidade de polarização de áreas vizinhas, onde se observa a existência de dependência econômica de locais que sofrem influência, como Montanhas e Lagoa d'Anta.

Um dado importante para análise dessa situação diz respeito ao número de habitantes, seu crescimento ou diminuição; bem como possíveis deslocamentos populacionais de uma área para outra, seja entre as cidades, ou no espaço territorial de um mesmo município, entre a sede e seus distritos. De acordo com pesquisas realizadas pelo IBGE, os municípios de

Montanhas, Lagoa d'Anta e Nova Cruz apresentavam o seguinte quadro de distribuição populacional antes da contagem realizada em 2007, como demonstrado na tabela 02.

Tabela 02: População residente, por situação do domicílio, nos municípios de Montanhas, Lagoa d'Anta e Nova Cruz, RN

Municípios	POPULAÇÃO RESIDENTE								
	1980			1991			2000		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Lagoa d'Anta	1.100	3.249	4.349	2.522	2.549	5.071	3.387	2.242	5.629
Montanhas	3.666	4.102	7.768	6.698	2.926	9.624	8.652	3.296	11.948
Nova Cruz	12.809	13.239	26.048	17.953	12.100	30.053	21.634	12.200	33.834

Fonte: IBGE, Censos 1980, 1991, 2000

Os dados relativos aos recenseamentos constantes da tabela acima, nos anos de 1980, 1991 e 2000, revelam uma tendência de concentração de pessoas nas cidades, das quais, Nova Cruz aglomera maior número de habitantes em relação às cidades de Montanhas e Lagoa d'Anta. Processo impulsionado pelo movimento migratório, principalmente das áreas rurais para a zona urbana, a qual obteve maior investimento nos setores econômicos e sociais consolidando-se como espaço mais atrativo em comparação ao meio rural.

A produção industrial (setor secundário da economia) nas áreas em questão, segundo dados do cadastro industrial do Rio Grande do Norte é pouco expressiva, concentrando-se majoritariamente em Nova Cruz, sobretudo nos segmentos de alimentos, confecções, construção civil, madeireiras, gráficas e artesanato. Os outros municípios são bastante carentes nesse setor, aparecendo como segmento industrial apenas o ramo de alimentos do tipo panificação.

Os serviços de educação nas referidas áreas em estudo são bem diferenciados pelos níveis de ensino oferecidos. A cidade principal, melhor equipada nesse setor é Nova Cruz que conta com o Diretório Regional de Educação das escolas estaduais (DIREDE), tendo ainda em sua área urbana o Núcleo de Ensino Superior do Agreste (NESA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Núcleo Avançado de Educação Superior de Nova Cruz, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), e já em funcionamento um curso do Instituto Federal Tecnológico do Rio Grande do Norte (IFRN). Um quadro, portanto, diversificado e que atende não somente à população de Montanhas e Lagoa d'Anta, mas também de outras cidades. O quadro de estabelecimentos escolares também é bem

diversificado com escolas municipais, estaduais e particulares, oferecendo, portanto, maior número de escolas e grau mais elevado de escolaridade em comparação com as cidades de Montanhas e Lagoa d'Anta (Veja a tabela 03 a seguir).

Tabela 03: Estabelecimentos de ensino, por dependência administrativa, nos municípios de Lagoa d'Anta, Montanhas e Nova Cruz - 1989, 1994 e 2001

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO									
ANO 1989									
Municípios	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR		TOTAL
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	
Lagoa d'Anta	-	-	-	2	9	1	-	-	12
Montanhas	-	-	1	2	13	2	-	-	18
Nova Cruz	-	-	9	7	43	2	-	2	63
ANO 1994									
Lagoa d'Anta	-	-	-	2	9	1	-	-	12
Montanhas	-	-	1	4	11	5	-	-	21
Nova Cruz	-	-	11	13	35	6	-	6	71
ANO 2001									
Lagoa d'Anta	-	-	-	2	7	3	-	-	12
Montanhas	-	-	1	2	5	7	-	-	15
Nova Cruz	-	-	8	8	38	10	1	11	76

Fonte: Anuário Estatístico do RN – 1990, 1995 e 2002

Pela tabela 03, observa-se que a cidade de Nova Cruz realmente apresenta um número maior e mais diversificado de escolas municipais, estaduais e particulares. Um fenômeno observado para os três municípios é o aumento gradual do número de escolas na zona urbana e sua diminuição proporcional no meio rural. Considerando o processo de urbanização do período de 1989-2001, pode-se inferir que este fenômeno é compatível com a transferência de população campo-cidade.

No que diz respeito ao setor de saúde, serviço indispensável à vida e à organização das comunidades, constata-se a seguinte situação, em termos de estabelecimentos de saúde, como evidenciado na tabela 04.

Tabela 04: Estabelecimentos de saúde, por especialidade clínica, nos municípios de Lagoa d'Anta, Montanhas e Nova Cruz – 1989, 1994 e 2001

REDE AMBULATORIAL			
Ano 1989			
ESPECIALIDADES CLÍNICAS	LAGOA D'ANTA	MONTANHAS	NOVA CRUZ
Posto de Saúde	1	2	8
Centro de Saúde	1	1	-
Policlínica	-	-	-
Unidade Mista	-	-	1
Hospitais	-	-	-
Outros	-	1	-
TOTAL	2	4	9
Ano 1994			
Posto de Saúde	1	2	8
Centro de Saúde	1	1	2
Policlínica	-	-	-
Unidade Mista	-	-	1
Hospitais	-	-	-
Outros	-	1	-
TOTAL	2	4	11
Ano 2001			
Posto de Saúde	2	2	12
Centro de Saúde	1	1	2
Policlínica	-	-	1
Unidade Mista	-	-	-
Hospitais	-	-	1
Outros	-	-	-
TOTAL	3	3	16

Fonte: Anuários Estatísticos do RN – 1990, 1995 e 2002

Com relação ao setor de saúde nota-se que houve um gradativo aumento de estabelecimentos de saúde, com exceção de Montanhas que, segundo dados dos anuários estatísticos do Rio Grande do Norte, tinha 4 estabelecimentos nos anos de 1989 até 1994, diminuindo para um total de três (3) no ano de 2001. Ao contrário disso, os outros

municípios, principalmente Nova Cruz, apresentam em seu quadro funcional 16 estabelecimentos de saúde; destes, postos de saúde, policlínica, unidade mista e hospital, registrando resultados na oferta de serviços ambulatoriais mais satisfatórios em atendimento à população, como evidenciado na tabela 04.

Outros serviços como o bancário e o de comunicações tornaram-se também imprescindíveis para a dinâmica e o cotidiano dos lugares, facilitando a informação e, conseqüentemente, a superação de dificuldades em certas formas de trabalho arcaicas, considerando o atual processo de modernização. Esses serviços nas áreas em estudo estão distribuídos da seguinte forma (Ver tabela 05 abaixo).

Tabela 05: Serviços bancários e de comunicação nas cidades de Lagoa d'Anta, Montanhas e Nova Cruz – 2003

Estabelecimentos	Lagoa d'Anta	Montanhas	Nova Cruz
Bancos públicos	-	-	2
Bancos privados	-	-	-
Agências de Correios	1	1	1
Emissoras de Rádio	-	-	2
Sinais de recepção de TV	-	1	6
Jornais em circulação	1	1	3
TOTAL	2	3	14

Fonte: Informativo Municipal, 2003

No que concerne aos serviços bancários e de comunicação, atividades importantes no desenvolvimento das cidades, verificou-se no período referente ao ano de 2003 que a cidade mais bem servida é Nova Cruz com 14 estabelecimentos distribuídos em seu território, cuja utilidade estende-se aos municípios de Montanhas e Lagoa d'Anta, locais com pouca ou nenhuma expressão nesses serviços como demonstrado na tabela 05.

Nova Cruz, por ser a principal cidade da região, foi conquistando uma dimensão regional por apresentar crescimento populacional urbano superior às demais cidades da microrregião Agreste e de outras situadas fora dessa área, mas próximas em função dos limites territoriais. Tais condições viabilizaram investimentos por parte do governo estadual e federal ao implantar importantes instituições públicas que viriam prestar serviços a toda uma região.

1.2 A urbanização e o mundo rural nas cidades pequenas

No período pré-capitalista, as sociedades eram basicamente agrícolas, não se diferenciando muito umas das outras em termos de desenvolvimento, apresentando uma maior diferenciação a partir da introdução do sistema capitalista, quando as atividades ligadas ao setor industrial vão se intensificando e tornando-se predominantes nas cidades. As sociedades foram conhecendo novas maneiras de organização de vida social e, por conseguinte, de atividade de produção no próprio espaço.

Desde então, a partir do momento em que houve progresso em termos de conhecimento, seja nas práticas com a agricultura ou pecuária, hábitos novos se expandiram com a fixação do homem na terra, com a substituição do nomadismo pelo sedentarismo, apropriando-se da natureza para satisfazer interesses de grupos que absorveram poder, donos de terras, proprietários de indústrias e comerciantes.

No espaço rural, a modernização alcançou a terra provocando alterações no cultivo e na vida dos trabalhadores. A nova realidade fundiária (concentração de terras) originou, entre outros problemas, a situação do desemprego que se agravou e a terra tornou-se uma mercadoria onde é possível utilizar tecnologia para produzir e abastecer o mercado. Essa situação resultou não somente numa mudança na estrutura agrária e no modo de vida dos habitantes do campo como estabeleceu novas relações com a cidade. Relações importantes em que um fornece as matérias-primas essenciais às indústrias e o outro recebe produtos e serviços que não produz. Esse processo de divisão em que o trabalho se distingue pelas funções exercidas caracterizou o espaço como rural ou urbano.

Desse modo, o processo de industrialização ocorrido nas cidades chega ao campo e impulsiona a produção e um trabalho agrícola moderno, levando uma cultura iniciada na cidade. Esta por sua vez, apesar de concentrar um número considerável de atividades secundárias e terciárias, em muitos casos, apresenta aspectos de vida rural em meio ao que se denomina urbano.

Em seu trabalho, *Hábitos rurais em vidas urbanas*, Maia (1999) chama atenção para a existência de raridades nas cidades, ou seja, sobrevivência de tempos e espaços em que predominam hábitos e costumes próprios do campo e que ainda resistem ao modo urbano de vida. É evidente que inúmeras cidades, principalmente as pequenas, têm características que diferem do que se considera urbano. Nesse sentido, parte de seus habitantes, apesar de residir na sede do município, não desenvolve trabalhos típicos da cidade. Estes, quando não têm

algum tipo de cultivo ou criação próximo ou em terreno da casa, deslocam-se a áreas mais distantes onde trabalham e de onde retiram o necessário para a sobrevivência. Nesse sentido,

[...] a delimitação do urbano [...] é apenas uma lei que identifica um núcleo em um território ainda preso à base produtiva e ao modo de vida rural. Por vezes a agricultura local envolve o pequeno conjunto de edificações desses núcleos, como que querendo fazer parte dele, ou reclamando por ter sido apropriada (MOURA, 2009, p. 16).

Sposito (2008, p. 15-16), em palestra proferida em Belém do Pará sobre cidades médias e pequenas, defende, entre outras questões, a importância de se trabalhar sob a ótica das articulações. Para ela,

Não há qualquer possibilidade de compreender cidades pequenas e cidades médias sem tratar dessa articulação. É óbvio que [...] essas interações são importantes para se dizer por que essas cidades existem, dizer quais são os papéis que elas desempenham no período atual. Não é possível compreender cidades pequenas e médias sem pensar nos próprios espaços municipais que elas comandam, que elas constituem e que geram a vida de relações econômicas e sociais que as têm como pontos de apoio.

Essa realidade presente entre as cidades brasileiras, em particular com referência às de menor porte, configura-as como centros praticamente rurais, uma vez que possui interação constante com o campo situado em suas imediações. Entretanto, é natural que cada uma, apesar dos pontos em comum, apresente suas próprias particularidades. Assim, cada cidade se desenvolve e promove uma relação interna entre seus indivíduos, e ao mesmo tempo externa, com habitantes de outras localidades que geralmente a procuram para realizar negócios ou utilizar serviços que não dispõem em sua cidade.

Contudo, o processo de urbanização que se desencadeou não só no Brasil como nos demais países subdesenvolvidos apresentam uma trajetória diferente da ocorrida nos países desenvolvidos. Nestes, tal processo se deu de forma a acompanhar as principais necessidades da população que migrava para as cidades. Nelas a industrialização crescia num ritmo capaz de absorver a massa de trabalhadores vindos do campo. Somando-se a isso, o setor terciário também não só empregou como ofertou serviços ao grande contingente que se concentrava no espaço da cidade.

Nos países pobres, como já mencionados anteriormente, o deslocamento populacional do meio rural para a zona urbana se dá rapidamente, não havendo planejamento e infraestrutura para abrigar grandes parcelas de pessoas. Essa realidade, com efeito, gerou

desigualdade socioeconômica, uma vez que o poder público não estava preparado para em tão pouco tempo criar mecanismos para melhor atender ou diminuir o número de migrantes. A péssima qualidade de vida no campo, decorrente de um menor crescimento na oferta de empregos que não se equiparava ao ritmo de crescimento demográfico, acabava por expulsá-los até as cidades. Para Santos (1981),

Do ponto de vista de volume, pelo menos, este fenômeno é mais constante e mais importante na formação atual da população urbana. É resultante, ao mesmo tempo, da atração que a cidade exerce e da repulsão do campo, causas que estão imbricadas e são muito importantes e, às vezes, de difícil apreciação. Uma e outra têm razões econômicas, psicológicas e sociológicas (SANTOS, 1981, p. 24).

Nos países desenvolvidos, a urbanização, que teve início com a Revolução Industrial, portanto, bem antes que nos países subdesenvolvidos, já se encontra estabilizada, estando o êxodo rural e o crescimento vegetativo estáveis. Ao contrário, naqueles países onde esse processo é mais recente, ainda não há uma estabilização, ocasionando uma intensa concentração nos espaços urbanos dos países pobres, como acontece no Brasil. As cidades passaram por um acelerado crescimento, como uma forma de superar o atraso rural e ao mesmo tempo como uma maneira de seguir o modelo de acumulação capitalista implantado nos países ricos.

De modo geral, as possibilidades econômicas estiveram concentradas nas grandes cidades, especialmente nas metrópoles. Estas se constituíram como centro atrativo para milhões de migrantes, incluindo aqueles das cidades pequenas que se dirigiam em busca de novas oportunidades. Outrossim, a expansão dessas cidades ocorre geralmente sem orientação urbana planejada, agravando problemas de exclusão social diversos. A periferização e as condições precárias de sobrevivência nesses espaços revelam a situação desumana criada pelo sistema capitalista.

1.3 A urbanização no Nordeste e as cidades pequenas

Ao estudar a questão urbana em qualquer dimensão, local ou mesmo mundial, dois conceitos estarão implícitos: crescimento urbano e urbanização, sendo preciso, então, entender a distinção entre esses processos. O primeiro refere-se ao crescimento da população residente nas cidades, abrangendo, prioritariamente, o crescimento natural ou vegetativo das aglomerações urbanas. E o segundo termo, urbanização, corresponde a uma transferência de

populações que vivem em áreas rurais com destino a espaços urbanos próximos ou mais distantes, tornando-se realidade quando o número de habitantes das cidades ultrapassa a população da zona rural – resultado da migração campo-cidade.

No Brasil, o meio urbano passou a se destacar, principalmente após a década de 50 quando se acelerou o processo de industrialização, implicando em alterações profundas na base da economia do país, na distribuição populacional pelo território, com os fluxos de pessoas em direção às áreas mais industrializadas e, no cotidiano, com a constante intensificação do consumo.

As transformações bastante visíveis na paisagem urbana, tanto do ponto de vista das construções, quanto da vida humana tornaram-se ainda mais significativas, a partir de uma modificação ocorrida no meio rural, atingido pela mecanização de suas atividades, impostas por novas formas de se cultivar a terra e a sua concentração em mãos de poucos proprietários, o que fez ampliar, entre tantos problemas, o da migração. Num período curto de tempo, as áreas urbanas expandiram-se em forma física e populacional, impelidas pelo aflorar de uma modernização econômica surgida nas cidades, mesmo de pequeno e médio porte, que em poucos anos, alcançaram níveis elevados de produção, fator predominante e transformador de seus territórios em polos econômicos importantes. E precisamente após os anos 1970, o Brasil de fato é classificado como país urbano, com mais da metade de seus habitantes vivendo nas cidades.

Desde esse momento, o território brasileiro adquiriu novas feições estruturais em sua configuração urbana, moderna, dotada de um modelo econômico e industrial desencadeador de grande produtividade, e, ao mesmo tempo, estimulador de uma maior demanda nas atividades de comércio e prestação de serviços. Sendo um processo decorrente da modernização da economia e da sociedade brasileira que passou a fazer uso de produtos produzidos pela indústria e comercializado principalmente na cidade, onde era crescente o número de habitantes, vindos da zona rural – lugar sem investimento que se tornava cada vez mais escasso. Essa característica, entretanto, se pautou no caráter exclusivamente concentrador, excluindo parte desta sociedade das vantagens trazidas pela modernização.

Vale notar, entretanto, que o crescimento urbano não era acompanhado pela ampliação da oferta de empregos, moradias e condições sanitárias e educacionais. Esta defasagem entre número de moradores urbanos e a capacidade de sua inserção no mercado de trabalho, redimensionou o problema da acomodação ou absorção pela vida urbana, deste segmento da sociedade que buscava se integrar à cidade.

A urbanização no espaço brasileiro é uma realidade marcada por períodos e transformações diferentes, principalmente sendo um país de tão grande dimensão territorial. Tendo sido esse processo iniciado na década de 1930, mas ainda de forma embrionária, somente no decênio de 1950 adquire maior importância com as migrações campo-cidade, fenômeno intenso e rápido que concorre para centros urbanos não estruturados capazes de concentrar tantos migrantes.

Durante muitos anos é conhecido como território predominantemente rural baseado principalmente numa economia produtiva agrícola. Suas regiões dinamizavam a produção a nível interno e externo, mas sem muito poder de articulação dificultado pela falta da integração dos subespaços que compõem o espaço brasileiro. É uma fase em que o campo determinava as condições econômicas, políticas e sociais, impondo ao restante do país uma hegemonia dos processos produtivos, especificamente ligados à estrutura estabelecida pela cultura desenvolvida no meio rural e de fortes reflexos nos dias atuais, considerando a distribuição de renda, a reforma agrária e a vida política nas cidades do interior do país que muito lembra a história de domínio do passado.

Desse modo, sempre foi considerado como um espaço formado por subespaços onde sua evolução se dava a partir das próprias condições, impostas quase sempre pela influência que recebia do exterior. No interior do país, no entanto, havia lugares dinâmicos, mas de poucas relações entre si, não caracterizando uma interação de forma interdependente. Somente a partir da segunda metade do século XIX, há certa alteração nessas condições com a produção agrícola do café no Estado de São Paulo que passa a ser o centro mais dinâmico do território nacional.

É nesse estado onde se cria uma estrutura para urbanização, viabilizada por uma infraestrutura que outros estados não tinham, como implantação de estradas de ferro, investimentos nas melhorias dos portos e a inserção de meios de comunicação. Somando-se a isso, as formas de produção capitalistas, o consumo e as relações de ordem internacional propiciaram mais flexibilização a essa parte do território brasileiro. Esse é um elemento de forte diferenciação em relação ao restante do país. Segundo Santos (2008),

É com base nessa nova dinâmica que o processo de industrialização se desenvolve, atribuindo a dianteira a essa região, e sobretudo ao seu polo dinâmico, o Estado de São Paulo. Está aí a semente de uma situação de polarização que iria prosseguir ao longo do tempo, ainda que em cada período se apresente segundo uma forma particular (SANTOS, 2008, p. 30).

No período que compreende o final do século XIX até a década do de 1930, o produto de mais forte dinamismo era o café que dividia parcela da exportação com a borracha, em menor proporção, o que de fato consubstancia o espaço de São Paulo como lugar central do país, marcado por arcaicas formas de produção econômica. Essa condição submeteu ao país a característica de dependente de tecnologia e artigos mais sofisticados, dando-lhe o posto de produtor de bens oriundo do setor primário destinado ao mercado exterior.

Com a entrada de outros países na produção do café a nível mundial, o Brasil perde crédito como grande centro produtor e exportador, quebrando um ciclo de expansão e de rentáveis negócios na pauta de produção do comércio internacional. Isso representou no primeiro momento estagnação na economia local, sendo necessário, nesse caso, a participação do Estado como uma forma de amenizar os impactos deixados com a crise do setor cafeeiro.

Contudo, com a decadência desse sistema de produção agrícola, o espaço da cidade é impulsionado a concentrar cada vez mais a produção e a comercialização, dando maior mobilidade à produção industrial. Além disso, a dinâmica funcional que difere do espaço rural levou aos moradores a vontade e a insistência de residirem em áreas urbanas do território nacional, especialmente nos grandes centros da região Sudeste do país.

A partir dos anos 50, como já mencionado anteriormente, se intensifica a saída de pessoas do campo com destino às cidades. Esse fenômeno ganha maior visibilidade com a chegada de empresas multinacionais. Elas requerem do Estado investimentos estruturantes para que sua produção se consolide. Para isso era necessária uma maior articulação entre as diversas partes do país, cabendo ao governo a criação de vias que permitissem a circulação não só dos produtos fabricados como os meios para atingir esse fim - mão de obra e matéria-prima suficiente, sem as quais tal processo não se efetivaria. Tudo isso contribuiu para maior expansão do mercado de consumo proporcionada por maior facilidade nos fluxos de mercadorias que passaram a abastecer, também, as áreas não produtoras.

Essas transformações foram sendo acompanhadas por melhorias nos serviços locais - água, iluminação pública, etc., essenciais para o desenvolvimento industrial e que aos poucos se disseminam para os centros urbanos espalhados pelo país. Como os aspectos urbanos ainda são indicadores de hábitos rurais, a indústria se adapta a essa realidade, modificando aos poucos esse modelo agrário por um próprio e específico da cidade - a necessidade de consumo industrial. Esse modelo é peculiar à ótica do mercado e do capital que para se desenvolverem carecem da urbanização com os equipamentos em infraestrutura disponíveis ao uso da produção e circulação. As décadas de 1940, 1960 e 1980 apresentam as seguintes taxas regionais de urbanização (Tabela 06).

Tabela 06: Taxas regionais de urbanização

Regiões	1940	1960	1980
Norte	27,75	37,80	51,69
Nordeste	23,42	34,24	50,44
Sul	27,73	37,58	62,41
Sudeste	39,42	57,36	82,79
Centro-Oeste	21,52	35,02	67,75

Fonte: Santos, 2008

Pelos dados expostos acima percebe-se nitidamente diferenças na taxa de urbanização das regiões em períodos específicos do país. Entretanto, ao considerar os índices da década de 40, nota-se que não há grandes disparidades no número de habitantes dessas áreas. Porém, é no período seguinte, mais precisamente, em 1960, que se aceleram os percentuais em relação aos anos anteriores, além da notável mudança no quadro urbano do Centro-Oeste, ultrapassando a região Nordeste. Esta, em 1980, é a menos urbanizada, enquanto que o Sudeste, nas três décadas observadas, se manteve no topo como a de maior expressão nesse fenômeno, seguida pela concentração populacional urbana registrada no Centro-Oeste, que inicialmente apresentava mais fraca urbanização, e na última década, conforme demonstrado, atinge o segundo maior índice nacional: 67,75.

Nas regiões Sul e Sudeste a urbanização se desenvolveu mais rapidamente, promovendo maior interatividade entre as cidades. Já nas áreas que compreendem o Norte e o Centro-Oeste, a modernidade (posterior à Segunda Guerra Mundial) se dá praticamente sobre espaços vazios. Dessa forma foi possível receber investimentos a serviço de uma economia moderna, uma vez que eram praticamente ausentes sistemas técnicos mais avançados. Essa materialidade acelerou a produção e, consequentemente, contribuiu para um aumento nas taxas de urbanização. Enquanto isso, no Nordeste, a introdução de inovações materiais e sociais encontrou dificuldades pelo fato de haver uma cultura social arcaica enraizada no espaço e na sociedade, o que retardou a evolução técnica e material, impedindo maior dinamismo no processo de urbanização, quando comparada às outras áreas do país (SANTOS, 2008).

O Nordeste estava no século XX dependente economicamente do Sudeste. A frágil produção nordestina, baseada em artigos artesanais, não dava sinais de competitividade frente à organizada e crescente industrialização instalada no novo centro do país. Esse fato tornou o Sudeste o principal foco para onde fluíam os nordestinos desempregados e, portanto, sem

opção de permanência na sua região. Isso garantiu mais desenvolvimento e maior crescimento industrial, promovido, sobretudo, a partir da decadência e da massa de trabalhadores que buscavam se engajar em algum tipo de serviço oferecido pelas cidades melhor equipadas no contexto nacional: Rio de Janeiro e São Paulo.

Hoje, a Região Nordeste com uma extensão de aproximadamente 1,5 milhão de Km² (cerca de 18% do território brasileiro), possui uma população de 51.534.406 habitantes, segundo a última contagem da população publicada em 2007 pelo IBGE, ocupando a segunda posição como região mais populosa do país, distribuída em grandes, médias e pequenas cidades, conforme tabela 07 sobre o total de habitantes urbanos por grupos de cidades.

Tabela 07: Distribuição da população das cidades do Nordeste por grupos populacionais

Cidades (nº de hab.)	Nº de cidades	% sobre o total
Até 20 mil habitantes	1.524	85
De 20 a 50 mil habitantes	178	9,9
De 50 a 100 mil habitantes	48	2,7
De 100 a 250 mil habitantes	26	1,5
De 250 a 500 mil habitantes	6	0,3
Acima de 500 mil habitantes	11	0,6
Total	1.793	100

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007

Pelo exposto, pode-se observar que na Região Nordeste a proporção de cidades pequenas junto à quantidade total constitui maioria. O percentual de cidades com populações menores de acordo com os dados analisados em 2007 confirma que das 1.793 cidades existentes, 9,9% são representadas por espaços urbanos cuja população está entre 20 a 50 mil habitantes. Nesse mesmo período conforme a contagem populacional registrada, 85% das cidades enquadra-se no grupo com até 20 mil habitantes. As demais correspondem respectivamente aos seguintes percentuais: 2,7%, 1,5%, 0,3% e 0,6%, o que evidencia ser o Nordeste uma região que reúne em maior escala cidades pequenas.

Essa quantidade de cidades pequenas existentes nessa região tem relação direta com a elevação de muitos distritos a municípios, cujas vilas são transformadas em cidades, quase sempre decorrentes de interesses políticos locais e não por consequência de uma dinâmica urbana capaz de resultar na independência política de uma determinada área em cidade. Um

fato importante, segundo estudos realizados na dissertação de mestrado de Rita Gregório de Andrade (2008), é que nos últimos tempos a migração de pessoas das zonas rurais para a periferia destas cidades vem aumentando. Ressalta ainda:

Este fenômeno decorre, ora da estagnação econômica no campo, ora da modernização agrícola. Vale lembrar que estas pessoas que passaram a viver nestas cidades continuavam com atividades vinculadas ao campo. E esses fatores conduziram o olhar de muitos estudiosos para as cidades médias e pequenas, no intuito de compreender estas dinâmicas (ANDRADE, 2008, p. 27).

Maria do Livramento Clementino, ao escrever artigo sobre pequenos municípios do Nordeste, aponta para a predominância de espaços urbanos deficitários, formados “essencialmente, por pequenos municípios, com funções de intermediação comercial primária, com baixo nível de urbanização e uma estrutura política marcada pelo “mandonismo local”, cuja base de poder sempre foi a propriedade da terra” (CLEMENTINO, 1997, p. 7).

Segundo Wanderley (2001, p. 13),

O desenvolvimento local, nestes casos, deveria basear-se em dois eixos fundamentais: por um lado, uma política de desenvolvimento rural, entendida, genericamente, como a valorização das potencialidades (rurais) do município; por outro lado, a ênfase na função de intermediação, que as pequenas cidades exercem entre os espaços rurais e o sistema de cidades, propriamente dito.

Para a autora, este é um processo de mediação necessário no enfrentamento das dificuldades encontradas nos pequenos municípios, caracterizados pelo isolamento e a precariedade social. Essa intermediação “reforça os processos de inserção do pequeno município nos espaços sociais mais amplos, [...] ela expressa concretamente as formas de integração entre o rural e o urbano [...] e articula a trama social e espacial dos pequenos municípios” (WANDERLEY, 2001, p. 13).

Nesse sentido, quando se reflete sobre cidades pequenas, não se busca uma análise desvinculada da realidade, mas, sobretudo articulada às relações que se dão na esfera local do espaço intraurbano quanto interurbano. Para tanto, a partir dessas considerações compreende-se que as cidades de pequeno porte apresentam especificidades e produzem sua própria história dentro do quadro da divisão territorial do trabalho. Por isso, a tarefa se desdobra em uma breve análise, não se pautando em elaborar respostas para esta abordagem que é bastante extensa e necessita de maior fundamentação teórica.

Quando se leva em conta o universo de cidades desse porte, constata-se que no território brasileiro essa realidade predomina de forma expressiva, já que é significativo o número de municípios com tais características, o que justifica o estudo e interpretação desses centros urbanos, especialmente do Nordeste, região que concentra considerável número de cidades pequenas, como já apontado anteriormente.

Ponto importante nas análises populacionais dessa região diz respeito à sua distribuição feita de maneira desigual na organização geográfica; quase sempre decorrente da condição natural existente, complementada por falta de ações políticas responsáveis para diminuir esse impasse que desintegra a distribuição da população humana do conjunto de moradores residentes no Nordeste.

Há de se ressaltar, porém, que o contingente populacional, considerada sua participação em uma escala nacional, decorre em sua essência, primordialmente pela própria condição histórica, do que das políticas e das questões naturais e econômicas.

Parte-se do pressuposto de que a região desempenha um papel no contexto regional brasileiro em que o traço mais característico foi sempre a economia marcada pela presença das atividades primário-exportadoras desenvolvidas dentro de uma estrutura fundiária em que o latifúndio e o atraso tecnológico, conduziram a sociedade a uma condição de desenvolvimento aquém daquele observado nas regiões Sul e Sudeste do país.

O Rio Grande do Norte, cuja população é de 3.013.740 habitantes (IBGE, 2007), tem seu espaço geográfico dividido em 167 municípios. Destes, a maioria possui pouca dinamicidade e se caracteriza pelas semelhanças sociais e econômicas, mesmo que alguns se localizem em regiões diferentes do estado. E no que diz respeito ao processo de urbanização, esse estado apresenta aspectos distintos do fenômeno no Brasil (Ver tabela 08 e gráfico 01).

Tabela 08: População do Estado do Rio Grande do Norte, 1970 – 2000

População nas datas dos recenseamentos gerais – Rio Grande do Norte					
Ano	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1970	1.550.244	737.368	48	812.876	52
1980	1.898.172	1.115.158	59	783.014	41
1991	2.415.567	1.669.267	69	746.300	31
2000	2.776.782	2.036.673	73	740.109	27

Fonte: IBGE, Censos 1970, 1980, 1991, 2000

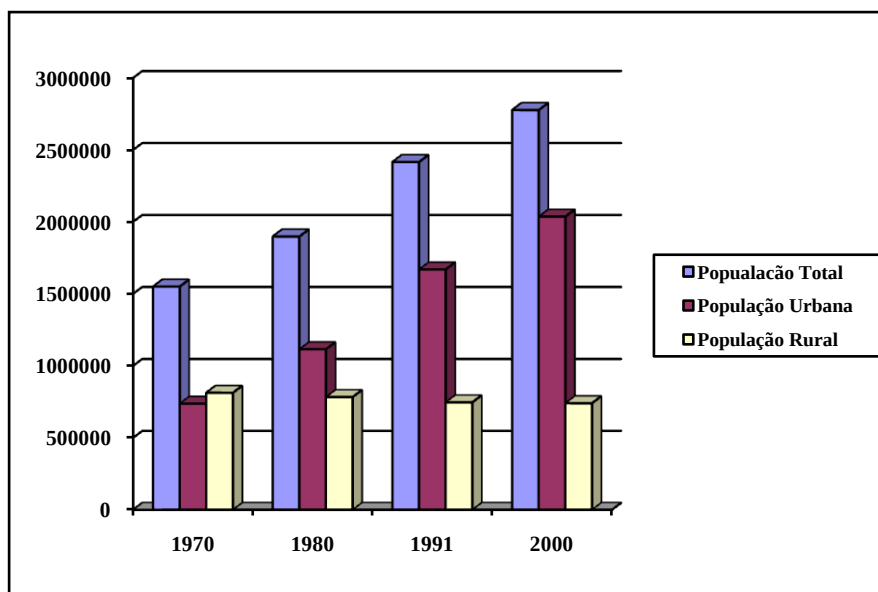


Gráfico 01: População do Estado do Rio Grande do Norte, 1970-2000

Fonte: IBGE, Censos 1970, 1980, 1991, 2000

Esse estado, durante a década de 1970, ainda detinha uma população urbana inferior à população rural. Dados alterados somente na década seguinte quando o fenômeno migratório do campo para as cidades ocorreu mais fortemente, resultando uma inversão no total de população urbana. Registro notificado também nos demais recenseamentos verificados em anos posteriores, de acordo com a tabela 08 e gráfico 01, que evidencia a tendência da concentração de população nas cidades.

A dinâmica demográfica, sem dúvida, gera consequência para o espaço geográfico, determinando mudanças espaciais e apresentando caminhos que se diferenciam na organização da vida das sociedades. E neste caso é importante referir-se à diversidade de modos de vida que podem existir no espaço urbano, principalmente ao considerar áreas como a que foi definida como campo de estudo - espaços interioranos do Rio Grande do Norte – Montanhas, Lagoa d'Anta e Nova Cruz, na Região Nordeste do Brasil.

CAPÍTULO 2 - NOVA CRUZ COMO CENTRO DINÂMICO NA REGIÃO

A compreensão do crescimento e desenvolvimento das cidades, em especial as brasileiras, encontra maior respaldo nos estudos referentes às mudanças ocorridas na economia do país, que no decorrer dos anos, principalmente a partir dos anos 60, passou por um processo de industrialização, o qual transferiu o eixo da economia da zona rural para a zona urbana, onde se concentram as atividades secundárias e terciárias.

Na Região Nordeste, esse processo se dá lentamente. No entanto, nos anos 70 e 80, do século XX, verifica-se considerável aumento do êxodo rural, devido às mudanças ocorridas na economia nacional. Esse fato não implicou necessariamente numa política de melhor redistribuição de renda para a população, o que levou parte dos habitantes de uma determinada localidade para outras mais bem equipadas que apresentam melhores condições de vida.

Isso explica porque o desenvolvimento não se dá de forma difusa, mas em algumas áreas, em certos pontos específicos, dinâmicos e influentes em relação às áreas vizinhas. Contexto em que se insere Nova Cruz, situada geograficamente na microrregião Agreste do Estado do Rio Grande do Norte, onde se concentram atividades urbanas importantes não só para seus municípios, como para populações de demais localidades, tornando-a um centro de relações sociais e econômicas, dentre os municípios que integram a mesma região.

Nas palavras de Vidal de La Blache (apud GOMES, 2007), a região se caracteriza como uma realidade concreta, física, existindo como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta independe do pesquisador em seu estatuto ontológico, cabendo ao geógrafo desvendar, desvelar, a combinação de fatores responsável por sua composição.

O termo, contudo, segundo Corrêa (2005), passou a referenciar uma dada porção da superfície da terra que ao ser comparada a outra área apresentava diferenciação sendo utilizado não só pelos geógrafos, mas também por cientistas sociais quando priorizam nos estudos pesquisas que contemplam a dimensão espacial.

Na concepção de Andrade (1967, p. 35), desde o passado o homem costuma dividir o espaço de acordo com as especificidades apresentadas em suas várias porções, destacando, sobretudo, as condições naturais e o aproveitamento do espaço. Em consequência disso, essas porções designadas como “área”, “região”, são bastante populares no uso cotidiano da população por estarem identificadas com os aspectos que caracterizam essas partes do espaço, denominadas porções.

Para Dumolard (1975), a região não é uma simples superfície, mas uma área organizada por grupos humanos, onde estão presentes os recursos físicos, as forças de trabalho, as invenções e informações que envolvem o consumo. É, em parte, um sistema, que pode ser controlado desde o interior ou exterior, em caso de centralização econômica ou administrativa, como também pelo aspecto adaptativo diretamente relacionado aos intercâmbios de informação que provocam efeitos de retorno e a possibilidade de autor-regulação.

Essa dinâmica, necessariamente, não implica num movimento contínuo, ocorrendo mudanças em escala espacial e temporal, em razão de que a cidade está sujeita a instabilidades e, por conseguinte, modificações que resultam em alterações em sua estrutura e importância na ordem das relações, na condição de área mais influente ou como subordinada a outros espaços com maior poder de articulação.

Segundo Correa (2005, p. 186) “[...] a região é uma classe de área, isto é, um conjunto de unidades de área, como os municípios, que apresenta grande uniformidade interna e grande diferença em face de outros conjuntos”. E são essas especificidades, essas diferenças, que levam a relações cada vez mais intensas, mais flexíveis, e também mais vulneráveis às influências externas. Por isso, não só as cidades de uma região, como as regiões entre si, dependem de certa interação.

A discussão sobre o termo região não se restringe à dimensão apenas de conceito geográfico, mas se insere também nas abordagens de outras ciências. Na Geografia, a discussão a respeito desse conceito e suas conotações perpassam toda a história e correntes de pensamento geográfico. Em alguns momentos, supervalorizada, em outros, deixada para segundo plano. Assim, passou-se por vários momentos de análise dessa categoria no interior desta ciência, desde sua gênese, em que foram sendo alterados significados em função das mudanças operadas na própria Geografia. E o que a distingue das demais áreas, do ponto de vista geográfico é que

a geografia teria se caracterizado por ser o estudo das diferenças regionais. Este é, pois, o traço distintivo que marca a natureza da geografia e a ele devemos nos ater. O método regional, ou seja, o ponto de vista da geografia, de procurar na distribuição espacial dos fenômenos, a caracterização de unidades regionais, é a particularidade que identifica e diferencia a geografia das demais ciências (GOMES, 2007, p. 59).

Diante da diversidade no emprego e na compreensão deste conceito, é o método de análise que difere a noção de região no saber geográfico das demais ciências. Este

conhecimento confere uma compreensão que ultrapassa os aspectos naturais e humanos em direção a um nível de entendimento mais complexo. Dumolard (1988, p. 452) afirma que “El tema de la región goza de una audiencia creciente entre ciertos geógrafos y no geógrafos: al no ser común su lenguaje, hay que formalizar el concepto em términos sencillos y unívocos para hacerlo operativo”. Esse autor ainda acrescenta: “No hay práctica mas habitual para el geógrafo que la distinción de regiones en diversas escalas, y no hay objeto geográfico tan rico, tan complejo, tan impreciso”.

Com o aumento de cidades e o aparecimento de centros de poder em projeção nacional e global, imprime-se um grau de complexidade maior à região, impulsionada pelas transformações na vida econômica e social, uma vez que a dinâmica histórica mudou e as relações também, e a Geografia precisa buscar as fundamentações conceituais e metodológicas para melhor compreendê-la. Santos (2008, p. 246) destaca que “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam”.

O crescimento e aceleração do sistema global de produção dão a impressão de que o mundo parece caminhar para um processo econômico e cultural unificado, de tal forma que a sociedade seria compreendida como a reprodução social caracterizada por essa condição determinada pela globalização.

Gomes (2007) lembra que alguns autores mencionam o fim das regiões com a homogeneização ocorrida entre os espaços e a possibilidade da uniformização dos processos sociais. Porém, em sua concepção, ele ressalta que, mesmo assim “a tão decantada globalização parece concretamente não ter conseguido suprimir a diversidade espacial, talvez nem a tenha diminuído. Se hoje o capitalismo se ampara em uma economia mundial não quer dizer que haja uma homogeneidade resultante desta ação” (GOMES, 2007, p. 72).

Sem dúvida que o mundo mudou. Todavia, o processo de homogeneização, longe de significar aniquilamento da região, significa fragmentação e também diferenciação regional. (LENCIONI, 2005). Sob esse mesmo argumento, Santos (2008, p. 246), aponta para a universalização do fenômeno da região, considerando que “nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização”.

A difusão da globalização representa um novo quadro de organização funcional caracterizado pelo surgimento de um conjunto de diversas possibilidades, que altera equilíbrios preexistentes, impondo leis próprias no mercado e nas cidades, novas modalidades de ações incorporadas aos novos agentes sociais, atuais responsáveis pelos impactos das mudanças sentidas na sociedade. Entender essa lógica e o processo de organização e

reorganização das cidades significa compreender o novo papel do centro urbano e da região nessa dinâmica global.

Todo esse processo configura-se numa totalidade e, dessa forma, para se compreender qualquer fração do planeta é necessário analisar as suas especificidades, suas diferenças e relações, sem as quais não é possível associar a nova dinâmica às condições preexistentes, nem muito menos detalhar sua composição enquanto área funcionalmente singular e em movimento com outras regiões. Evidentemente que os elementos internos não são idênticos, porém, se comparados aos elementos de outra região, percebe-se certos aspectos em comum, ou seja, certa homogeneidade interna.

O período atual, marcado por uma crescente espacialização da economia, diverge daquilo que fora em tempos históricos. O espaço mundial como um todo, cada vez mais se integra, tornando-se uno para atender a demandas em escalas mais abrangentes, por isso, a produção deixa de ser local e assume um caráter planetário. Assim, qualquer área do globo, seja cidade ou região, perde parte de sua autonomia em razão da maior vulnerabilidade ao externo que perpassa fronteiras e suprime particularidades locais.

Segundo Santos (2008, p. 53), “estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição”. Todos esses aspectos são importantes e se complementam pelas diferenças e até dependem delas para continuarem desenvolvendo relações, incluindo aquelas de ordem interna, existentes entre as unidades de uma mesma área, ou seja, as cidades e suas singularidades, como a vida social, política, econômica e cultural, presentes na região. Para Dumolard (1988, p. 453),

La región es una estructura, caracterizada, en efecto, por las propiedades de sus elementos (lugares habitados), y, más aún, por las relaciones entre ellos. Las propiedades de cada lugar están determinadas por subestructuras (estructuras locales) configuradas por los estados, en ese punto, de las diversas tramas, económica, demográfica, social, cultural, física y por las relaciones entre esas tramas, relaciones que [...] denomina verticales. Entre cada punto de la región, dotado de una estructura vertical, y todos los demás, existen relaciones horizontales (espaciales), directas o indirectas.

Considerando esses aspectos, entende-se que as cidades se articulam com outras, próximas ou distantes. Realidade em que se situa a temática deste trabalho, cuja análise se permite expor que por conta da falta de condições satisfatórias de vida, a população sofre em

determinadas localidades, sendo obrigadas a buscar outras cidades, onde possa encontrar melhores oportunidades para satisfazer necessidades de consumo.

A partir desse entendimento, nota-se que alguns elementos, entre eles, o comércio, atuam como fator preponderante, pelo qual se ampliam, em seu entorno, as vias de transportes necessárias ao fluxo e (re) fluxo de pessoas e mercadorias ao núcleo urbano que pode funcionar como centro polarizador de atividades, cujo crescimento depende dos investimentos e de seu reflexo no desenvolvimento. E o crescimento, em particular, o econômico, é próprio de áreas beneficiadas por um tipo ou vários agentes de produção que se expande e agrega outros componentes, como comercialização e circulação, na cidade ou na região. Assim, para Perrox (apud ANDRADE, 1967, p. 64), “O polo é o centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente, e o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região”.

Outro aspecto evidente sobre o fluxo e o crescimento é que ele não surge em toda parte, ao mesmo tempo, pois se manifesta sob intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento, e propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais que variam no conjunto da economia (PERROUX, 1975). Outro fato relevante nesta abordagem é que “um polo de desenvolvimento não é equivalente a uma indústria chave, a uma base econômica, a uma zona industrial ou mesmo a algum fenômeno geograficamente concentrado. Ele deve ser interpretado, antes, em seu sentido essencialmente econômico e funcional” (HANSEN, 1975, p. 148).

Segundo Lausuen (1972, p. 113-114),

O conceito de “pôle croissance” (polo de crescimento), juntamente com conceitos conexos, tais como centros de crescimento, polos de desenvolvimento, regiões “core” e centros regionais, tornou-se uma ideia de grande aceitação. É um conceito amplamente citado [...] e goza do privilégio de todos os verbetes míticos: por um lado, ele soa para política social como um conceito útil; por outro lado, sendo imprecisamente definido, ele não é facilmente sujeito a testes de significação. Quando este conceito é utilizado no planejamento, o malogro das políticas nele centralizadas é geralmente atribuído às maneiras e métodos pelos quais ela foi implementada, e não à inadequação do conceito em si.

Para Souza (2005), as noções de polo e também de região polarizada se associam às ideias de urbanização e industrialização. A região polarizada é formada por vários centros urbanos que mantêm relacionamento com o polo central dinâmico. Nesse processo estão presentes as noções de funcionalidade, hierarquia e heterogeneidade nas relações que se dão no polo no interior da região polarizada. Assim, “existe uma hierarquia no poder de

encadeamento dos setores de atividades, como existe uma hierarquia na irradiação das cidades. Essas duas hierarquias, uma técnica, outra geográfica, são independentes e formam duas dimensões distintas” (BOUDEVILLE apud SOUZA, 2005, p. 92).

Trata-se de uma cidade geralmente de maior porte e que envolve revalorização econômica e afluxo migratório considerável, que tem amplitude em termos de espacialidade geográfica, tanto no que diz respeito à sua ascensão entre o conjunto de cidades que se insere na mesma rede urbana, como a partir da criação de novas funções e de centros urbanos que se constituirão em unidades complementares ao crescimento e complexidade da área urbana de maior importância regional.

Esse processo passa pela compreensão de que para análise mais geral da realidade é fundamental o entendimento do que é a vida nas cidades, seu funcionamento, suas relações; enfim das peculiaridades inerentes à dinâmica e arranjo particular de cada cidade; e dependendo das condições existentes e do jogo de relações que se vão estabelecendo, surge o centro-ponto de influência numa região, como é exemplo Nova Cruz e sua capacidade de polarização em relação às cidades de Montanhas e Lagoa d’Anta, no Rio Grande do Norte.

2.1 A mobilidade da população: fluxo e retorno diário à cidade de origem

A discussão sobre os movimentos populacionais, levando-se em consideração o tempo de duração e a direção dos deslocamentos, bem como a dinâmica que caracteriza esse processo, sempre apresentou importância significativa para os estudos de população e sua mobilidade, embora nem sempre seja diretamente abordada, tendo em vista não dizer respeito unicamente a movimentos definidos, de uma área para outra, mas sim a uma série de movimentos causados por fatores que diferem em termos de espacialização geográfica, e, nesse sentido, a análise não deve ocorrer sem a devida associação às condições e situações reais de vivência, sem as quais perde-se a possibilidade de compreender efetivamente a realidade.

Não há país, região ou município, mesmo pequeno, que não tenha passado por essa fluidez relativa ao deslocamento de pessoas em escala local ou num espaço mais amplo – intrarregional. Tal movimento se dá pelo crescimento demográfico alcançado e pela organização social e econômica presente no interior de cada localidade. Além disso, outros aspectos devem ser considerados; dentre eles, vale destacar: a permanência ou diminuição desses movimentos, as causas e interferências, bem como se são espontâneos ou por

necessidades e se estes ainda são caracterizados como individuais ou coletivos. Segundo Damiani (1997, p. 46),

Os componentes da dinâmica populacional podem ser examinados no interior dos processos sociais, de mais de uma maneira. Podem manter relações externas com outros elementos desses processos, permitindo quantificações e comparações [...]. Ou, podem ser concebidos como uma face particular, rica dos processos sociais. Desta forma, abrem perspectivas de análise dos dramas humanos, nascidos das contradições e constrangimentos recentes de nossa sociedade, e das relações e valores, que de maneira deteriorada ou não, são preservados, definindo os termos da reprodução da vida e da morte.

Dentro da Geografia da população muitos conceitos referentes à mobilidade são estudados, alguns deles mais antigos e outros mais recentes na história das migrações e que surgem em razão de tentar explicar a complexidade do mundo atual. Dessa forma, entende-se que um contato inicial com os conceitos ou denominações dadas a todo esse processo fornecerá, posteriormente, melhor embasamento para poder discutir essa questão.

Não se pretende com isso descrever todos os movimentos, mas simplesmente, apresentar brevemente os tipicamente conhecidos, por meio de exemplos característicos quanto ao seu perfil – se definitivas, circulares ou temporárias, quando são analisados os deslocamentos em sentido temporal; e externa ou interna, quando se verifica de onde as pessoas saem e para onde elas se destinam. Tais variáveis, tempo e espaço, possuem forte vinculação, daí porque estar inter-relacionado, de outro modo, serve como elemento central na compreensão das migrações, sejam elas de âmbito local, regional, nacional ou internacional. Desse modo,

Quer a migração se verifique através de distâncias longas ou curtas, quer envolva algumas centenas ou vários milhões de indivíduos, ela, em todos os casos, acaba transformando não só a área de origem como, também, a de recepção e, às vezes, também transformando o modo de vida dos migrantes e seu próprio metabolismo e sua mentalidade. É, na realidade, não sem profundo motivo que um ser humano pode empreender tal aventura, e, através de muitas correntes de migração que procuramos determinar, podemos discernir certos incentivos comuns (BEAUJEU-GARNIER, 1974, p. 247).

Esse fato, no entanto, não é de fácil descrição, tendo em vista a dinâmica dos movimentos migratórios, que varia muito de um lugar para outro, quase sempre estando associado ao descontentamento, pois é isso que leva as pessoas a procurarem algo mais, e, muitas vezes, nada mais é que o desejo ardente de algo novo (BEAUJEU-GARNIER, 1974).

O atrativo se dá pelo incentivo a determinados aspectos de desenvolvimento, especificamente o econômico, que se fortalece em função de outros aspectos bem definidos como a insatisfação provocada por diferentes fatores essenciais na motivação da decisão final de tais movimentos.

Essa mobilidade, decorrente de condições econômicas, pode apresentar conotações estruturais e conjunturais. Essas condições aparecem de imediato, porém, suas implicações também podem ser percebidas ao longo do tempo. Assim, os movimentos migratórios impulsionados pelos fatores econômicos determinam os processos e a dinâmica socioespacial do lugar.

Desse modo, as interferências de ordem estrutural na economia e a capacidade para identificar e direcionar os elementos que darão sustentação à estruturação do desenvolvimento espacial terá consequências na vida da população. De outra forma, se há uma desaceleração do crescimento econômico em um período curto de tempo, tem-se uma situação de natureza resultante de condições conjunturais. Estas, contudo, podem gerar alterações na base produtiva de uma cidade ou região, por exemplo, causando mudanças em âmbito estrutural, o que significa dizer que ambas as situações se relacionam e alimentam as condições de existência ou surgimento da outra.

Outros fatores, além do econômico, a influenciar as migrações são as questões políticas, culturais e as movidas por elementos naturais. O homem, ao buscar praticar uma atividade ou deslocar-se de um ambiente para outro a fim de suprir necessidades leva em consideração esses aspectos. Isso porque há ligações entre a sociedade e a organização do espaço e, desta forma, dependendo das mudanças decorrentes, principalmente, das ações humanas numa área há atração ou saída da população.

A forma como as pessoas se relacionam com a região ou cidade, por exemplo, vai se modificando, enquanto sua capacidade de intervenção se expande, promovendo alterações de suas características no cotidiano do espaço urbano e no fluxo de pessoas. Além disso, a presença de maior contingente populacional não garante dinamismo nem sobreposição de uma área para que se defina como local de opção, mas que esta esteja inserida em projetos concretos, onde se verifique marcas que identifiquem condições de vida que satisfaçam necessidades humanas.

As migrações decorrentes de fatores políticos dizem respeito a questões vinculadas ao território como possibilidades de formação de novos países, guerras externas, envolvendo disputas territoriais e até internas conforme as condições específicas e às vezes divergentes no interior de um país. Essas situações geram diversos problemas: mortes, perseguições e

expulsões de populações que residem nesses territórios onde esses conflitos acontecem. Contudo, é importante salientar que essa mobilidade não se dá somente em situações de violência, tendo em vista os deslocamentos surgidos com a abertura política entre nações, permitindo o fluxo e até a definitiva fixação de pessoas em um Estado diferente da sua nacionalidade.

Por outro lado, as migrações motivadas por fatores culturais também têm conotação política e decorrem, principalmente, de conflitos resultantes de discordâncias religiosas e questões étnicas que culminam num processo de perseguição e, conseqüentemente, num cenário marcado pelo deslocamento de migrantes que não têm seu modo de vida aceito por toda a população, e, por isso, buscam moradia em outros territórios.

Já em relação ao processo migratório advindo de fatores naturais, estes estão relacionados a fenômenos da natureza cuja dimensão pode afetar em proporções consideráveis a população. Entre outros, as secas no Brasil caracteriza-se como um dos fenômenos a castigar a Região Nordeste, sendo em parte responsável pela diminuição do trabalho no campo como também por maior fluxo migratório, fazendo desta região a área central na história das migrações internas no país.

Além dos principais fatores envolvidos nos deslocamentos populacionais, é importante compreender que a dinâmica demográfica apresenta diferentes formas de migração, dentre elas, do tipo: definitivas, circulares, temporárias, externas ou internas. O ir e vir de pessoas para estudar, trabalhar, fazer compras, passear ou tirar férias em outra cidade retrata como a mobilidade da população é bastante ampla em se tratando de migrações.

Considerando esses deslocamentos, as migrações definitivas se referem àquelas em que há uma permanência por parte das pessoas que procuram locais diferentes do seu, estabelecendo-se definitivamente na nova localidade de destino. Enquanto que nas migrações circulares, pelo fato de algumas áreas promoverem melhor desenvolvimento tecnológico, cria-se a expectativa de atração e deslocamento para essas áreas, não significando haver uma identificação com o lugar, podendo ocorrer o retorno às suas raízes, “terra natal”, ou, simplesmente, optar por outro lugar para fixar moradia. Já as migrações do tipo temporárias, ao contrário dos deslocamentos tidos como definitivos, consideram a frequência determinada por certo tempo ao lugar de destino, podendo ser denominadas de diárias devido aos fluxos permanentes para locais abastecidos por atividades capazes de satisfazer necessidades e, também, de sazonais por obedecer a períodos do ano onde melhor se desenvolve algum tipo de produtividade econômica.

Tais situações podem ser sentidas na esfera local, regional, nacional ou internacional, evidentemente que sob condições e contextos diferentes. Esse fenômeno não pode ser pensado apenas sob o ponto de vista externo, da mesma forma que não se deve analisar considerando somente a mobilidade a partir da hegemonia da cidade grande em relação à menor, isso porque o fluxo também é possível de ser identificado entre as pequenas cidades brasileiras.

Assim, essa mobilidade pode ser observada a partir de deslocamentos populacionais de uma cidade, cujo espaço urbano apresente fragilidade econômica para outra que possua algum atrativo decorrente de sua estruturação urbana, que, em geral, é equipada com atividades que expressam funcionalidade a nível local e regional.

Para Jardim (apud PAGANOTO, 2008, p. 42), “as migrações pendulares estão relacionadas aos processos de deslocamento da população no território, num determinado contexto e tempo socialmente constituídos”. Essas migrações segundo o autor “ganham especificidades e finalidades a partir da estrutura e das mudanças na organização da economia e da sociedade”. Esse tipo de “deslocamento para fins de trabalho ou estudo é conhecido como migração pendular” (PAGANOTO, 2008, p. 78).

Na realidade, o comércio, os serviços públicos e privados e outras atividades em locais apropriados ao funcionamento envolvem os participantes em certo número de deslocamentos nem sempre de origem local, mas, às vezes, provenientes de outros espaços circunvizinhos ao lugar onde se encontram organizadas determinadas funções terciárias.

O cotidiano vivenciado pela cidade de Nova Cruz no Rio Grande do Norte define bem essa realidade. A disponibilidade de equipamentos urbanos diversificados: meios de comunicação, transportes mais acessíveis a outras localidades, serviços bancários, universidades, etc. constituem fatores de influência na região, contribuindo para um maior fluxo de pessoas que frequentam esta cidade há muitos anos, e que permanecem até os dias de hoje.

Esse crescimento não é recente e continua a se processar. O espaço urbano se expande e as áreas ocupadas por algumas funções econômicas também. Isso ocorre por toda a cidade, mas especialmente no centro – lugar que recebe importantes investimentos do setor terciário, e, por isso, ainda é *locus* de atração comparando-se aos demais bairros da cidade. Existe, evidentemente, um movimento diário de pessoas de outras áreas em torno desta cidade caracterizado como vai e vem, ou seja, de saída e retorno ao local de residência. Assim, ao reconhecer que, de fato, há efetivamente considerável número de pessoas envolvidas nesse processo é porque existem fatores que determinam essa convergência. É essa, na essência, a

explicação para tanta gente procurar ambientes com melhores condições econômicas e menor carência em termos de variedade de funções urbanas que outras localidades, de menor complexidade.

Nestas, contudo, as pessoas se opõem por não se satisfazerem socioeconomicamente, ao passo que o desejo de não romper os laços familiares cria no indivíduo uma identidade com o lugar. Isso faz com que ele permaneça na cidade, mesmo que para isso precise deslocar-se ao principal centro urbano da região, de onde retorna após algumas horas. Damiani (1997) afirma que

No seio do processo de homogeneização persistem particularidades [...]. Particularidades que podem se afirmar no interior de lutas, de contestações, enquanto diferenças reais, na forma da restituição das identidades diferentes. Isso envolve o reconhecimento [...] de seu modo de ser, de suas representações do mundo e de seu conteúdo histórico (DAMIANI, 1997, p. 98).

Quando se estuda o universo da mobilidade da população, percebe-se que em muitas situações as características de alguns locais insistem em permanecer, não desaparecendo com o processo de modernização e de relações cada vez mais intensas. O modo de vida e os aspectos culturais mantêm-se, apesar das mudanças verificadas atualmente com a globalização e a capacidade de articulação e mobilidade de pessoas entre as cidades. Nestas,

As áreas centrais geram atrações, expressando centralidades urbanas [...] que podem ser múltiplas, com variadas determinantes numa mesma cidade ou na rede urbana. Nessa perspectiva, precisam ser entendidas a partir da configuração da base material e dos diferentes fluxos de pessoas, automóveis, capitais, decisões, informações, mercadorias, etc. (SILVA, 2006, p. 18).

Com base nessa concepção, compreende-se que a área central da cidade de Nova Cruz expressa centralidade local e também regional. Porém, não se pode deixar de considerar as interações com a capital, da qual depende, tanto dos serviços como do setor comercial. Nessa relação à menor se caracteriza como a cidade dependente que procura se abastecer na cidade principal e de maior influência do Estado – Natal.

Nesse processo em que Nova Cruz recebe influência da capital, ela também exerce papel importante na microrregião Agreste Potiguar, chegando a ser considerada o principal centro urbano desta Região. Por esta razão mantém liderança em relação aos núcleos urbanos situados próximos territorialmente, incluindo os do vizinho Estado da Paraíba.

A área mais procurada da cidade de Nova Cruz sempre foi o centro pelo conteúdo urbano, seja pelos reflexos apontados pela dinâmica econômica ou pelas relações sociais. O centro, indiscutivelmente, constituiu-se no lugar onde se desenvolvem atividades em escala e importância que diferem do restante do mosaico urbano da cidade. Nele se expressam as marcas de tempos do passado entrelaçados às mudanças engendradas pela sociedade com o atual estágio de modernidade (Figura 14).



Figura 14: Centro - Nova Cruz, RN

Fonte: Acervo da prefeitura municipal de Nova Cruz, 2008

Não é difícil estabelecer um marco histórico dos elementos que deram movimento e mais vigor na coordenação das atividades desenvolvidas nessa área, desde o comércio popular de rua como a feira livre municipal até aqueles mais sofisticados organizados por diversos estabelecimentos, entre outras funções, a exemplo da gestão administrativa, que ainda permanece no centro. Cada uma dessas atividades serviu de atração e estímulo ao funcionamento de outras.

De fato, a história remete aos elementos que comandaram e ainda comandam o processo de formação e organização do centro, inclusive fornece subsídios para saber quando um é mais atuante que outro. Neste contexto, vale frisar que até os anos 80 as relações comerciais e interações com outros bairros e mesmo com outras cidades se davam basicamente a partir do centro. Isso porque até essa década a feira era desenvolvida nesta área, o que dinamizava as relações sociais e espaciais de forma mais intensa.

A saída desse tipo de comércio popular do centro da cidade gerou mudanças no cotidiano ao levar feirantes e consumidores a outro espaço localizado não mais nesta área, e sim em outro bairro da cidade. Passadas quase duas décadas, esse fenômeno comercial deixa marcas da sua funcionalidade, visto ter sido um agente essencialmente importante ao surgimento de empreendimentos comerciais que ainda hoje permanecem em funcionamento, além dos serviços que se estabeleceram e outros que ainda se instalam nessa área.

Para se compreender o funcionamento da cidade, mas também para explicar, sob nova luz, as relações externas da cidade com sua região de influência ou com as outras cidades, é possível estudar a economia urbana sob a ótica de dois circuitos denominados: superior e inferior (SANTOS, 1979). A esse respeito esse mesmo autor considera:

O exame das características de cada um dos dois circuitos evidencia uma oposição entre ambos. Em contrapartida, no interior de cada circuito, tecnologia, organização, porte da atividade, regime e volume de emprego, recurso ou não à publicidade, etc. aparecem como elementos dotados de uma lógica interna. O circuito inferior encontra os elementos de sua articulação na cidade e sua região, enquanto que o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e de sua região (SANTOS, 1979, p. 37).

Desse modo, das atividades desenvolvidas na cidade, a feira se enquadra no tipo de circuito inferior. Isso porque se mantém como importante comércio popular de alcance espacial que não se restringe apenas ao local, mas à escala regional, uma vez que é possível encontrar nos dias de funcionamento pessoas de outras cidades, principalmente as que estão situadas em torno dos limites territoriais de Nova Cruz.

Um processo em que o espaço, ao mesmo tempo em que ganha investimentos novos, renova antigas formas comerciais, impondo transformações produtivas e um sistema de relações que diferem do passado. Surgem assim mais atividades beneficiadas pelas já existentes e que dinamizam ainda mais a cidade. Concomitantemente a esse processo redimensionam-se as interações desse espaço – o centro não somente a nível local, mas com áreas urbanas ou rurais de outros municípios, pois um espaço interage com outros próximos ou distantes, dependendo das condições socioeconômicas, do grau de dependência ou de influência.

Para entender melhor essa realidade realizou-se uma pesquisa, aplicando-se 100 questionários no centro da cidade, no intuito de analisar a frequência das pessoas para essa área e o grau de interação deste com outros bairros a nível local e também com outras cidades. Ver tabelas sobre frequentadores do centro de Nova Cruz.

Tabela 09: Nova Cruz: Local de residência dos frequentadores do centro – 2009

Bairros	Quant.	Percentual
1. Centro	6	6%
2. São Sebastião	12	12%
3. Salgado	4	4%
4. Sol	7	7%
5. Frei Damião	10	10%
6. Conjunto IPE	2	2%
7. Alto das Flores	4	4%
8. Planalto	5	5%
9. Nova Esperança	1	1%
10. Santa Luzia	3	3%
11. Bela Vista	2	2%
12. Antônio Peixoto Mariano	2	2%
13. Portal do Agreste	1	1%
14. Zona Rural	12	12%
Outros municípios do Rio Grande do Norte		
15. Montanhas	7	7%
16. Lagoa d'Anta	7	7%
17. Passa e Fica	5	5%
18. Santo Antônio	1	1%
19. Outros municípios de outros estados	9	9%
Total	100	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Pela análise da tabela acima, observa-se haver uma predominância da frequência ao centro de Nova Cruz, oriunda da própria localidade. Os bairros de São Sebastião, o Sol e a Zona Rural apresentaram maior percentual nos dados da pesquisa. Frequentam ainda essa área moradores de outros estados e de outros municípios do Rio Grande do Norte, principalmente os que estão situados mais próximos: Montanhas, Lagoa d'Anta, Santo Antônio e Passa e Fica, sendo os dois primeiros os de maior destaque na procura pelo centro da cidade de Nova Cruz.

Nessa mesma enquête ainda se buscou saber sobre o nível de escolaridade e a renda familiar dos frequentadores do centro, seja dos residentes na cidade onde tal pesquisa foi

aplicada, seja de pessoas de outras localidades que se encontravam no momento da aplicação do questionário, conforme especificado nas tabelas 10 e 11.

Tabela 10: Nova Cruz: Índice de escolaridade dos frequentadores do centro – 2009

Escolaridade	Quant.	Percentual
Sem instrução	0	0%
Fundamental incompleto	21	21%
Fundamental completo	8	8%
Médio incompleto	19	19%
Médio completo	39	39%
Superior incompleto	3	3%
Superior completo	10	10%
Total	100	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Tabela 11: Nova Cruz: Renda familiar dos frequentadores do centro – 2009

Renda familiar	Quant.	Percentual
1. De 1 a 3 salários mínimos	91	91%
2. De 3 a 5 salários mínimos	3	3%
3. De 6 a 10 salários mínimos	1	1%
4. De 11 a 15 salários mínimos	0	0%
5. De 16 a 20 salários mínimos	0	0%
6. Acima de 20 salários mínimos	0	0%
7. Não sabe ou não informou	5	5%
Total	100	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

O objetivo foi o de verificar as condições socioeconômicas dos frequentadores. Para isso analisou-se o nível de escolaridade e a renda familiar das pessoas. Nesse caso fica claro que grande parte dos pesquisados estão na faixa que compreende do ensino fundamental ao médio, refletindo uma condição social equiparada ao rendimento entre 1 a 3 salários mínimos, o que expressa forte concentração popular, principalmente, porque, tanto a cidade de Nova Cruz, como Montanhas e Lagoa d'Anta, apresentam um quadro populacional marcado por um baixo poder aquisitivo.

Diante disso, compreende-se que essa população faz uso daquelas atividades cujo acesso é comum a toda a sociedade. Dentre estas, os serviços de transporte utilizado, que na

análise em questão são geralmente de estilo popular devido às condições sociais específicas dessas cidades e de seus respectivos habitantes. A tabela 12 ilustra bem essa situação.

Tabela 12: Nova Cruz: Meio de transporte utilizado para deslocamento ao centro – 2009

Meio de transporte	Quant.	Percentual
Automóvel	27	27%
Ônibus	14	14%
Moto	34	34%
Pedestre	25	25%
Total	100	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Com relação ao meio de transporte utilizado para deslocamento ao centro nota-se que dentre as formas mais usuais estão a moto e o automóvel. O transporte coletivo neste caso é utilizado pelos frequentadores vindos das cidades que fazem limites com Nova Cruz, tendo em vista não existir esse tipo de transporte na área urbana da cidade. Esta situação, no entanto, não impede a procura por bens e serviços no centro da cidade como evidenciam as tabelas 13 e 14.

Tabela 13: Nova Cruz: Bens e serviços procurados no centro – 2009

Bens e serviços	Quant.	Percentual
Lazer	5	5%
Compras	5	5%
Serviços	41	41%
Trabalho	38	38%
Lazer e compras	1	1%
Compras e serviços	5	5%
Lazer e trabalho	1	1%
Lazer, compras e serviços	2	2%
Trabalho e serviços	1	1%
Lazer, compras, serviços e trabalho	1	1%
Total	100	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Tabela 14: Nova Cruz: Motivos de frequentar o centro – 2009

Motivos de frequência	Quant.	Percentual
Infraestrutura	2	2%
Localização	51	51%
Preços	14	14%
Variedades	23	23%
Outro	10	10%
Total	100	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Nessas tabelas percebe-se que os serviços e o trabalho ganham destaque quanto à preferência pelo centro. De fato ambas as atividades são predominantes nessa área como já explicado anteriormente, diferente do setor de compras que com a transferência da feira para outro bairro há uma sensível diminuição do comércio no centro. No entanto, a localização e a variedade são motivos suficientes para levar as pessoas à área mais antiga da cidade – o centro.

Um dado interessante refere-se à periodicidade e ao tempo de permanência das pessoas quando se deslocam até o centro para utilizar serviços, trabalhar ou realizar outras atividades que são desenvolvidas nesse espaço. As tabelas 15 e 16 trazem um demonstrativo dessa realidade.

Tabela 15: Nova Cruz: Periodicidade dos frequentadores na frequência ao centro – 2009

Periodicidade	Quant.	Percentual
Ao menos 1 vez por semana	23	23%
Ao menos 1 vez a cada duas semanas	8	8%
Várias vezes por semana	42	42%
Ao menos 1 vez por mês	17	17%
Sem prioridade	10	10%
Total	100	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Tabela 16: Nova Cruz: Tempo médio de permanência de frequentadores no centro – 2009

Tempo médio de permanência	Quant.	Percentual
Menos que 30 minutos	35	35%
De 30 minutos a 1 hora	11	11%
De 1 a 2 horas	14	14%
De 2 a 4 horas	10	10%
Acima de 4 horas	30	30%
Total	100	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Os dados obtidos nessa enquete expressam o perfil de mobilidade da população que procura este espaço da cidade. Primeiro porque grande parte dos entrevistados respondeu frequentar o centro várias vezes por semana, segundo que o tempo de permanência está em torno de menos que 30 minutos, significando uma cotidianidade por parte dos frequentadores que passam pouco tempo, apesar do constante deslocamento ao centro. Tal fato demonstra ser esta área um lugar de fácil acesso, onde as pessoas gostam de frequentar, conforme explicitado nas tabelas 17 e 18.

Tabela 17: Nova Cruz: Facilidade no acesso ao centro – 2009

Acesso ao centro	Quant.	Percentual
Sim	90	90%
Não	10	10%
Total	100	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Tabela 18: Nova Cruz: Pessoas que gostam do centro – 2009

Preferência pelo centro	Quant.	Percentual
Sim	75	75%
Não	25	25%
Total	100	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Pela observação dos dados contidos nas tabelas, constata-se que a área – foco dessa pesquisa é, tanto para os moradores de Nova Cruz como de outras cidades, a exemplo de Montanhas e Lagoa d’Anta, um local de fácil acesso, para onde as pessoas costumam

deslocar-se. “De fato, a área central constitui-se no foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada [...]” (CORRÊA, 2005, p. 38).

Com base nisso, pode-se afirmar ser o centro o lugar mais frequentado, seja em função dos serviços, seja devido ao trabalho. Duas atividades em maior variedade e oferta nesta área, apesar de não mais funcionar o maior evento popular – a feira livre municipal - que nos dias atuais se instala em outro bairro (São Sebastião), expressando uma nova centralidade oriunda do centro da cidade (Figura 15).



Figura 15: Bairro São Sebastião - Nova Cruz, RN
Fonte: Acervo da prefeitura municipal de Nova Cruz, 2008

A feira livre, sem dúvida, constitui-se numa forma de comércio popular que expressa centralidade local e regional. A escala e a importância que este fenômeno adquiriu nos últimos anos têm contribuído para a alteração no ritmo e na paisagem urbana da cidade ao gerar a descentralização das atividades, antes concentradas no centro e agora dispersas em outras áreas que ganham movimento com a circulação de mercadorias e pessoas.

Essa realidade presente no cotidiano da cidade não tem o sentido apenas comercial, delineando-se também como lugar de sociabilidade, transformando o simples ato de consumir num momento de desconcentração, de conversa, de encontros semanais entre os moradores da zona urbana e rural e aqueles vindos de outros municípios que frequentam essa modalidade de

comércio tradicional. Sua funcionalidade nas cidades pequenas não elimina a existência e construção de empreendimentos destinados a outros tipos de comércio como lojas e supermercados. Ao contrário, até serve de impulso a essas atividades que crescem e se diversificam com o passar dos tempos. Nesse sentido, tanto o setor comercial moderno quanto o de caráter popular se justapõem, criando-se um ambiente de complementaridade, em meio às contradições do capitalismo nas aglomerações urbanas. Dessa maneira,

Concentrar a atividade comercial é, sem dúvida nenhuma, uma das formas de reprodução do capital, pois a produção capitalista gera, em sua dinâmica de acumulação crescente e ampliada, um número tão grande de mercadorias que, necessariamente, tem que engendrar novas formas de realização destas últimas. Outrossim, [...] na sociedade capitalista, a necessidade humana está subsumida à necessidade do capital, e é neste contexto que se desenrola a sociabilidade do mercado; isto é, a determinação pelo capital das formas de realização que melhor lhe convierem (BIENENSTEIN, 2002, p. 95).

O surgimento e a consequente expansão de novas atividades vinculadas ao setor terciário, adicionado ao crescimento da população, implica na demanda por bens e serviços, levando o comércio varejista a se ajustar às condições sociolocacionais. No primeiro momento, a feira, ao se instalar em outro bairro distante do centro, depois o aparecimento de estabelecimentos de venda de diferentes produtos em torno dela, o que gerou consideráveis modificações na configuração do espaço urbano e na vida da população. Dentre elas destacam-se não somente os novos pontos de venda e os serviços, principalmente privados, tais como drogarias, óticas e clínicas médicas.

Essa nova centralidade dinamizou a cidade, dando maiores possibilidade de consumo à população local e regional que não mais frequenta apenas o centro, mas outro espaço, onde também é possível encontrar desde o tradicional produto até o mais moderno. Tal processo expressa novas opções mercadológicas em áreas diferentes e singulares da zona urbana, promovidas, sobretudo, pela difusão das atividades.

Desta forma, o que é considerado central, ao se descentralizar e dispersar gera novas centralidades, provocando transformações no interior da cidade, ao produzir a expansão do consumo e mudar a mobilidade das mercadorias e o fluxo das pessoas que buscam atender a suas necessidades em re (localizações) acessíveis e em condições de crescimento.

Apesar dessas novas localizações e expressões de centralidade, o centro continua desempenhando importante papel na medida em que reúne um conjunto de estabelecimentos associados ao setor terciário da economia, fazendo desse espaço um dos lugares mais visitados. A este respeito, vale observar que, em face de sua tradicionalidade, em virtude de já

ter comportado todo movimento comercial no passado e, hoje, ter diminuído com a ausência do fluxo de pessoas em dias de feira, ainda mantém diversos estabelecimentos de negócios, além da presença maciça dos serviços que permanecem funcionando no centro. Por isso,

o centro [...] é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo (SPOSITO, 1991, p. 6).

Com base nessa realidade, Nova Cruz, apresenta a partir do centro outras centralidades que se desenvolveram não somente a nível local, mas, sobretudo, em um contexto regional, por causa de sua estruturação urbana e a maior oferta de bens e serviços, permitindo-lhes construir uma materialidade espacial capaz de concentrar uma infraestrutura que melhor sirva as demandas sociais. Outro elemento relevante refere-se ao fato desta cidade ser a que possui maior contingente populacional, dentre as demais que compõe a região. Daí, portanto, ser ela a mais bem equipada por transportes e meios de comunicação que se estende por municípios circunvizinhos como Montanhas e Lagoa d'Anta, onde parte de seus habitantes, não tendo à sua disposição as atividades necessárias ao suprimento de suas necessidades, deslocam-se até o centro e demais áreas de Nova Cruz para fazer uso de bens e serviços que não encontram em suas localidades.

As relações entre as cidades se dão sob diferentes níveis e dimensões e, desta forma, não só mantém interações como se complementam, tendo em vista o não isolamento devido à necessidade de articulações mais intensas, independente desta ser grande, média ou pequena. Neste rol está Nova Cruz e sua área central onde se concentram importantes atividades; por isso, permanece exercendo papel de destaque sobre outros centros urbanos, tanto é que a principal atividade comercial dessa área – a feira - hoje é um exemplo concreto de centralidade ao também dinamizar outro espaço da cidade, alcançando, inclusive, outras localidades.

Desse modo, os elementos que constituem o urbano – empresas, instituições e outras atividades – que viabiliza a dinâmica local necessitam de novos arranjos, no sentido de readequar-se e produzir segundo os interesses do mercado, que é essencialmente urbano. Neste caso, mudam não só a estrutura produtiva, como também o cotidiano e a paisagem da cidade, alteradas pelo tempo, devido às mudanças geradas pela sociedade e as novas relações que vão se estabelecendo no espaço intraurbano e interurbano das cidades.

2.2 As cidades e suas relações: Nova cruz, Montanhas e Lagoa d'Anta

No transcorrer dos últimos anos, a cidade de Nova Cruz vem passando por algumas transformações em sua estrutura urbana de modo a absorver e viabilizar um melhor desenvolvimento de atividades ligadas aos empreendimentos comerciais e aos serviços que vão se estabelecendo e, com isso, gerando maiores possibilidades de interação social e econômica com populações de outras áreas territorialmente próximas, como é o caso de Montanhas e Lagoa d'Anta, cidades situadas geograficamente no mesmo estado.

Essas cidades se diferenciam bastante de uma área para outra e, dependendo do número de atividades instaladas, haverá a satelitização¹ da maior em relação às menores. Assim, “há em cada cidade um relacionamento interno entre os que nela habitam e um relacionamento externo entre os seus habitantes e as pessoas que a procuram para negócios ou utilização de serviços” (ANDRADE, 1986, p. 277). Partindo dessa concepção, compreende-se que os elementos que interferem e modificam a dinâmica de uma ou mais cidades depende não só da população, mas também dos investimentos públicos. Realidade em que se encontra a cidade de Nova Cruz, cuja organização apresenta melhor estruturação econômica, dentre as demais cidades que integram a região. Para Kayser (apud ANDRADE, 1967, p. 47),

Cada região se organiza em torno de um centro, que pode ser chamado de polo ou de nó. Centro que não só polariza em torno de si, como domina e orienta a vida econômica da sua área de influência. Este centro é sempre uma cidade e, em consequência (...) os polos de desenvolvimento são sempre cidades. Por isso chega a afirmar: A cidade comanda, por mecanismos bem conhecidos, o espaço que a cerca, armando como uma teia de aranha as relações comerciais, administrativas, sociais, demográficas, políticas, onde ocupa o centro.

Desse modo, entende-se que a cidade representa não só mais uma unidade na região, como participa da sua construção, da sua evolução, às vezes como centro, às vezes como dependentes daquelas que dispõem de condições favoráveis à concentração de atividades que impulsionam um maior nível de interação com outras cidades com as quais mantém relações. E, na medida em que essas relações se intensificam vão surgindo novas transformações, que resultam em configurações diferentes no espaço.

¹ Andrade (1986, p. 281) explica que o relacionamento entre as cidades (interurbano) dá-se, muitas vezes, de forma hierarquizada, vertical, em que a cidade maior satelitiza a cidade menor; às vezes, porém, se realiza em nível horizontal, como uma troca de serviços, de vez que dois centros urbanos do mesmo nível de desenvolvimento têm especializações diversas.

Pequenas ou grandes, as cidades necessitam equipar-se em termos econômicos e sociais, garantindo à população pleno acesso à cidadania. A oferta ou escassez dos serviços públicos caracteriza disponibilidade ou falta de oportunidades. Assim, para que os habitantes tenham uma melhor qualidade de vida, é importante ter à disposição serviços eficientes:

Como poderá alguém nela viver se não tiver onde morar? Como morar sem estar empregado e receber um salário suficiente para comprar tudo de que necessita? Como ir ao trabalho se não tiver transporte para sua locomoção? Como arrumar emprego, ter melhores salários e ser socialmente promovido sem ter algum tipo de preparo e especialização? Como se preparar se não houver escolas disponíveis em locais e horários acessíveis? (ALVES, 1992, p. 43).

A vida nas cidades varia conforme a estratificação das condições sociais da sociedade. Algumas são mais estruturadas, outras menos, por isso, possuem dimensões, infraestrutura e serviços diferentes que mudam conforme as condições existentes, dadas as transformações econômicas, o trabalho e a produtividade, e, também, a adequação do espaço a outras necessidades individuais ou coletivas. Nesse sentido,

Uma cidade não é apenas uma área onde existe um aglomerado de habitações e de pessoas, nem vive apenas em função dos contingentes populacionais que nela habitam, trabalham, estudam e se divertem. Uma cidade é, sobretudo, um centro de relações de pessoas de outras áreas – do campo e de outras cidades – e que vem para ela a fim de adquirir bens expostos à comercialização e usar serviços que nela são fornecidos (ANDRADE, 1985, p. 277).

As cidades de um país ou região apresentam estágios desiguais de crescimento, algumas são maiores, outras são menores; umas mais completas em bens industriais e serviços, outras menos, estabelecendo-se sempre uma vida de relações em função de suas atividades. Nesse sentido, “os fluxos, de todo tipo - das mercadorias às informações pressupõem a existência das redes. A primeira propriedade das redes é a conexidade - qualidade de conexo - que tem ou em que há conexão, ligação” (DIAS, 2007, p. 148). Essa integração através de relações políticas e socioeconômicas constitui um sistema formado por um conjunto hierarquizado de cidades, onde se observa a influência de centros maiores sobre os menores. De forma que quanto mais diversificada a economia de uma cidade, através dos produtos e serviços que tem para oferecer, maior será a sua capacidade de liderar e influenciar os outros centros urbanos com os quais mantém relações.

Na concepção de Corrêa (1989, p. 87), a rede urbana compreende "o conjunto funcionalmente articulado de centros, que se constitui na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação" através dos fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre eles. Nesse processo estão não somente cidades com um grau de complexidade urbana mais acentuada, mas também a participação de centros de pequeno porte, influenciados, geralmente, por uma cidade que se consolida a partir de um nível na hierarquia urbana diferenciado. Dessa maneira, a cidade é

uma unidade social que desempenha um papel privilegiado nas trocas – materiais ou não – e em todas as atividades de direção, de gestão e no processo de inovação. Lugar onde os vários grupos encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de intercâmbios, mediante a partilha legítima de um mesmo território (MOURA, 2009, p. 17).

Assim, dentre o conjunto de cidades, percebem-se variáveis que as distinguem e ao mesmo tempo lhes dão identidades próprias, sem, no entanto, deixar de participar dessa troca de relações, por menor que seja sua função na rede, condição fundamental à sua existência e ao fluxo de pessoas à cidade que exerce o papel de centro, dando-lhes possibilidades de crescimento por concentrar importantes equipamentos urbanos que dinamizam seu espaço. Assim,

Cada cidade tem aspectos que a tornam única, mas parece-se com outras na função e no padrão. O que se sabe sobre uma delas ajuda a estudar outra. Tipos de localização e de estrutura interna são repetidos com tanta frequência que tornam válidas generalizações amplas e sugestivas, especialmente quando se referem a cidades de tamanho, função e localização regional similar (HARRIS; ULLMAN, 2005, p. 145).

Esses autores, entretanto, acrescentam que as cidades cujo suporte é o fornecimento de serviços urbanos à região se insere em três categorias, cada uma das quais apresenta um fator de causalidade urbana: 1) cidades como lugares centrais, desempenhando serviços em geral para uma área circunvizinha; 2) cidades de transporte, desempenhando serviços de concentração e redistribuição de alguns tipos de serviços disponibilizados e de fácil contato devido à localização, que dá acesso aos transportes; 3) cidades de função especializada, desempenhando uma atividade específica que abrange outras cidades. Tais cidades podem ser encontradas isoladamente ou agrupadas. Obviamente, a maioria das cidades representa uma combinação desses três fatores, mas a importância relativa de cada um deles varia de cidade para cidade.

Em 1956, Michel Rochefort propôs uma classificação sobre tipos de cidades, levando-se em conta as funções e a hierarquia dos aglomerados urbanos. A princípio, estabelece-se, no conjunto de cidades, o centro que exerce centralidade, o que implica nas funções de relação das localidades. Tal classificação reconhece a existência de várias cidades que correspondem a diferentes formas de organização econômica com realidades diversas. Dentre estas as de tipo A, consideradas centros locais; de tipo B, sub-regionais; de tipo C, regionais; de tipo D, as metrópoles de grandes regiões e de tipo E, as metrópoles nacionais (DAVIDOVICH; GEIGER, 1961).

Quanto à classificação das localidades com base na atividade industrial, esses autores expõem o seguinte quadro classificatório: A, seriam as que não possuem indústrias; B, corresponderiam aos centros industriais locais; C, de produção voltada para a região; D, centros voltados para o mercado nacional, e E, aqueles cuja produção se destina ao país e ao exterior (DAVIDOVICH; GEIGER, 1961). Essa classificação segundo os aspectos funcionais e a posição hierárquica das cidades resultaria da combinação entre o tipo de centro de relação e seu tipo de centro industrial. O tipo de Nova Cruz seria BB, centro de influência a nível sub-regional e centro industrial de caráter local. Neste caso, bastante reduzido, prevalecendo, portanto, o setor terciário.

Por outro lado, o critério do tipo de cidade condicionado a uma função geralmente abrange as pequenas localidades. Situam-se, neste caso, as cidades de Montanhas e Lagoa d'Anta, funcionalmente semelhantes. Esta ressalva refere-se ao fato de formarem centros locais sem produção industrial, o que as classifica como do tipo AA, dependentes da cidade principal.

Enquanto isso, o estudo realizado pelo IBGE para medir a influência das cidades a partir dos bens e serviços traduzem uma classificação baseada na diferenciação hierárquica dos centros urbanos do país. A REGIC (Regiões de Influência das Cidades) identifica as cidades principais e aquelas segundo as condições econômicas e as interações num espaço formado por uma rede urbana. Essa análise desenvolvida pelo IBGE, a partir das atividades de serviços e de bens encontrados na cidade, mede o volume e a origem do lugar que oferece em maior escala a possibilidade de suprir as demandas de diferentes localidades. Isso se traduz na desigualdade existente entre as cidades e o seu nível de centralidade, estabelecendo-se uma ordem que define o grau de influência ou dependência dos centros urbanos brasileiros.

No estudo mais recente (IBGE, 2007), a hierarquia relativa às cidades focou a classificação considerando a identificação dos centros responsáveis pela gestão do território.

Para tanto, levou-se em conta a intensidade de relações entre centros urbanos e a abrangência da região de sua influência, além das diferenciações regionais.

No Rio Grande do Norte foram identificadas duas Capitais regionais, formadas por Natal, nível A; Mossoró, nível C; 4 Centros sub-regionais, sendo 2 de nível A (Caicó e Pau dos Ferros) e dois de nível B (Açu e Currais Novos); e 13 Centros de zona; destes, 2 de nível A (João Câmara e Macau); e 11 de nível B (Alexandria, Apodi, Canguaretama, Parelhas, Passa e Fica, Santa Cruz, Santo Antônio, São Miguel, São Paulo do Potengi e Umarizal. Os demais municípios somam 148 unidades e estão na classe denominada Centros locais.

Nessa pesquisa, ao traçar-se um paralelo entre o tamanho da população com as classes de centro observa-se que há grande variação em termos de classificação na hierarquia desses centros, haja vista que cidades com pouco mais de 8 mil habitantes aparecem como Centros de zona; outras, entretanto, com população em torno de 24 mil habitantes não ocupam as centralidades superiores da hierarquia urbana, sendo postos como Centros locais. Dessa forma, localidades com maior população nem sempre se enquadram em um nível de centralidade acima de centros menores.

Essas questões servem de ponto de partida para a presente reflexão. Reflexão que será discutida com base nos dados demográficos e no recorte espacial de influência das cidades. Além dessas delimitações será importante traçar linhas de interações interurbanas que possivelmente não sejam identificadas pelo estudo das Regiões de Influência das Cidades, particularmente no que concerne à dinâmica e à intensidade de relacionamentos entre centros de expressão reduzida, mas de significativa notoriedade para as cidades que se articulam, seja na condição de centro, seja como centralizada.

Estudar as cidades e a metodologia empregada na análise da hierarquia de centros não significa apenas entender o trabalho de investigação aplicado e desenvolvido pelo IBGE, nem muito menos tecer críticas que refutem a elaboração dos dados e das abordagens apontadas por esse instituto. Trata-se de analisá-las, dando ênfase tanto aos processos que podem ser verificados a nível interurbano, para repensar sobre os papéis dessas localidades, quanto também o de identificar na dinâmica regional, marcas de centralidade de uma cidade não determinada pela classificação do estudo das Regiões de Influência das Cidades.

Ainda assim, é preciso ressaltar que a diversidade de tipos de cidades e expressões do urbano precisa ser compreendida sob o processo de sua articulação. A pesquisa assim o exige, e neste sentido, averiguar questões dessa ordem permite avançar de forma mais específica sobre a variação das relações ocorridas no espaço de diferentes localidades, sobretudo porque há potencialidades e particularidades que incidem em interações espaciais sinalizadas por

meio de ações ou conexões econômicas nem sempre observadas ou devidamente registradas por tais estudos.

Nessa perspectiva, a base de informações utilizada pelo IBGE está pautada em fontes secundárias para delinear as áreas de influências dos centros. Evidentemente que esse tipo de investigação possibilita avaliar níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica, bem como de atividades mais específicas como comércio e serviços, mas não abrange determinadas especificidades encontradas em áreas distantes dos grandes centros. Por outro lado, outras formas de pesquisa organizadas em questionários com questões que limitam respostas pode conduzir a resultados nem sempre condizentes com a realidade, haja vista o conjunto de cidades e de sua complexidade presentes no interior do país.

Resta saber, portanto, se alguns centros brasileiros, especialmente do Rio Grande do Norte, efetivamente respondem por funções demandadas por seus habitantes e requeridas por populações de centros vizinhos. Enfim, se viabilizam acesso em condições de expressar centralidade.

Neste viés de análise está incluída a cidade de Nova Cruz que em 1966 era apontada entre as cidades do país como sendo um Centro de nível sub-regional. De acordo com essa classificação, nessa ordem se enquadram centros com atividades menos complexas de gestão, cuja área de atuação é reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as metrópoles nacionais. De fato, essa caracterização confere, em parte, visibilidade a Nova Cruz, principal cidade da microrregião Agreste Potiguar que mantém ligações com outros centros menores em condições de superioridade. Segundo Moura (2009, p. 26),

[...] uma rede urbana hierarquizada espelha justamente uma organização entre centros, na qual municípios desempenham papéis específicos. Sistemas hierarquizados, na lógica, não são excludentes, mas racionalizadores de funções e serviços. Isso significa que estar em um nível de subordinação não corresponde a estar à margem, mas, sim, estar integrado e beneficiado por tal ordem hierárquica que pressupõe que as funções básicas permeiam todos os integrantes da rede, enquanto as de maior complexidade, localizadas nas centralidades principais, são acessáveis por todos.

Essa relação reflete condições econômicas desiguais, tornando os centros maiores, locais de expansão e crescimento de funções mais qualificadas e que se desenvolvem conforme a intensidade da busca de pessoas de cidades de menor visibilidade funcional urbana. Assim, salvo os maiores centros urbanos do estado, os demais não manifestam sinais

de atração a novos consumidores ou simplesmente asseguram as exigências mínimas da população residente, que migra para áreas onde emerge um leque maior de oportunidades.

Os primeiros estudos realizados pelo IBGE sobre centralidade e hierarquia da rede urbana brasileira tiveram início em 1966. A metodologia adotada teve por base a proposta de Michel Rochefort para análise da rede urbana francesa, buscando se identificar os centros polarizadores, a dimensão de sua influência e os fluxos da distribuição de bens e serviços que se estabeleciam nos espaços urbanos referentes ao conjunto de centros de uma rede.

No estudo atual o IBGE retoma a concepção utilizada anteriormente, ou seja, parte-se inicialmente para classificação dos centros e posteriormente trabalha-se com a delimitação de suas áreas de atuação. Essas investigações resultaram em classificações diferentes ao longo do tempo. Nos últimos anos, com a inserção de novas tecnologias e o aprofundamento da globalização, modificações foram geradas no território e na economia, levando novamente à necessidade de atualização da dimensão das regiões de influência das cidades.

No entendimento dessa nova versão, a cidade de Nova Cruz, que em 1966 ocupava o posto de Centro sub-regional, perde centralidade, não mais aparecendo no quadro atual de centros, sendo classificada, portanto, como Centro local, juntamente com pequenos centros urbanos com os quais interage sob forma de subordinação.

Vale reiterar, portanto, que ao contrário do que o IBGE aponta, algumas atividades terciárias desenvolvidas em Nova Cruz abriram possibilidades de interação com outros lugares. Elas criaram um sistema de conexão com capacidade de dar respostas às demandas de outras cidades. Cidades em que Nova Cruz exerce influência através dos diferentes tipos de serviços e produtos comercializáveis. Há, neste sentido, uma articulação espacial calcada no atendimento de outros centros da região.

Assim, a reinserção desta cidade no quadro de centros de influência de uma região é entendida através das transformações ocorridas com a implantação de atividades que geram a oferta de bens e serviços diversos. Esse processo está articulado ao contínuo processo de mudanças na organização espacial, emanadas, sobretudo, por investimentos. Tal constatação verifica-se pelo fato deste espaço urbano congregar um número considerável de funções incorporadas em âmbito local, mas de caráter regional. Este é um indicativo na escala de cidade, onde inúmeros aspectos comprovam esta realidade, empiricamente observável, diferente do que se constata em cidades circunvizinhas, cuja centralidade não extrapola os limites territoriais de seu próprio município.

Trata-se, pois, de uma localidade central, com nível de centralidade mais acentuado em relação aos demais centros urbanos que formam a microrregião Agreste potiguar.

Assumem relevância os serviços bancários, judiciários e de educação, especialmente de nível superior, inclusive com a instalação do IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, previsto para funcionar em sua totalidade em 2011, e que atenderá grande parcela da população que não tem acesso a esses serviços em suas cidades.

Os cursos oferecidos pela UERN e pela UFRN na cidade de Nova Cruz evidenciam essa atratividade, tendo em vista a presença de pessoas de outros municípios que procuram cursar graduação em uma cidade mais próxima ao invés de se deslocar até a capital do estado onde se tornariam mais onerosos os gastos com transporte ou com moradia. Na pesquisa de campo realizada com 236 alunos entre os cursos de Direito e Ciências da Computação da UERN e Geografia e Ciências Biológicas da UFRN, constatou-se a procura pela cidade de Nova Cruz (Tabela 19).

Tabela 19: Municípios de residência dos alunos dos cursos de graduação na cidade de Nova Cruz – RN

Municípios	Cursos					
	Direito	Ciências da Computação	Ciências Biológicas	Geografia	Quant.	%
Acarí – RN	1	-	-	-	1	0,42
Araruna – PB	-	1	-	-	1	0,42
Boa Saúde – RN	-	-	3	1	4	1,70
Brejinho – RN	-	-	2	2	4	1,70
Caicó – RN	1	-	-	-	1	0,42
Campo de Santana – PB	-	-	1	-	1	0,42
Canguaretama – RN	2	1	3	3	9	3,81
Espírito Santo – RN	-	-	1	2	3	1,27
Goianinha – RN	1	-	2	6	9	3,81
Jundiá – RN	-	-	-	1	1	0,42
Lagoa d'Anta – RN	10	5	2	1	18	7,63
Lagoa de Pedras – RN	-	-	1	1	2	0,85
Lagoa Salgada – RN	-	-	1	1	2	0,85
Montanhas – RN	1	4	3	6	14	5,93
Monte Alegre – RN	-	-	1	3	4	1,70
Monte das Gameleiras – RN	-	-	1	-	1	0,42
Natal – RN	1	-	3	4	8	3,39
Nova Cruz – RN	23	15	23	21	82	34,75
Parnamirim – RN	1	-	1	-	2	0,85
Passa e Fica – RN	2	3	-	-	5	2,12
Pedro Velho – RN	5	2	4	4	15	6,35
Santa Maria – RN	-	-	-	2	2	0,85
Santo Antônio – RN	1	2	7	10	20	8,47
São José do Campestre – RN	1	1	3	1	6	2,54
São José do Mipibu – RN	-	-	-	2	2	0,85
São Miguel – RN	-	1	-	-	1	0,42
Senador Elói de Souza – RN	-	-	-	2	2	0,85
Serra Caiada – RN	-	-	1	2	3	1,27
Serrinha – RN	-	2	1	1	4	1,70
Tibau do Sul – RN	-	-	1	1	2	0,85
Várzea – RN	-	-	3	2	5	2,12
Vera Cruz – RN	-	-	1	1	2	0,85
Total	50	37	69	80	236	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

Os resultados obtidos na pesquisa revelam ser da própria região a maioria dos discentes dos cursos da UERN e UFRN que tiveram questionários aplicados. Entre os municípios aparecem Santo Antônio, Lagoa d'Anta, Pedro Velho, Montanhas, entre outros conforme mostra a tabela, o que amplia o grau de dependência desses espaços em relação a esse tipo de serviço oferecido em Nova Cruz. Também é diagnosticada a presença de alunos procedentes de municípios distantes de outras regiões do estado, incluindo em menor proporção a frequência por parte de pessoas vindas do Estado da Paraíba.

A partir dessa análise, entende-se que a lógica do funcionamento deste espaço depende da atuação do poder público para se consolidar como um centro polarizador na região. Nessa perspectiva pode-se inferir que os cursos de nível superior expressam bem essa condição, ao se constituir como elemento de formação humana e profissional que atende parcela significativa da demanda regional. Esta condição está correlacionada em parte a um maior contingente populacional da região e à capacidade local para que funções urbanas regionais sejam realizadas em conexões com outros lugares. É evidente que a viabilização de tais articulações ocorre não somente em um espaço reduzido de uma rede urbana, mas também nacional/regional em consonância com medidas políticas e econômicas que possibilitem a efetivação e expansão de uma dada atividade.

Com isto chama-se a atenção para um olhar mais aprofundado sobre as diferentes formas de centralidade brasileira, notadamente nas áreas que não possuem grande densidade demográfica, buscando-se analisar os caminhos que norteiam a dinâmica funcional de cada localidade, e, desta forma, identificar os segmentos terciários que as caracterizam como espaços restritos à área do município ou de abrangência regional. Por este caminho é possível entender os elementos constituintes do quadro de classificação das cidades, evitando intitular como simples fornecedoras de bens e serviços básicos à população local, sem, antes, investigar sua influência sobre áreas adjacentes.

Desse modo, pode se encontrar neste grupo de cidades aquelas que não ultrapassam o limite mínimo de atividades em sua área de domínio, até aquelas dotadas de maior complexidade urbana, gerando espacialização de suas funções por regiões que não apresentam as mesmas condições. Para tanto, sugere-se evitar comparações que levem a patamares similares centros urbanos que em sua essência são distintos.

Certamente que o conjunto de centros urbanos de uma rede possui grande heterogeneidade, tendo em vista a densidade demográfica, as condições urbanas e socioeconômicas que diferem mesmo entre cidades pequenas. Isto, contudo, não impede a

interação entre tais espaços, que ocorre segundo as necessidades locais em detrimento da ascensão do núcleo urbano de dimensão funcional mais importante na região.

Na verdade, tanto entre redes urbanas quanto entre cidades de uma mesma rede, não há homogeneidade, pelo contrário, desigualdades. Santos (1999, p. 214) aponta que as redes não apresentam uniformidades, em um “mesmo subespaço há uma superposição de redes que inclui redes denominadas principais e afluentes ou tributárias, em outras palavras, constelações de pontos e traçados de linhas”. Milton Santos (1999, p. 222) acrescenta:

há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um processo de homogeneização. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada. Mas ela é igualmente presente.

Nesse sentido, o autor aponta para o fato de que se “a rede é global e local, una e múltipla, estável e dinâmica”, é porque se insere numa realidade que vista em um movimento conjunto, revela a superposição de sistemas lógicos, cujo ajustamento é presidido pelo mercado e pelo setor público, mas, sobretudo, através da própria estrutura socioespacial (Santos, 1999, p. 222). Para Corrêa (1999, p. 44):

Os investimentos, pensados e programados segundo uma perspectiva global, criaram e reestruturaram inúmeras e complexas redes geográficas das quais a rede urbana é a expressão mais contundente. Trata-se, em toda parte, de uma rede urbana que sofreu o impacto da globalização, na qual cada centro, por minúsculo que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção, [...] produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informações [...].

Com a espacialização do capitalismo surge uma grande variedade de redes urbanas, de tal forma que cada espaço urbano pode fazer parte, simultaneamente, e com intensidade variável, de redes urbanas diferentes, exercendo em cada uma delas funções divergentes, conforme o tipo de rede na qual se insere e interage. Neste caso, a hierarquia de centros urbanos é identificada pelo porte e importância econômica, tendo seus nós interligados, desde a cidade maior até a pequena, condição em que se estabelecem fluxos de mercadorias e serviços. Desse modo,

É através da rede hierarquizada de localidades centrais, isto é, das numerosas cristalizações materiais diferenciadas do processo de distribuição varejista e de serviços, que se realiza, em um amplo território sob o domínio do

capitalismo, a articulação entre produção propriamente dita e consumo final. [...] A distribuição varejista e da prestação de serviços para centros urbanos menores e áreas rurais, que envolve em aparência um fluxo de uma localidade central para fora, para a sua área de mercado, é em sua essência um fluxo de drenagem. Em realidade esse fluxo para fora é, antes de mais nada, uma condição para que a drenagem de salários, lucros e rendas possa realizar-se. [...] Isto significa que o processo de acumulação capitalista, fundamentado na produção industrial e no trabalho assalariado, tem uma dimensão espacial e esta tem como um de seus lugares a rede de localidades centrais tanto em nível regional como intraurbano (CORRÊA, 2005, p. 20-21).

Nos dias atuais “assistimos à especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas” (SANTOS, 2008, p. 57). A ciência e a tecnologia, evidentemente, têm contribuído e muito para o progresso das cidades; quanto mais especializada for, melhor será a qualidade dos fluxos de serviços e mercadorias que chegam e saem de uma localidade. Isso ocorre geralmente na busca do acréscimo da produtividade e lucro mediante atividades econômicas implementadas nas cidades. Não obstante, os investimentos públicos na maior parte das vezes, sempre foram orientados para a implantação de infraestrutura que privilegiasse as atividades de vínculo econômico em detrimento das prioridades sociais. Isto significa que o crescimento urbano nem sempre é acompanhado pela ampliação da oferta de empregos, moradias, condições sanitárias e educacionais, problema presente em grande parte das cidades. Aponta Corrêa, (1995, p. 11):

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um processo abstrato. [...] A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, [...] relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. É preciso considerar, entretanto, que, a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado.

Evidencia-se que o espaço urbano sofre constantes transformações que se estabelecem a partir das aglomerações humanas, das técnicas empregadas e das manifestações culturais. Mas, também, pelo grau de dependência ou influência, considerando-se as atividades e as relações que vão sendo construídas. Essas mudanças redimensionam uma nova dinâmica, e as

idades interagem de forma mais intensa, implicando novos ritmos de vida e integração produtiva. Dessa forma,

As cidades têm uma estrutura e mantêm relações com outras cidades e com populações em torno das mesmas, formando um sistema; em primeiro lugar um sistema, ela mesma, em seu interior, pois umas partes da cidade interagem com outras de numerosas maneiras; em segundo lugar as cidades entre si e a economia espacial, que elas organizam, articulam e dinamizam (FAISSOL, 1978, p. 16).

Nesse sentido, a existência de recursos em algumas áreas é variável, o que ocasiona maior integração entre as cidades, seja pela necessidade, seja pela quantidade de serviços ofertada. A tendência pelo consumo de bens e serviços difere entre os lugares, apesar da existência de semelhanças em torno das cidades pertencentes a uma mesma área de abrangência. As diferenças aparecem quanto ao total de habitantes, ao trabalho desenvolvido, ao poder aquisitivo e à cultura de maior ou menor consumo. Desse modo, pode-se inferir que o processo de globalização ou mundialização da economia no qual o Brasil está inserido confere maior visibilidade às inter-relações entre centros urbanos e geralmente uma cidade de maior expressão econômica reforça cada vez mais sua fisionomia hegemônica em relação a centros menores que se encontrem em sua área de influência. Contexto em que se insere Nova Cruz e sua ascensão em relação à Lagoa d'Anta e Montanhas, no Rio Grande do Norte.

2.3 Uma cidade de economia terciária

Como uma cidade relativamente importante no Estado do Rio Grande do Norte, Nova Cruz se destaca na região por possuir um território urbano mais estruturado no que se refere à sua organização e por ter estabelecimentos que prestam serviços à comunidade local e intermunicipal, bem como pelo número de empresas comerciais existentes.

Por outro lado, as duas outras cidades, de porte bem menor, apresentam baixa diversidade de serviços e produtos comercializáveis postos em oferta à população residente. Em virtude disso é que os habitantes do município de Lagoa d'Anta e Montanhas apresentam maior carência no que se refere aos serviços e à variedade em produtos comerciais (a exemplo: agências bancárias, escritórios de contabilidade, estabelecimentos comerciais diversificados). A população tenta suprir a falta dessas atividades, abastecendo-se na cidade de Nova Cruz, a qual se caracteriza por oferecer uma maior variedade na oferta de serviços nesse setor da economia, com bancos, escolas públicas e privadas e um variado número de casas comerciais e outros serviços de atendimento ao público. No comércio, observa-se que o

espaço urbano de Nova Cruz possui representatividade em número de estabelecimentos que podem ser encontrados, conforme demonstrado na pesquisa de campo realizada em duas ruas do centro sobre o quadro de estabelecimentos comerciais. Ver quadro 01 na rua Dr. Pedro Velho e quadro 02 na rua 15 de novembro.

Atividades funcionais	Nome do estabelecimento
Comércio de eletrodomésticos em geral	Comércio Arruda Câmara
Fabricação, manutenção e reparação de artigos de marcenaria	Serralharia em Geral
Comércio varejista de artigos de óptica	Ótica Veja
Alimentação	Gulas Lanches
Comércio de eletrodomésticos em geral	Unilar
Comércio varejista de artigos de óptica	Ótica Martins
Comércio varejista de artigos esportivos, vestuário e acessórios	Mayara Modas
Lazer e serviço de bar	Camarão Jogos de Mesa
Alimentação	Pastelaria do Adriano
Comércio de tecidos e confecções	Silveira Tecidos
Confecção de artigos de vestuários e acessórios	Casa do Boné
Comércio de artigos de vestuário e acessórios	ECOSS
Comércio de sapatos e acessórios	Jean Calçados
Comércio de eletrodomésticos em geral	Utilar
Comércio de colchões	Utilar Colchões
Confecção de artigos de propaganda em geral	Carol Gráfica
Serviços de reparos e manutenção de automotores	Oficina Beira-Rio
Serviços gráficos em geral	Gráfica Princesa do Agreste
Comércio de artigos de vestuário e acessórios	Geisyane Modas
Comércio de eletrodomésticos em geral	Lojas Azevedo
Comércio de drogas lícitas	Farmácia Santa Terezinha
Comércio de siderurgia	Agrestte Artes Vidros
Comércio de artigos de vestuário e acessórios	Avohai
Comércio de eletros e acessórios	Wold cell
Alimentação e lazer	Churrasco do Júnior
Alimentação	Panificadora Dona Marta
Comércio varejista de alimentos	Mercearia
Comércio varejista de alimentos	Mercearia
Alimentação e lazer	Restaurante do Júnior
Confecção de acessórios masculinos e femininos	Walter Bonés e Serigrafia
Comércio varejista de utensílios de casa	Casas Globo
Alimentação	Panificadora M ^a Imac. Conceição

Quadro 01 – Estabelecimentos comerciais na rua Dr. Pedro Velho – centro – Nova Cruz

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Atividades funcionais	Nome do estabelecimento
Comércio varejista de combustíveis, lubrificantes, derivados e peças de automotores	Posto ALE
Comércio varejista de artigos eletrônicos e manutenção	Eletrônica Central
Comércio de eletrodomésticos em geral	Nogueirão Móveis
Alimentação	Restaurante Popular
Comércio varejista de artigos infantis	Mundo Infantil
Comércio de material de construção	Casa da Construção
Comércio varejista de artigos religiosos	Casa do terço
Comércio varejista de alimentos	Supermercado Boa Compra
Comércio de eletrodomésticos em geral	Maré Mansa
Franquia de perfumaria	O Boticário
Franquia de roupas e acessórios moda masculina, adulto e infantil	Botton
Comércio varejista de artigos de óptica	Ótica Estrela
Franquia de perfumaria	Água de Cheiro
Franquia de artigos e acessórios moda feminina	Kell
Fabricação, manutenção e reparação de artigos de marcenaria e equipamentos eletrônicos	Marcenaria e Parabólicas
Comércio de artigos de vestuário e acessórios	Randara Variedades
Serviços de beleza	Salão da Ivoneide
Confecção de artigos de vestuário e acessórios	Marjuan Moda Intima
Comércio de embalsamento e floricultura	Funerária e Floricultura Caminho do Céu
Comércio de artigos de vestuário e acessórios	JM Magazine
Comércio de automotores	Yamaha Nossa Moto
Jogos de azar	Banca Riso da Sorte
Confecção de artigos de vestuário e acessórios	Shopping Confecções
Alimentação	Pizzaria Ki Lanche
Comércio de drogas lícitas	Drogaria + Vida

Quadro 02 - Estabelecimentos comerciais na rua 15 de Novembro – centro – Nova Cruz

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Outro fator importante diz respeito à feira livre municipal, evento que acontece duas vezes por semana (segundas e quintas-feiras) junto ao mercado público. Nela encontra-se grande variedade de produtos por ser mais abrangente na oferta de mercadorias e porque serve como ponto atrativo de consumo para outras cidades que, apesar de terem em suas sedes a realização de feiras, nem sempre são suficientes para atender à demanda da população.

A cidade de Nova Cruz conta ainda com setores de serviços como a Diretoria Regional de Educação (DIREDE), emissoras de rádio, agências bancárias, Central do Cidadão, Fórum, Universidades (Estadual e Federal), entre outras atividades que dinamizam seu espaço. Essa realidade tem provocado maior circulação de pessoas oriundas de outros municípios que o

circundam. Assim, mais autônoma, incorporando atividades importantes para seus habitantes e para as comunidades vizinhas, essa cidade, ao longo dos anos, vem desempenhando papel significativo na região da qual faz parte. Decisões de âmbito regional: político e social, bem como a viabilização de serviços indispensáveis à população, inclusive de outras localidades que recebem sua influência, por englobar um número considerável de atividades, especialmente do setor terciário.

Na primeira pesquisa realizada em 2003, selecionou-se uma amostragem baseada no tamanho populacional, aplicando 80 questionários na cidade de Lagoa d'Anta e 120 na cidade de Montanhas sobre a utilização do comércio e dos serviços na cidade de Nova Cruz, obtendo o seguinte resultado, conforme demonstrado nos gráficos abaixo:

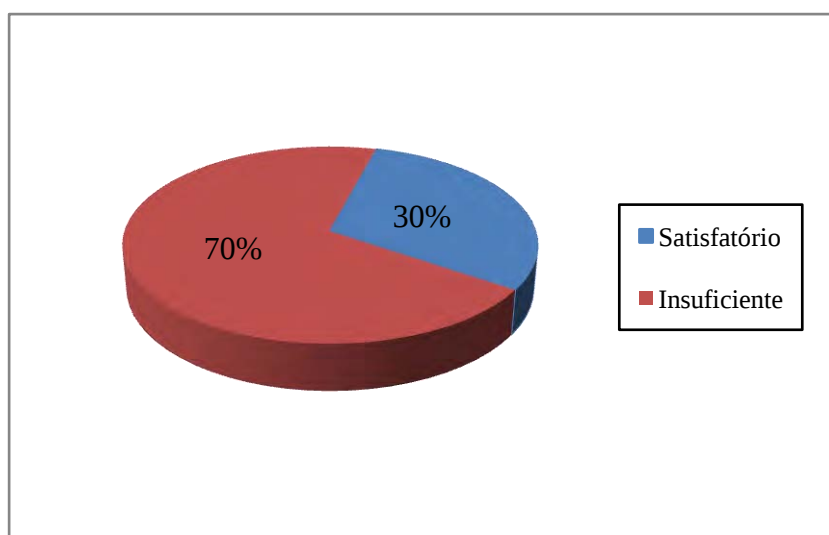


Gráfico 02: Utilização do comércio e dos serviços em relação a um atendimento satisfatório na cidade de Lagoa d'Anta

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

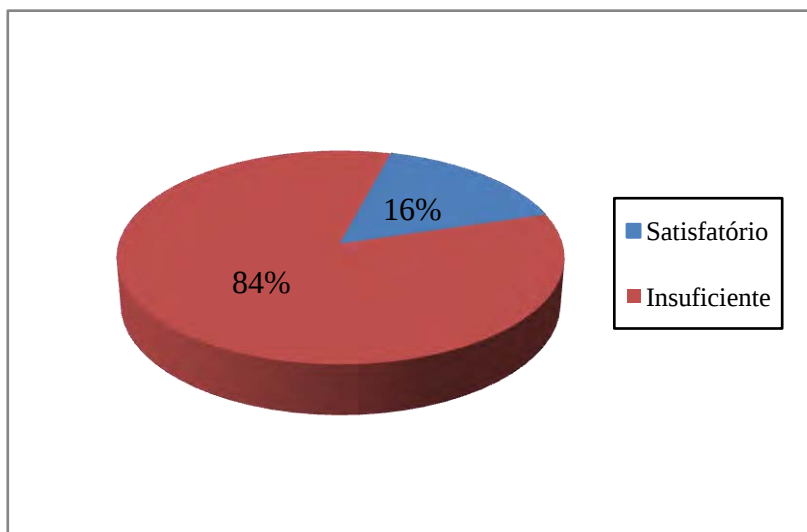


Gráfico 03: Utilização do comércio e dos serviços em relação a um atendimento satisfatório na cidade de Montanhas

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

Constatou-se através dos gráficos que ambas as cidades não têm à disposição de seus habitantes um funcionamento adequado das atividades terciárias. Da população entrevistada 70% e 84% de Lagoa d'Anta e Montanhas, respectivamente, consideram insuficientes as atividades desenvolvidas em suas cidades, o que leva boa parte de seus moradores a outras cidades. Fato confirmado pelos gráficos 04 e 05, onde é possível identificar o percentual de pessoas que geralmente se deslocam até outras cidades para comprar produtos ou utilizar serviços que faltam em sua localidade.

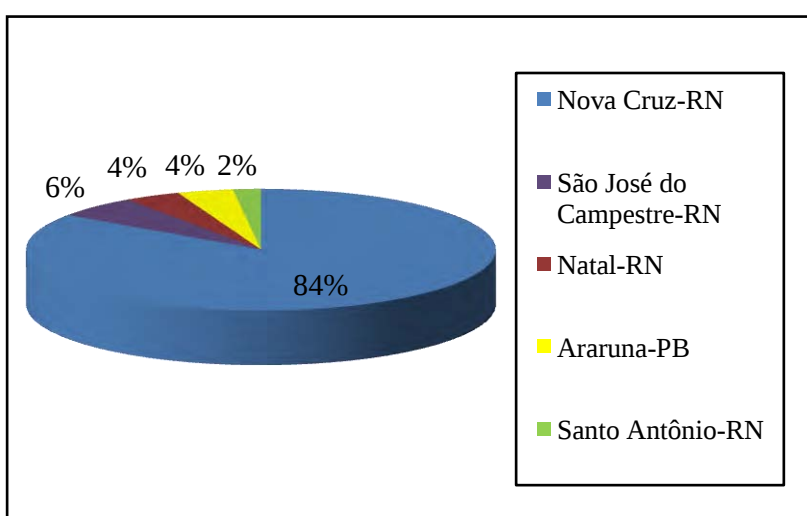


Gráfico 04: Percentual de pessoas de Lagoa d'Anta que se deslocam até outras cidades para fazer compras ou utilizar serviços

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

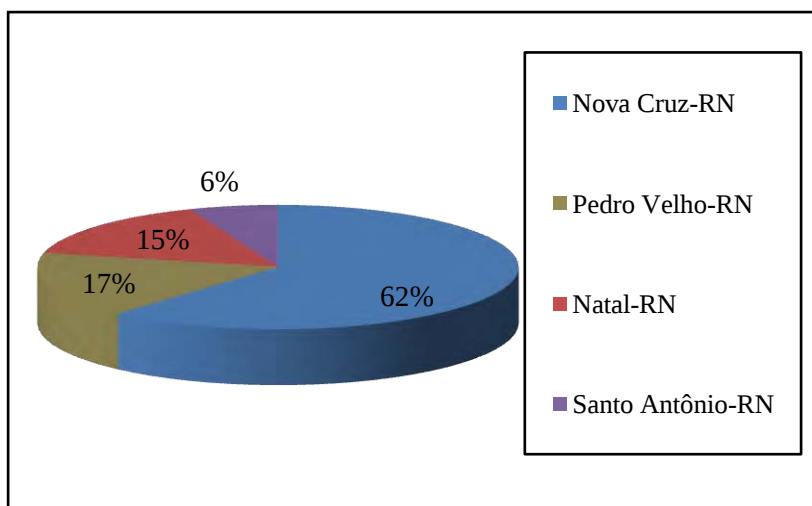


Gráfico 05: Percentual de pessoas de Montanhas que se deslocam até outras cidades para fazer compras ou utilizar serviços

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

Pelo percentual demonstrado nos gráficos, constatou-se realmente que as localidades de origem dessas populações não oferecem oferta significativa de bens de consumo, ocorrendo, por conseguinte, a dispersão de seus moradores até outras cidades como São José do Campestre (RN), Araruna (PB), Pedro Velho (RN), Santo Antônio (RN), Natal, capital do estado e a um número bem elevado, Nova Cruz, pela proximidade territorial, bem como pelo melhor desenvolvimento de suas atividades. (Ver gráficos 06 e 07 sobre algumas das atividades mais utilizadas).

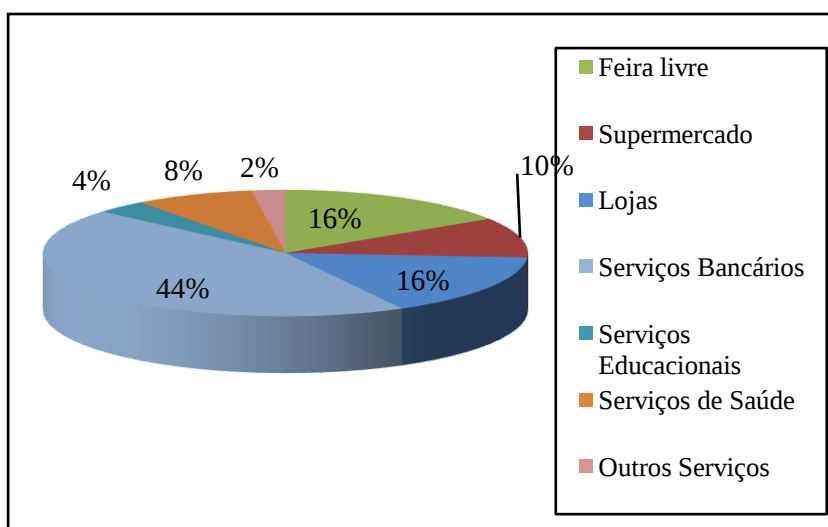


Gráfico 06: Atividades terciárias utilizadas na cidade de Nova Cruz pela população de Lagoa d'Anta

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

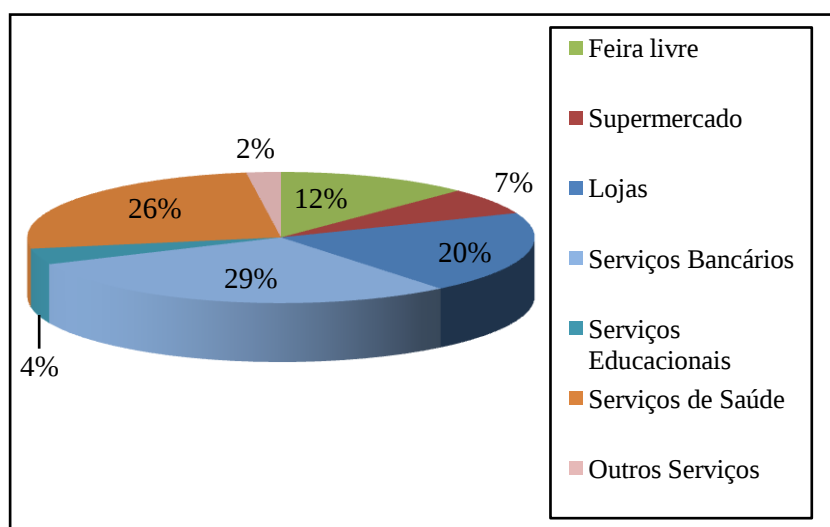


Gráfico 07: Atividades terciárias utilizadas na cidade de Nova Cruz pela população de Montanhas

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

Quanto aos serviços mais frequentemente procurados em outras cidades, especialmente em Nova Cruz, pela população de Montanhas e Lagoa d'Anta, tem-se um quadro bem abrangente. Dentre os serviços, o bancário é o mais procurado, caracterizando-se como uma atividade com maior predominância, em termos de satisfação de necessidades. Seguido pelo setor de saúde que também evidencia carência nessa prestação de serviços. O comércio aparece logo em sequência, sendo mais visitadas, as lojas e a feira livre municipal. Outras atividades também relevantes nesse sentido são os supermercados, a educação, entre outros serviços prestados a municípios da região.

Para consolidar melhor essas informações realizou-se a mesma enquete no ano de 2009. O objetivo foi o de relacionar os dados anteriores aos obtidos com o último questionário aplicado nas cidades menores, tendo como foco a cidade central, a partir das atividades analisadas na primeira pesquisa de campo. A reaplicação dos questionários serviu para efeitos comparativos quanto às demandas e oferta de produtos e serviços num prazo intercalar de tempo de 6 anos.

Foi realizado um total de 3 enquetes, das quais uma (1) referente à própria cidade, especificamente no que diz respeito ao uso das atividades terciárias em suas localidades, e as demais de abrangência interurbana, da cidade dependente à cidade de influência, buscando alcançar elementos que fundamentassem melhor a proposta do trabalho. Para isso, procurou-se analisar a centralidade de Nova Cruz, através da frequência de pessoas da região, a exemplo de Montanhas e Lagoa d'Anta, que segundo dados coletados comprovam haver

constante deslocamento de parte da população para este centro urbano regional, devido a uma maior variedade no setor de comércio e serviços (Ver gráficos).

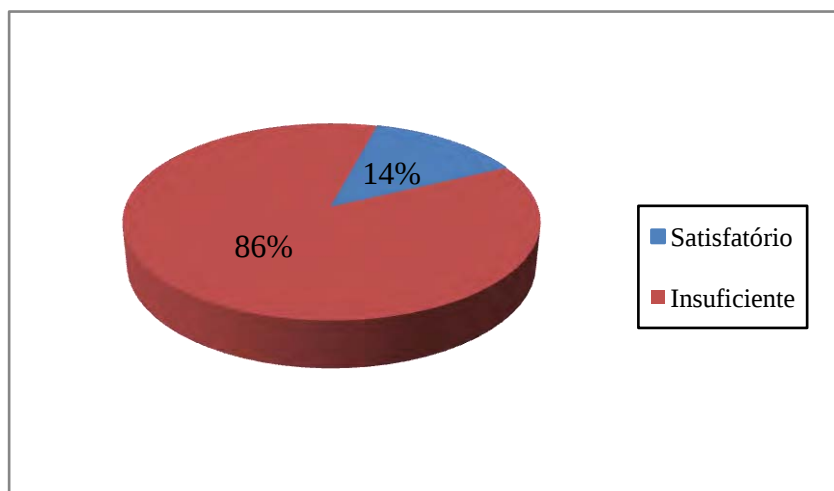


Gráfico 08: Utilização do comércio e dos serviços em relação a um atendimento satisfatório na cidade de Lagoa d'Anta
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

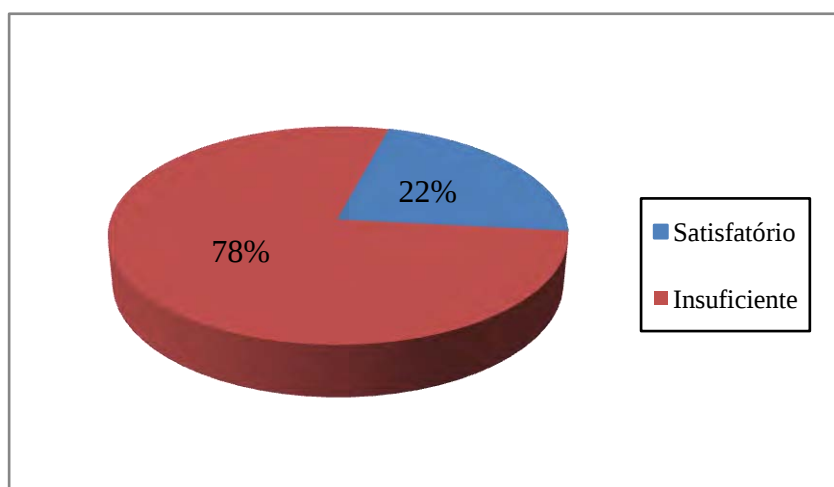


Gráfico 09 - Utilização do comércio e dos serviços em relação a um atendimento satisfatório na cidade de Montanhas
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Os dados obtidos no ano de 2009 refletem a carência de atividades urbanas capazes de satisfazer as necessidades da população. De um total de 80 pessoas abordadas em Lagoa d'Anta, 86% consideraram ser insuficientes o comércio e a prestação de serviços da cidade. Um aumento, portanto, no grau de insatisfação de 16% em relação ao ano de 2003, quando apresentou um índice de 70%. Já no caso da cidade de Montanhas, onde foram aplicados 120 questionários, o percentual que na pesquisa anterior era de 84%, diminuiu para 78%, uma

diferença de apenas 6%, no decorrer de 6 anos. Essa variação, ao que parece, está relacionada ao poder público municipal, que dependendo da gestão e dos investimentos realizados ou não durante o período de administração em determinados setores da economia pode reduzir ou aumentar essa insatisfação, levando muitos moradores a frequentarem outras cidades, como observado nos gráficos abaixo.

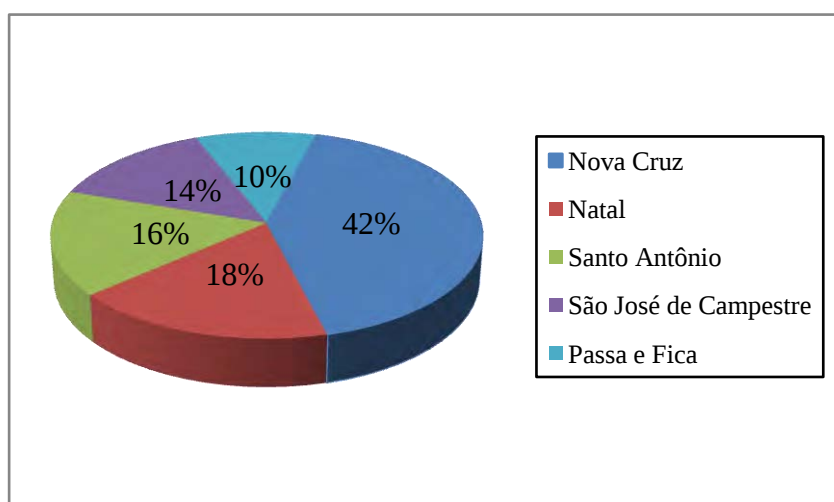


Gráfico 10: Percentual de pessoas de Lagoa d'Anta que se deslocam até outras cidades para fazer compras ou utilizar serviços

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

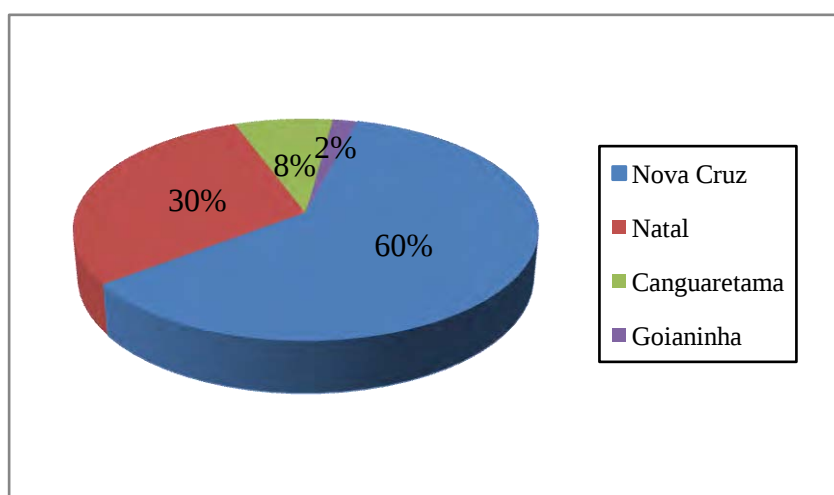


Gráfico 11: Percentual de pessoas de Montanhas que se deslocam até outras cidades para fazer compras ou utilizar serviços

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Analisando os gráficos 10 e 11, percebe-se algumas mudanças no que se refere ao deslocamento das pessoas para outras cidades. Primeiro porque cidades como Araruna, PB e

Pedro Velho, RN, não mais aparecem como local de procura para atendimento de necessidades. No segundo caso, Santo Antônio, que em 2003 havia sido citada pela população de Montanhas também não mais aparece entre as indicadas, que dessa vez foram Cuanguaretama, Goianinha, Natal e Nova Cruz, sendo esta última em maior proporção. Fato que se repete em Lagoa d'Anta, seguido por Natal, Santo Antônio, São José do Campestre e Passa e Fica. Tal fato evidencia não serem satisfatórios os bens e serviços oferecidos em seus municípios, sendo necessário buscar em outros situados próximos geograficamente. Situação na qual se enquadra Nova Cruz como importante centro de consumo, conforme detalhado nos gráficos a seguir.

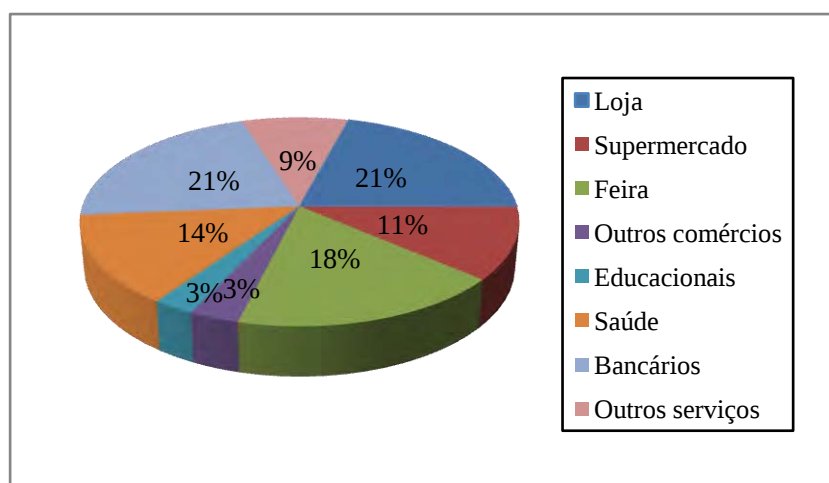


Gráfico 12 - Atividades terciárias utilizadas na cidade de Nova Cruz pela população de Lagoa d'Anta
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

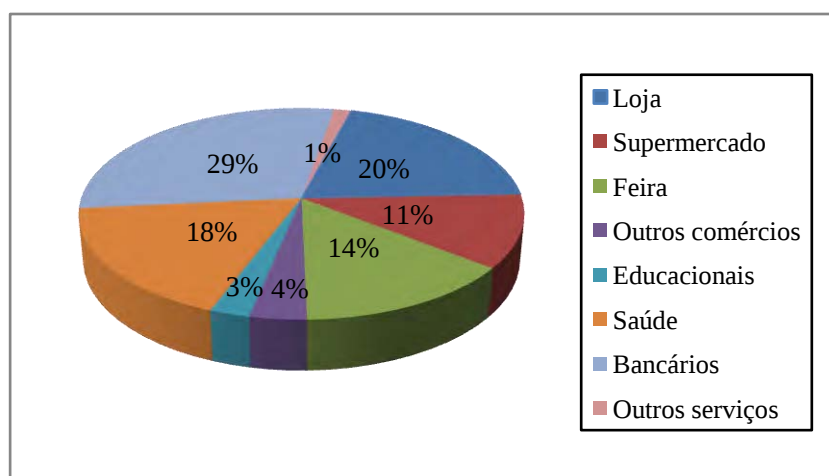


Gráfico 13 - Atividades terciárias utilizadas na cidade de Nova Cruz pela população de Montanhas
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Ao compararem-se os dados dos gráficos 12 e 13 aos elaborados a partir da pesquisa aplicada em 2003, comprova-se o fluxo de pessoas em busca de bens e serviços na cidade de Nova Cruz. Apesar das variações de percentual quanto à frequência em determinados setores de atividades, conforme ilustrado pelos gráficos, entre os mais atrativos estão os bancos, as lojas, a feira livre e os serviços de saúde como sendo os mais procurados pelas populações de ambas as cidades. Uma tendência que se repete pela falta de investimentos nessas cidades menores, passando a enfraquecer e depender, cada vez mais, da cidade principal à proporção que novos equipamentos urbanos são criados.

Por fim, salienta-se que entre as três cidades analisadas, Nova Cruz é a que recebe maior incentivo e investimento em atividades terciárias, possibilitando à sociedade oportunidades para satisfação de consumo. Esta realidade tem provocado deslocamento de consumidores em direção a essa cidade, considerada centro regional, ponto de convergência entre pessoas de camadas sociais diferentes, oriundas de outros municípios que o circundam. A situação socioeconômica exige desse espaço urbano, novos arranjos em sua estrutura, modificação que se acelera conforme a inserção de novas atividades ou ampliação das já existentes.

Trata-se de uma cidade com importante nível de centralidade, traduzido no fato de disponibilizar em maiores ofertas na região atividades comerciais e prestação de serviços, em escala que abrange municípios adjacentes. Essa condição lhe deu a posição de cidade central, denominada popularmente de “rainha do Agreste” em razão de sua localização, da sua extensão territorial, da sua população, das funções desenvolvidas e da intensidade e do alcance das interações espaciais com outros centros. O que ocorreu foi uma maior complexidade funcional nesse centro de hierarquia urbana mais elevada gerando diferenciações em relação a outras cidades. Essa realidade deverá ser

entendida como a seleção de uma das múltiplas necessidades de realização de processos gerais, levando-se em conta as heranças do passado e o envolvimento de agentes externos e internos ao lugar. Neste encaminhamento a que ser referida a percepção e ação de agentes locais em valorizar e dar maior importância a estes lugares, tornando-se capazes de dar rumos diferentes às cidades (FRESCA, 2009, p. 46).

Em linhas gerais, as duas outras cidades (Montanhas e Lagoa d’Anta) apresentam em torno de seu centro, bairro principal, as repartições públicas ou particulares e o comércio na proximidade das habitações mais confortáveis. Em contrapartida, ocupam espaços adjacentes

à área de maior importância, moradores com baixo poder aquisitivo, desprovidos dos meios que significam melhor qualidade de vida e inserção no mercado de consumo.

É evidente que o capitalismo estrategicamente organiza e direciona as formas de produção e circulação de produtos que giram em função de um mercado consumidor, apto a absorver em quantidades variáveis em acordo com o poder de compra dos diferentes grupos ou classes sociais. Por isso, o consumo entre as cidades se dá de forma diferente, e geralmente a cidade de maior porte e de melhor estruturação econômica polariza as cidades menores, onde falta boa variedade em artigos comerciais e serviços, o que impõe o deslocamento para a cidade de influência, de organização urbana e funcional superior.

CAPÍTULO 3 - A FEIRA DE NOVA CRUZ, RN: UMA TRADIÇÃO QUE PERMANECE NA MODERNIDADE

A feira é uma prática comercial desenvolvida em quase todo o território nacional e mais destacadamente na Região Nordeste, onde é mais bem representada, difundindo negócios e maior concentração de pessoas oriundas do mesmo lugar e de outras localidades circunvizinhas, conforme seja sua área de influência, o que promove maior expansão e circulação de mercadorias. Nela se materializam, também, manifestações paralelas como o encontro, atividades populares e onde se criam meios de sobrevivência que outros espaços comerciais não os possibilitariam.

No Rio Grande do Norte, as feiras ainda continuam sendo realizadas nas cidades por constituírem um tipo de atividade comercial fornecedora de uma infinidade de produtos de primeira necessidade para a população, principalmente as do interior do Estado, onde parte dos gêneros oferecidos provém da produção regional e abastece moradores urbanos e rurais, constituindo-se importante fonte econômica, em particular para o município que mantém essa modalidade de mercado periódico.

Em Nova Cruz essa modalidade funciona há muitos anos, provavelmente desde a fundação da sede do município, já que não há uma data específica quanto à sua origem, visto não terem sido encontrados documentos oficiais, mas apenas relatos de antigos moradores que acompanharam e ainda presenciam a dinâmica desse fenômeno, inicialmente apenas uma vez por semana e, com o passar dos tempos, bem mais recente, o surgimento de outra feira em outro dia, porém de menor intensidade.

Nessa condição, pode-se afirmar ser a cidade de Nova Cruz um espaço apropriado para realização de feiras, uma vez que realiza duas, uma na segunda feira e outra na quinta. A primeira durante todo o dia (manhã e tarde) e a segunda apenas no horário da manhã, fato que as consolida como importantes centros comerciais que abrangem demais áreas da região, diferentes de outros municípios que geralmente promovem esse evento apenas uma vez por semana.

Diante deste quadro, percebe-se que as feiras em questão, neste trabalho, vão se constituindo como um marco ao se firmarem como *locus* de resistência, ao permanecer como importante meio de consumo, frente ao desenvolvimento e surgimento de formas de comércio consideradas modernas como os supermercados que apresentam características distintas da então tradicional manifestação popular, a feira, onde se realizam diversas atividades econômicas, sociais e culturais.

Esse é um período marcado pela dinamização da modernização, em que as ideias e a criatividade em relação às atividades comerciais destacam-se mais intensamente nessa nova fase do mercado. O cerne desse jogo repercute em técnicas que visam aumentar a produtividade e, conseqüentemente, as possibilidades de consumo, justamente por estruturar, fixar e flexibilizar valores e variedades em mercadorias, que são determinantes na abertura ou restrição da procura em maior ou menor quantidade de bens.

Este processo representa mais um passo na modernização dos equipamentos e produtos expostos à venda, trazendo, para os proprietários e os frequentadores desses novos estabelecimentos, uma garantia de lucros e qualidade nas mercadorias nesse novo sistema de produção. São inovações em que o poder público acaba arcando com investimentos, tanto na infraestrutura, como na viabilização dos instrumentos de modernização, levando-se a um resultado que nem sempre se encaixa dentro das reais necessidades da população, mas que são aceitas em função das estratégias de mercado planejadas para ampliar interesses particulares em detrimento da coletividade expressa na realização das feiras. No entanto,

Esta coexistência, aparentemente, não implica em conflitos entre os feirantes, de um lado, e os comerciantes e empresas de serviços implantados na cidade, de outro. Ao contrário, parece haver interesses comuns. Isto nos remete [...] a [...] uma estruturação apoiada na coexistência de dois circuitos, o moderno – o circuito superior – e o tradicional – o circuito inferior [...]. De modo simplificado, considera-se que o circuito superior é constituído pelos bancos, comércio e indústria voltados para a exportação, pela indústria moderna vinculada ao mercado interno, pelos serviços modernos e empresas atacadistas e de transportes. [...] Por sua vez, o circuito inferior é constituído por atividades que não utilizam capitais de modo intenso, possuindo ainda uma organização primitiva: a fabricação de bens, certas formas de comércio e serviços compõem a ampla gama do circuito inferior, que atende, sobretudo, as classes pobres (CORRÊA, 2005, p. 71-73).

O período atual de predomínio da globalização culmina com a convergência de atividades que resulta dessa articulação, dessa integração em que participam tais circuitos da economia urbana, como é exemplo a feira e outras atividades comerciais modernas que se complementam, sem perder suas especificidades. Além do mais, um dos dois circuitos, segundo Santos (2008), é o resultado direto da modernização. Consiste em atividades oriundas dos avanços tecnológicos e dos benefícios resultantes deles. O outro é igualmente um resultado dessa modernização, mas um resultado indireto, já que se dirigem aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos avanços técnicos recentes e das atividades a eles vinculadas.

Os dois circuitos da economia, no entanto, não devem ser interpretados sob o ponto de vista de um dualismo ou dicotomia urbana. Ao contrário, se mantêm interligados. Isso porque a existência de uma classe que utiliza um e outro circuito impede o isolamento, como também existem articulações, complementaridade e dependência, envolvendo intercâmbios entre os dois circuitos (CORRÊA, 2005).

Numa visão mais abrangente, Santos (2008, p. 46-47), aponta que

A atividade do circuito superior é, em grande parte, baseada na publicidade, que é uma das armas utilizadas para modificar os gostos e deformar o perfil da demanda. No circuito inferior, a publicidade não é necessária, graças aos contatos com a clientela, e tampouco seria possível, já que a margem de lucro vai diretamente para a subsistência do agente e de sua família.

Para o autor, as causas e os efeitos da existência dos dois circuitos econômicos devem-se à existência, por um lado, de uma massa com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais e, por outro, de um reduzido número de pessoas com renda muito elevada. Neste caso, cria-se na sociedade uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos, e aqueles que mesmo tendo as mesmas necessidades não têm condições de satisfazê-las.

Dessa forma, não existe uniformização quanto ao envolvimento no consumo, visto haver fatores que promovem ou servem de entraves a esse processo. O sistema produtivo desenvolvido pelas empresas demonstra interesses exclusivamente consumistas, mesmo direcionados a grupos sociais de poder aquisitivo diferentes. Isso se dá de maneira nem sempre a atender aos anseios dos indivíduos, uma vez que as estratégias são criadas e planejadas para inserir na sociedade novas formas de consumo.

Essa tendência, no entanto, não atinge a população como um todo, pois grande parcela, principalmente a de menor poder aquisitivo, não se insere num sistema que a envolve através de constantes e variadas formas de consumo, ficando esses habitantes a considerar as velhas opções encontradas nas antigas formas de comercialização. Uma alternativa que nas cidades pequenas passa a fazer parte de todas as camadas sociais, por se caracterizar como um ambiente composto por mercadorias, pessoas e relações de alcance espacial local e em escala mais ampla, a nível regional.

3.1 A feira e as novas formas de comércio: elementos de referência regional

Ao se analisar a cidade como uma realidade concreta expressa pelo processo de (re) produção social, constata-se ser o comércio em suas diferentes formas, tradicionais ou modernas, fator primordial na transformação do espaço, como é peculiar a feira, que ao atrair pessoas para desenvolver atividades de venda ou simplesmente para consumir, gera uma centralidade que se materializa periodicamente.

A sociedade desenvolveu e difundiu meios modernos e diversificados de alcançar o consumo de maneira rápida, redefinindo funcionalidades que diferem do passado, quando o processo de produção e comercialização era tipicamente tradicional; o pequeno produtor deslocava-se para a zona urbana, vindo a figurar também como feirante, e que numa relação direta com a população expõe e vende suas mercadorias. No entanto, com a modernidade e as estratégias de mercado, há uma ampliação das atividades e, por conseguinte, de distribuição de mercadorias entre os habitantes da cidade e da região, através de formas modernas de produção que atendem uma clientela cada vez mais exigente.

Devido à movimentação, demais atividades comerciais foram se expandindo, gerando afluência de mais vendedores e compradores para o local, vindos não só do bairro como de municípios de localização próxima a Nova Cruz. Condição que fez desta cidade uma das mais visitadas da região, e isso se deve ao comércio fixo, aos serviços e a feira que pela sua dinâmica impulsionou outras formas de comércio que se multiplicaram, estimuladas com a popularização alcançada por esse fenômeno, constituindo-se,

[...] num evento econômico, social e cultural, que reúne compradores e vendedores de várias mercadorias num determinado local, em intervalos de tempos regulares. Tais acontecimentos modificam a paisagem (...), uma vez que nos dias das feiras livres, as principais ruas (...) exprimem um mosaico de atividades, de situações, de cenas, de odores, de sons que se realizam, simultaneamente, num só espaço (GONÇALVES, 2005, p. 144).

As feiras, portanto, proporcionaram maior efervescência comercial nos bairros onde se instalaram, seja no centro, seja em outro bairro da cidade, dinamizando melhor as atividades, principalmente nos dias de funcionamento, especialmente na segunda feira, quando aumenta a circulação de pessoas em torno dela. A esse respeito descreve Dona Maria Das Dores:

Tenho uma banca na feira a muitos anos, desde quando a feira ainda estava no centro da cidade. Quando construíram o mercado público no bairro de São Sebastião, a prefeitura transferiu a feira para o mesmo local. Muitos

feirantes trabalham na parte interna do mercado e outros têm bancas próximas. Aqui nesse bairro trabalho perto do mercado público vendendo café da manhã, almoço e jantar para os feirantes que chagam na cidade no domingo para a feira da segunda feira (Entrevista realizada com Maria Das Dores de Lima, em 4 de março de 2010, na cidade de Nova Cruz).

A feira, que já apresentava intensa força comercial a nível regional, recebe novo impulso a partir de um grande mercado público, construído no bairro para onde, em 1992, é transferida, deixando então o antigo centro e o 1º mercado público municipal, momento em que ambos os espaços precisam se redefinir quanto às mudanças geradas no contexto da cidade. Mudanças que ascenderam um ritmo diferente, transformando esses lugares em ambientes integrados através da feira e da presença de estabelecimentos comerciais no centro. Uma relação que proporcionou aos consumidores mais qualidade e oferta de mercadorias em escala crescente, gerando concorrência e, conseqüentemente, o surgimento de equipamentos comerciais cada vez mais modernos. No entanto,

[...] ao longo do processo as transformações não ocorrem automaticamente, ou seja, se a mudança técnica incide diretamente sobre o espaço, este, em sua condição física ou social, pode oferecer resistência e constituir um fator condicionante. Trata-se, pois, de reconhecer, não somente os impactos gerados a partir de fora, com a introdução de novas tecnologias, mas também as resistências internas e as estratégias de adaptação no intento de superação dos conflitos instalados (BERNARDES, 2007, p. 241).

Vale reforçar que tudo isto é fruto da articulação política, e neste sentido, esse processo serve como fator fundamental na estruturação do espaço e na inserção de setores de atividades que corrobora com o fluxo de pessoas na cidade. Fica claro que o crescimento do comércio interno decorre do impulso dado pelo aparecimento de novos produtos adequados às necessidades mercadológicas, significando mais influência em relação às cidades que integram a região.

Nessas condições, Nova Cruz precisa responder a essas exigências de mercado, conquistando novos segmentos, graças aos investimentos realizados. Para que essas inovações aconteçam, as mudanças vão além das questões comerciais. Desta forma, os comerciantes necessitam readequar e operar suas atividades numa perspectiva de melhor atender demandas, criando-se, desse modo, um processo de interdependência entre a população e o ambiente onde o comércio se fixa. Antigamente,

os empresários não conheciam o mercado, ignoravam os consumidores. Produziam ao acaso, buscando suas mercadorias no mercado e esperando o

comprador, esperando o consumidor. Hoje, aqueles que organizam a produção afirmam conhecer o mercado, não apenas a demanda solvente, mas os desejos e as necessidades dos consumidores (LEFEBVRE, 1991, p. 62).

A feira tradicional resistiu a essa fase permanecendo como uma importante alternativa econômica, apesar do aparecimento e crescimento da modernização do setor comercial, não só nas grandes cidades, mas também nas pequenas, como é o caso de Nova Cruz, portando-se como um acontecimento popular, porém não mais o único meio de abastecimento de produtos que atendem diariamente necessidades básicas e outras mais sofisticadas. No entanto, as estratégias de mercado não têm sido suficientes para apagar o brilho deste evento de caráter popular, por isso, ainda mantém uma imagem que simboliza a sociedade. Hoje,

Nova Cruz é possuidora da maior feira livre da região – em extensão (no horário e no espaço que ocupa) e diversidade de produtos. Localizada no Alto de São Sebastião, a feira atrai pessoas (vendedores ambulantes, comerciantes, compradores, etc.) de toda a circunvizinhança, inclusive do Estado da Paraíba (AZEVEDO, 2005, p. 113).

A feira exerce um papel significativo na economia da cidade ao gerar emprego e renda para a população, tendo em vista que trabalham nessa atividade comercial pessoas da própria localidade e de outras cidades. Para isso, a prefeitura municipal arrecada uma taxa dos feirantes que possuem bancas com produtos para serem comercializados nos dias de feira. Representando, assim, uma das alternativas econômicas da cidade.

A partir das entrevistas realizadas percebe-se que outras formas de comércio que funcionam durante toda semana não apresentam o mesmo fluxo de pessoas que nos dias da feira livre municipal, quando há uma maior comercialização de produtos em alguns estabelecimentos como lojas e supermercados. Segundo um comerciante do bairro de São Sebastião:

Nos dias em que não há feira o comércio é um pouco parado. O movimento é melhor nos dias de feira [...]. Muita gente daqui e de outras cidades entra no supermercado pra fazer compras nos dias de feira. A instalação desse supermercado aqui se deve a feira que foi importante para o comércio do bairro (Entrevista realizada com José Everaldo Souza da Cruz, em 4 de março de 2010, na cidade de Nova Cruz).

Isso, evidentemente, pode ser explicado pelo aspecto cultural, já que a população tem por hábito frequentar a feira semanalmente para realizar compras de diversos produtos que também são encontrados nas lojas (roupas e calçados) e nos supermercados, a exemplo dos

produtos perecíveis (carne bovina, frangos, peixes, frutas e verduras). Veja o que expressa um dos consumidores que frequenta a feira:

Vou comprar roupas, CDs, na parte da manhã (a partir das 8 horas) e na parte da tarde vou comprar verduras, frutas, carnes, [...] toda segunda feira. Na quinta-feira, às vezes eu frequento a feira, só prá passear mesmo, conversar com os colegas. Vou mais a feira e final do mês ao supermercado (Entrevista realizada com João Maria Pequeno da Silva, em 10 de março de 2010, na cidade de Nova Cruz).

Por isso, este evento tradicional continua desempenhando importante papel na vida comercial da cidade, apesar das vantagens oferecidas, expressas no *marketing* e de todo arranjo estético e incentivo para levar o consumidor às compras em estabelecimentos comerciais modernos. Os supermercados são exemplos disso por apresentarem facilidades de negócios, como nas formas de pagamentos que podem ser a crédito através dos famosos cartões, hoje diversificados. Uma opção que dá mais comodidade e não desperdiça tempo, já que se pode encontrar num mesmo espaço uma variedade de produtos que estão expostos nas prateleiras, além da possibilidade de se efetuar o pagamento em meses subsequentes ao dia em que se dá o consumo. Por outro lado,

Os modernos equipamentos de venda a varejo, tais como os supermercados, não dão (ou não criam) a oportunidade do indivíduo, do simples consumidor, estabelecer laços de uma futura amizade com outras pessoas nos momentos que se abastece, durante suas compras, nem uma suposta fidelidade mútua com o vendedor, isto é, não há muito diálogo, proximidade pessoal, não se desfruta de modo diferente desse tipo de lugar, etc. Ou seja, são estruturas comerciais que se distanciam, que dificultam ou são inóspitas ao desenvolvimento de várias dimensões da vida social cotidiana [...] (FREIRE, 1999, p. 7).

Nesse processo, as formas antigas de comércio existem e continuam exercendo considerável importância, não por se modernizarem, mas por desenvolverem relações humanas de maior proximidade, mantendo, portanto, o elo de identidade com a sociedade. Isso produz uma materialidade capaz de concentrar novos produtos sem que haja perda de sua tradicionalidade, sendo importante apontar que por essas condições, Nova Cruz marca sua presença num contexto mais amplo, pois a feira extrapola os limites do município ao aparecer como elemento de reflexos espaciais.

A espacialidade, no tocante a este tipo de evento tradicional, não diminuiu a frequência de pessoas aos meios modernos de comercialização, difundidos pela tecnologia de

comunicação e de transportes, dois atores fundamentais que imprimem maior flexibilidade na negociação entre o vendedor e o comprador.

Outro fator diz respeito aos serviços de atendimento oferecidos pelos estabelecimentos, além da variedade na oferta de mercadorias, organizada para atender diferentes classes. Em face disso, se expandem as novas formas de comércio, na perspectiva de maximizar o lucro e eliminar antigas formas de consumo.

Outra questão a ser acrescentada refere-se ao fato da feira ser uma alternativa viável à sobrevivência. Daí, ser um foco de concentração de pessoas que, não encontrando trabalho fixo nos setores formais da economia, veem a possibilidade de se engajar mais facilmente no setor de comércio popular desenvolvido no mercado público municipal e nas ruas situadas em torno dele, como a Industrial José de Brito, a 1º de Maio, a Franco de Oliveira e outra área por trás do então mercado denominado Antônio Alves Flôr, todas no bairro de São Sebastião.

Dezessete anos atrás, esse fenômeno comercial urbano ainda funcionava no centro da cidade, na rua Dr. Pedro Velho, uma das mais antigas e tradicionais por concentrar em toda via diversos pontos comerciais. A feira, sua maior referência, é transferida para um espaço dotado de melhor infraestrutura, a rua Industrial José de Brito, que em pouco tempo se reestrutura com novos equipamentos do setor terciário, dando nova configuração na dinâmica do bairro.

Ficando a rua antiga com os velhos pontos de consumo e anos depois somados à chegada de novos estabelecimentos, firma-se junto à nova via como importantes centros comerciais. Duas ruas que marcaram a história da cidade a partir do funcionamento da feira e dos investimentos públicos e privados que se deram na área, valorizando o lugar e tornando-as conhecidas na região, um exemplo de resistência e de forte tradição popular que permanece diante das novas formas de comércio.

Dentre as diversas formas de consumo, a feira passou a ser uma referência em âmbito local e regional, fato que contribuiu tanto para transformar o espaço onde se desenvolve como para acentuar a tipologia de produtos postos à população, constituindo-se ainda como espaço de integração social e de manifestações culturais. Elementos que deixam marcas que se refletem no cotidiano da cidade, desde a sua origem até os dias atuais, apesar das mudanças impostas pelo mercado, que imprimem novos valores e novos hábitos de consumo.

Considerada como cidade central, Nova Cruz mantém relações comerciais que atraem populações situadas em seu entorno, a exemplo da cidade de Montanhas e Lagoa d'Anta, incluindo áreas do vizinho Estado da Paraíba, uma realidade resultante do crescimento nos níveis econômicos e sociais. Esses elementos fazem parte da dinâmica interna beneficiada

pela influência que exerce sobre as cidades com que mantêm relação, constituindo-se como um lugar cuja característica é a interação e não o fechamento frente a novas realidades, sendo necessárias constantes articulações através dos diferentes setores de vendas que aparecem para responder às principais demandas da sociedade.

É importante notar que, em sua maioria, as atividades terciárias desenvolvidas em Nova Cruz se estabeleceram, não apenas pelo porte do município, mas também para interligar e servir moradores de outros lugares, uma conexão que antes necessitou de uma série de outros fatores que obrigam o espaço a se equipar de elementos fundamentais ao seu funcionamento.

Entre estes fatores está a necessidade de continuar liderando a posição de principal cidade da região, condição aferida desde o passado, com o impulso dado a antigas formas comerciais, como a feira que se consolidou como marco econômico da cidade. “Quanto maior for a importância da cidade, em termos de centralidade, maior será a importância absoluta de sua feira, importância determinada segundo o número de participantes e a área de atuação da mesma” (CORRÊA, 2005, p. 67).

Dessa forma, para entender as particularidades que envolvem a dinâmica e a dimensão da feira foram aplicados questionários visando extrair informações que comprovassem sua condição como fenômeno comercial regional. Para isso, buscou-se diagnosticar, dentre outras questões: o local de procedência dos vendedores, o tempo de atuação na feira e o local de residência dos consumidores.

Nesta fase do trabalho, levaram-se em conta os donos de bancas fixas, somando-se um total de 62 entrevistados, distribuídos aleatoriamente, por setores de atividades desenvolvidas na feira, e por este quadro foi possível identificar que parte dos feirantes reside em Nova Cruz e outros têm procedência de municípios circunvizinhos, como também do Estado da Paraíba, conforme está representado no gráfico 14.

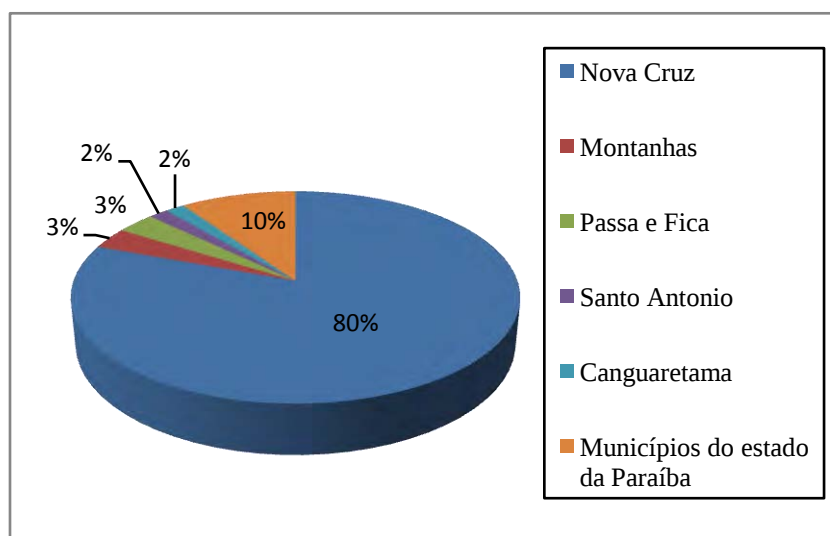


Gráfico 14: Local de residência dos feirantes de Nova Cruz

Fonte: Pesquisa de campo, 2010

A partir da análise dos dados constata-se que quanto ao local de residência os feirantes são procedentes principalmente do município de Nova Cruz, totalizando 80% entre aqueles que residem na zona urbana e nas comunidades situadas na zona rural. Já em relação aos feirantes vindos de outros municípios, destacaram-se como locais de procedência Montanhas, Passa e Fica, Santo Antônio e Canguaretama, no Rio Grande do Norte; outros, entretanto, num total de 10% advêm do Estado da Paraíba.

No que concerne ao tempo de atuação nesse tipo de atividade comercial identificou-se através do questionário que entre os entrevistados, 19% possuem um período de permanência de mais de 20 anos de trabalho como feirante.

Paralelo a isso, a quantidade de pessoas em torno de um ano soma apenas 8%; já entre aqueles que possuem de 1 a 5 anos de atuação na feira o percentual é de 24%; e entre 6 a 10 anos corresponde a 22%; ao passo que o grupo dos que estão entre 11 a 15 anos atinge 16%; e de 16 a 20 anos totaliza 11% (Gráfico 15).

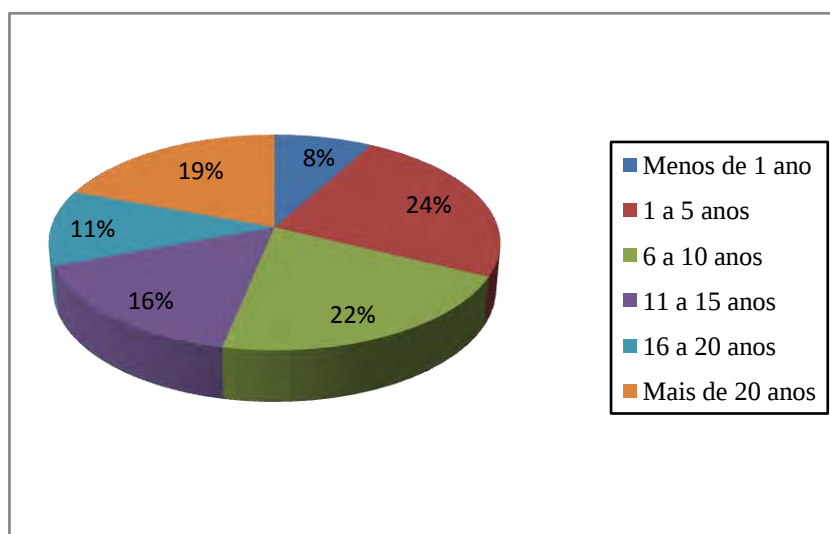


Gráfico 15: Tempo de atuação dos feirantes

Fonte: Pesquisa de campo, 2010

Esta atividade comercial é para muitos o principal meio de sobrevivência. Grande parte iniciou o trabalho ainda com familiares, onde dá continuidade à vida como feirante. Outros, entretanto, utilizam o espaço da feira como alternativa para complementar sua renda, ou simplesmente tem a possibilidade de superar o problema do desemprego no chamado setor formal da economia.

Esta realidade fica evidenciada pela pesquisa quando as pessoas em sua maioria relatam não possuir outra atividade, além da feira. Em outro extremo aparecem profissionais com funções diferentes, dentre os quais chama atenção a presença de professores, donos de comércio com estabelecimento fixo, caminhoneiros e funcionários do setor público municipal.

Outro aspecto relevante está na análise que identifica a espacialização da feira através da procedência dos consumidores. Assim, quanto à origem dos frequentadores, em específico dos consumidores de bancas fixas, a pesquisa revelou que circulam pessoas de diferentes localidades que têm por hábito utilizar a feira como espaço comercial para realizar suas compras semanais. Embora tais frequentadores não tenham como único ponto de referência a feira, esta continua sendo uma forma de comércio com alcance popular e, por isso, é bastante procurada como local de consumo (Gráfico 16).

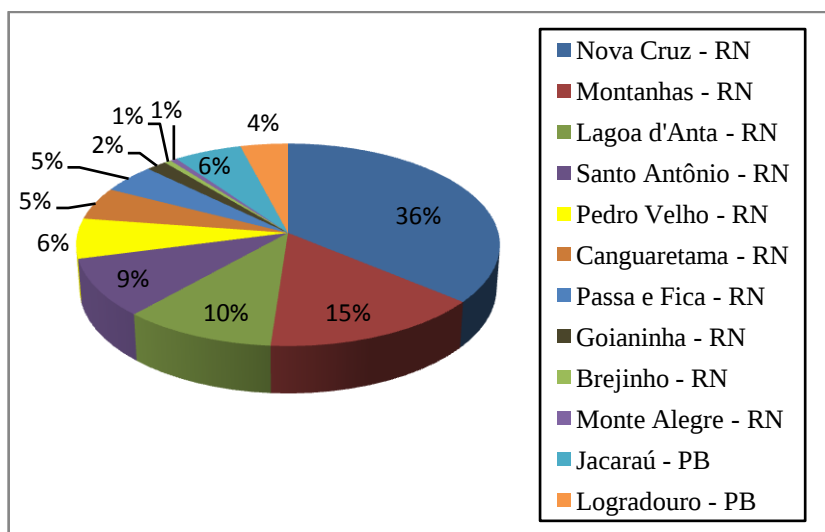


Gráfico 16: Local de residência dos consumidores da feira de Nova Cruz

Fonte: Pesquisa de campo, 2010

Da mesma forma que os feirantes vendedores, os consumidores não residem apenas em Nova Cruz. Entre os locais de procedência do Rio Grande do Norte de maior procura pela feira, estão os municípios de Montanhas, Lagoa d'Anta, Santo Antônio e Pedro Velho, somando, respectivamente, 15%, 10%, 9% e 6% de consumidores residentes em tais localidades. Além destes, outros 10% são formados por consumidores provenientes de municípios da Paraíba como Jacaraú com 6% e Logradouro com 4%, que também tem a feira como forma de consumo.

A feira livre municipal constitui um meio de articulação entre Nova Cruz e cidades da região e também intensifica a relação cidade-campo através dos produtos e de consumidores. Portanto, permanece como importante centro comercial que concentra elevado contingente populacional que tem nessa atividade periódica o seu meio de vida e de consumo para pessoas de diferentes localidades. Por isso, reforça sua condição de espaço tradicional dentre outras formas de comércio que surgem e dão uma nova dinâmica na cidade, sem, no entanto, alterar o ritmo e o movimento que continua presente nos dias da semana em que ocorre esse evento. Tal especificidade, portanto, não se limita ao espaço local, pois adquire uma dimensão mais ampla como demonstra a figura 16 sobre a localização das cidades dos consumidores que frequentam a feira de Nova Cruz.

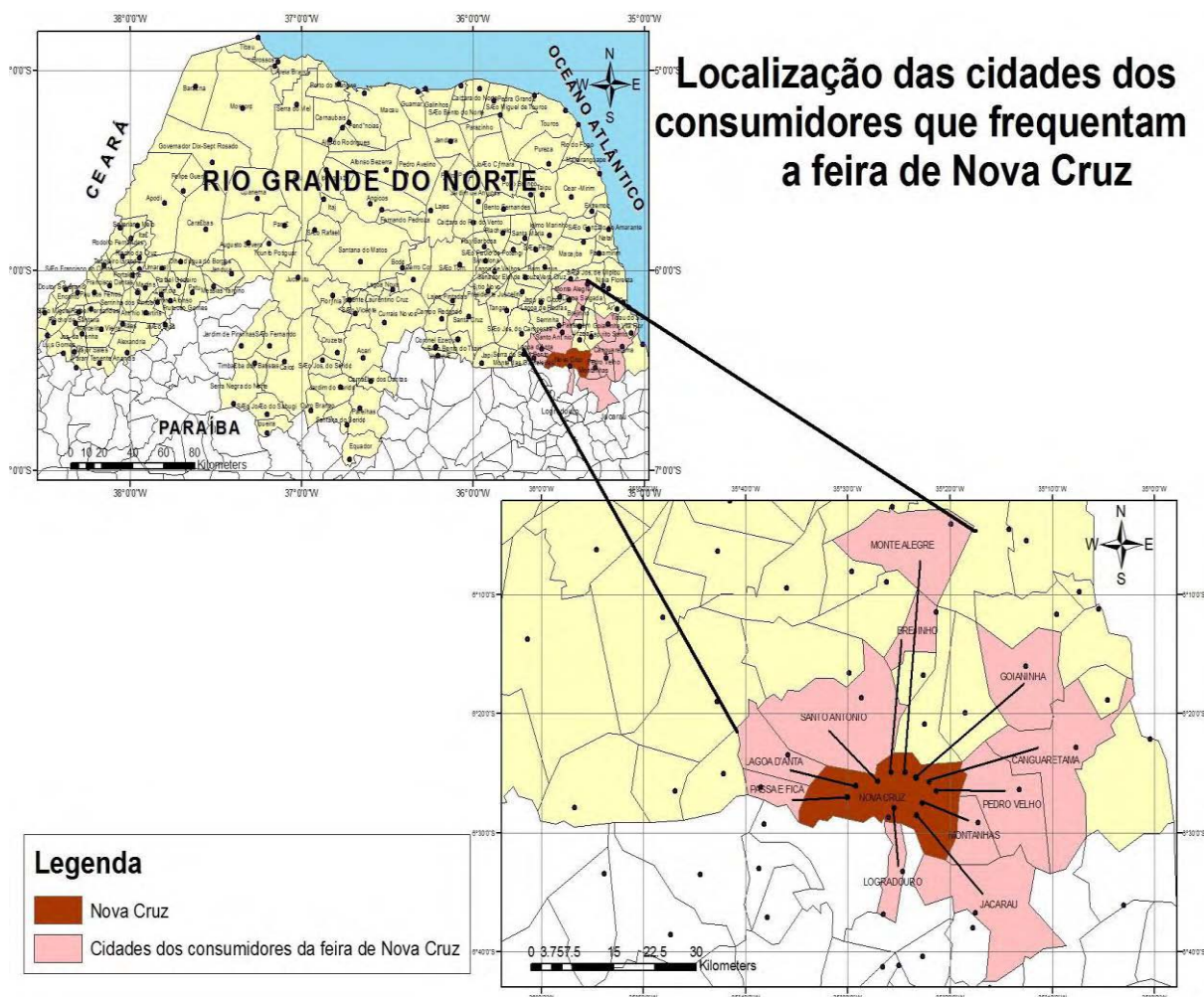


Figura 16: Localização das cidades dos consumidores da feira de Nova Cruz, RN
 Fonte: Marylande Videres: Sudema, 2010. Org. Severino Coutinho

Desse modo, apesar das mudanças ocorridas com a expansão de novas atividades e estratégias de mercado, a feira continua sendo um evento popular que desperta atenção e para onde converge significativa parcela da população, permanecendo como uma modalidade de comércio que funciona semanalmente, demonstrando ser um fenômeno que resistiu e cresceu frente às estruturas organizadas de atividades sofisticadas que visam ampliar o lucro. Situação em que se encontram os supermercados, caracterizados como uma forma de comércio que implantou mudanças nos hábitos de consumo, estimulados pela propaganda que anuncia vantagens aos clientes: diversidade de mercadorias e qualidade no atendimento, além de poder pagar a dinheiro ou a crédito. Condições em que disputam os clientes com a feira, utilizando serviços que dão maior comodidade e influência em relação à dinâmica comercial que abrange outras cidades, uma realidade que não eliminou a imagem da feira como elemento identitário necessário à sociedade.

Por este quadro, é Nova Cruz o espaço de maior concentração de atividades, exercendo influência através de variadas formas de comércio, em particular a feira livre municipal que abastece a população com produtos tradicionais, desde o surgimento da cidade, e que permanece com grande movimentação de feirantes e consumidores que frequentam quase diariamente o local, tornando-se uma prática comum que ainda permite uma organização funcional simples entrelaçada a estruturas modernas do setor comercial.

Desse modo, analisar esta singularidade significa buscar a compreensão de uma forma tradicional de comércio importante para a sociedade. Esse tipo de atividade introduziu um novo padrão de relações com áreas internas e externas ao local onde se manifesta este fenômeno. As transformações verificadas apresentaram, inicialmente, maior complexidade devido à mudança da funcionalidade da feira, como já mencionado em trecho anterior, traduzindo-se por um lado, pela relativa diminuição do movimento do centro da cidade, apoiado no comércio varejista de caráter popular; e, de outro, pela propagação desta mesma atividade em outro local, cujos estabelecimentos foram revigorados, deixando de lado traços de antigas e tradicionais funções urbanas.

De outra maneira, as mudanças representaram maior intensificação dos fluxos em nível de transportes, mercadorias e pessoas que frequentam o novo espaço da feira e o velho centro comercial, dando à população possibilidades de consumo em direções comerciais diferentes. Estas materializações sociais, às vezes, ultrapassam a aparente funcionalidade criada para o desenvolvimento de atividades que mostram nítida tendência de crescimento, mas nem sempre são consideradas. Daí, os impactos na estrutura urbana, econômica e social, caracterizando maior complexidade não apenas nas funções, mas também na organização interna e nas relações de ordem espacializada, não se tratando apenas da ampliação dos setores de atividades que foram introduzidas em áreas específicas da cidade, mas de um maior alcance espacial, o que demanda novas atividades para atender com maior conforto um número crescente de consumidores.

As reflexões expostas acima diagnosticam que as novas formas de comércio vêm ganhando espaço na economia do setor terciário da cidade sem, contudo, superar a principal atividade tradicional representada pela feira, fenômeno sociocultural sustentado pela sociedade local e de outros municípios da região que a circunda, permanecendo como elemento histórico que funciona com vigor nos dias de hoje, quer pela oferta de mercadorias, quer pela quantidade de pessoas que afluem e circulam em Nova Cruz. Isso dinamiza o lugar e o torna influente, como espaço popular de resistência, tendo em vista o tempo e a adição de

mais uma feira em outro dia da semana, sinônimo de crescimento e de continuidade frente às estratégias de mercado que figuram no comércio nesse estágio atual da modernidade.

3.2 O que permanece e o que mudou a partir do funcionamento da feira em duas vias comerciais da cidade: as ruas Dr. Pedro Velho e Industrial José de Brito

Ao analisar a história de duas ruas comerciais numa cidade, remete-se primeiro ao conhecimento sobre a origem, seu crescimento e o desenvolvimento de suas atividades, para que se possa entender as transformações e fazer as associações e comparações entre o passado e o presente, e assim identificar o que muda e o que permanece como elo de identidade do lugar, apontando ainda para o que resta de memória e, com isso, buscar compreender em que realidade essas manifestações acontecem. Assim sendo,

El paisaje de la ciudad, ante todo producto social, es también resultado del entorno geográfico (emplazamiento y situación); muestra a huella del pasado histórico, a través de características de estilo, de trazado y de funciones relacionadas con las distintas fases de crecimiento, y exterioriza las condiciones sociales, culturales, económicas, tecnológicas, valores simbólicos, de naturaleza cambiante, que tem intervenido en su construcción (MARTIN, 1991, p. 73-74).

A cidade de Nova Cruz, na qual se encontram as ruas Dr. Pedro Velho e Industrial José de Brito, está situada na microrregião agreste do Estado do Rio Grande do Norte, formando uma área com mais 20 municípios, onde é a mais importante por abrigar maior contingente populacional e um setor terciário mais dinâmico, atendendo, inclusive, cidades menores que estão em seu entorno. Desse modo, “quanto menor a aglomeração, menor a diversidade de sua ecologia social; quanto mais populosa e mais vasta, mais diferenciadas a atividade e a estrutura de classes, e mais o quadro urbano é compósito, deixando ver melhor suas diferenciações” (SANTOS, 2008, p. 105).

As ruas referidas anteriormente são importantes vias comerciais e, nesse sentido, merecem um olhar especial por retratar aspectos da história da cidade e, por ter gerado, desde a sua constituição, transformações significativas nos bairros, como percebe-se, hoje, através dos novos usos. Estas são estruturadas com base em seus atrativos em atividades comerciais instaladas e que viabilizam um movimento local que, somado aos dias de feira, são intensificados por uma maior oferta de mercadorias que condiciona a demanda de outras necessidades, principalmente o atendimento a determinados serviços, por parte de pessoas residentes em outras localidades.

Um processo, portanto, desencadeador de melhor organização do espaço, que se estrutura com novos equipamentos urbanos ou reestrutura os antigos e, com isso, vai dando novo significado que se reflete no aumento do consumo. É assim percebido o espaço dessas ruas, a primeira caracterizada por formas urbanas antigas em meio às modificações, hoje consideradas modernas, e onde funcionou durante muitos anos a feira livre municipal. A segunda, antes residencial, se transforma também em uma via comercial, alterando hábitos e dando novo sentido com a construção de um grande mercado público que serve de justificativa à transferência da feira livre para essa rua que impulsionou o estabelecimento de prédios comerciais na área. Nesse sentido,

O espaço é o maior conjunto de objetos existente. Se ele associa o que, pela origem, tem idades diversas, tais coisas são todas, a cada momento, movidas e vivificadas por uma lei única, a lei do hoje, a que se submetem todas as relações sociais. Trata-se de uma grande lei dos movimentos de fundo, dada pelos modos de produção e seus momentos, responsável pelas mudanças grandes e gerais, e pela criação de novos objetos, enquanto as relações que se estabelecem entre os homens por meio dos objetos novos e dos antigos também se submetem a uma lei menor, como se, na vida da sociedade e do espaço, existissem um motor movente e um motor movido (SANTOS, 2007, p. 141-142).

De fato, as diferentes formas de usos no decorrer da formação desses lugares revelam o modo de produção da sociedade. Assim, as formas e costumes tradicionais vão sendo substituídos por exigências adequadas às novas mudanças que estão em curso. Desse modo, buscam-se na história dessas ruas, as especificidades em cada uma delas e as variáveis locais numa escala espacial mais ampla (regional), tendo em vista a função que exercem, e que transcendem os limites da cidade, sendo o comércio o principal elemento a materializar essa realidade (Figura 17 da planta da cidade).

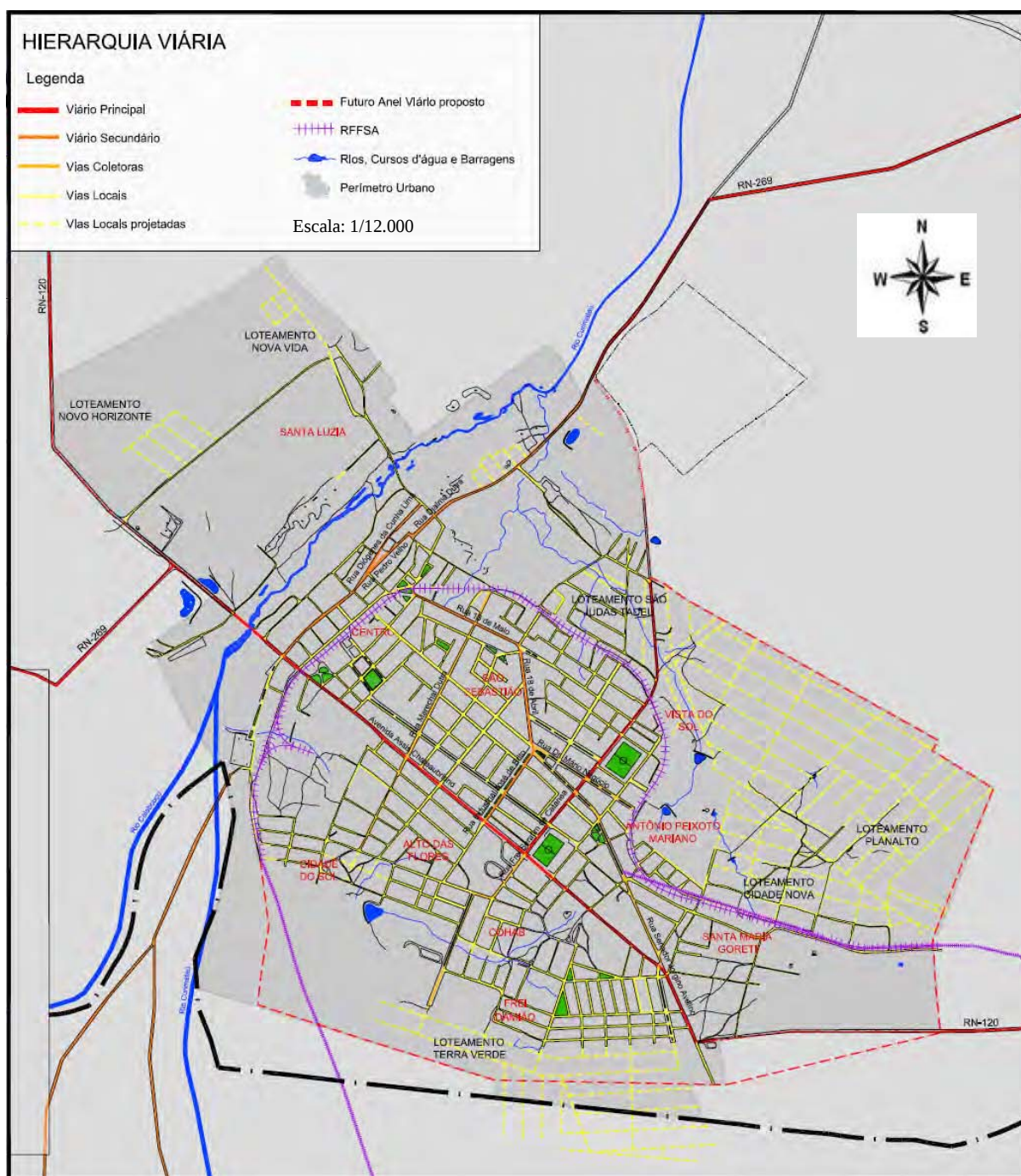


Figura 17: Planta da cidade de Nova Cruz, RN
 Fonte: Acervo da prefeitura municipal de Nova Cruz, 2006

Contudo, entender e apontar as implicações que se desdobraram com o deslocamento da feira de um ponto a outro, parece fundamental para que se possam perceber os agentes históricos responsáveis por essa operação e as contradições permeadas na cidade, em particular, na vida de comerciantes e proprietários de imóveis que mantinham negócios e que precisaram reorganizar as atividades desenvolvidas. Por isso, será importante enfatizar os caminhos traçados, entendendo ser o local desse fato um espaço com aproximadamente 24 mil habitantes, e desta maneira, buscar constatar a possibilidade de um viés político, conforme se apresenta nas pesquisas realizadas, que no período foi posto em prática seguindo um discurso voltado para o bem-estar e engrandecimento da cidade, naquele momento contestado, mas hoje bem localizado e com maior dinamicidade, uma vez que não abrange apenas uma rua como se dava na Dr. Pedro Velho, no centro da cidade, mas sim em várias próximas ao mercado público, onde também se localiza a Industrial José de Brito, no bairro de São Sebastião (Figuras 18 e 19 das ruas Dr. Pedro Velho e Industrial José de Brito).



Figura 18: Rua Dr. Pedro Velho, centro – Nova Cruz, RN

Fonte: Acervo da prefeitura municipal de Nova Cruz, 2008



Figura 19: Rua Industrial José de Brito, São Sebastião – Nova Cruz, RN

Fonte: Severino Coutinho, 2009

Como atividade do setor terciário, o comércio adquiriu relevância em decorrência do trabalho desenvolvido em alguns lugares não serem autossuficientes, no tocante à satisfação das necessidades locais. Daí, as relações não só de uma, como entre várias cidades, sinalizando a extensão e a produção em algumas áreas e a demanda em outras.

A princípio, o homem realizava grande parte de suas necessidades, produzindo os bens úteis à sobrevivência. O que produzia em excesso era trocado por produtos diferentes, suprimindo a falta do que precisava, criando-se assim uma espécie de organização direta de trocas, o escambo. Mas com o desenvolvimento do conhecimento, as necessidades foram se ampliando, o espaço geográfico ganhou novas feições, em função das transformações ocorridas e o sistema de trocas, evidentemente, passou a apresentar dificuldades quanto à sua realização. Dificuldades pelo transporte dos produtos com destino ao local onde se efetivava a troca dos bens produzidos: Nem sempre se conseguia trocar produtos por outros desejados. Daí, o surgimento da moeda que facilitou melhor esse processo até a substituição de fato desse sistema de trocas de produtos pela atividade comercial, hoje presente nas mais simples ações cotidianas da sociedade, de maneira formal ou informal, geralmente espalhadas pelas ruas da cidade.

Assim, “O estudo das formas do comércio (...) nos permite compreender e explicitar uma nova articulação espaço-tempo e tal articulação implica uma organização social distinta” (PINTAUDI, 1981, p. 158), introduzindo nos espaços da cidade, especificamente nas ruas, uma paisagem urbana marcada por diferentes formas comerciais e novas relações sociais.

Na rua Dr. Pedro Velho, essas relações se dão desde o início de sua formação, quando então serviu e ainda hoje serve de referência pela história e importância mantida como ponto de consumo, existindo desde o período em que o município de Nova Cruz recebeu foros de cidade, em 3 de dezembro de 1919. Nela, se materializam as estruturas físicas e as práticas econômicas resultantes das expressões sociais - elementos que definem e explicam as diretrizes que regem e orientam o desenvolvimento da cidade, direta ou indiretamente, mas que se concretiza pelo uso dos meios materiais. E é nesse processo que

[...] se constrói a identidade em relação ao espaço que sustenta e dá sentido aos usos. O tempo se refere à duração ligada àquela das práticas, que, por sua vez, vincula-se a um uso limitado geralmente expresso na morfologia das ruas e avenidas, pelo fluxo, tipos e densidade da frequência pela relação entre construído e não construído (CARLOS, 2001, p. 46).

Essa forma é a representação da sociedade em tempos específicos que se entrecruzam pelos sentidos e significados diferentes. Um ritmo que não permanece, pois as ruas são espaços não estáveis, estando, portanto, sujeitas a alterações impostas por novos agentes que vão criando quadros de usos urbanos que condicionam a população a um novo cotidiano.

Cada rua, embora construída para determinados fins, pode em pouco ou depois de algum tempo se transformar em lugar com tendência a sentidos opostos ao início de sua

formação. Assim se desenhou a então Dr. Pedro Velho, também conhecida como “Rua Grande” por ser uma das primeiras a surgir e, por conseguinte, apresentar maior dinamismo decorrente do fluxo registrado, principalmente nos dias de feira realizada nas segundas-feiras, onde se aglomerava grande número de pessoas do município e de outros municípios vizinhos, incluindo áreas do Estado da Paraíba (Figura 20).



Figura 20: Feira livre municipal na rua Dr. Pedro Velho – Nova Cruz, RN – anos 40
Fonte: Acervo da prefeitura municipal de Nova Cruz

O comércio tradicional que viabilizou outros tipos de estabelecimentos comerciais é indicativo das mudanças que se operaram, transformando as pequenas mercearias em ambientes organizados para atender e se adequar às necessidades dos consumidores. Até os anos 90, essa particularidade é um fato visível no centro da cidade, fazendo desta via o lugar mais procurado da cidade, inclusive porque há nessa rua a realização de outros eventos como os religiosos, anualmente celebrados pelos habitantes e que permitem por um lado, o encontro, e por outro, a comercialização de artigos religiosos e produtos oriundos do próprio local. Para Lefebvre (1999, p. 29), a rua

É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados. Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem [...]. Nela

efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada.

Nesse sentido, parte do cotidiano vivido permanece sendo desenvolvida, apesar das mudanças ocorridas com o deslocamento da feira livre para outro bairro da cidade, causando impacto na rotina da população, mais especificamente, no modo de vida daqueles que viam naquela rua um lugar viável à realização de negócios. Na opinião de uma moradora e comerciante da rua Dr. Pedro Velho:

O comércio era muito bom quando tinha a feira. Tiraram a feira daqui e ficou uma negação. Era muito grande, mas cresceu muito não dava pra ficar aqui. Aqui eu vendia muito. Com a saída da feira o comércio foi enfraquecendo. Dia de feira tinha 8 (oito) pessoas trabalhando no meu comércio e hoje tem apenas 1 (um). Nós fomos prejudicados com a diminuição do movimento no comércio devido à feira que não está mais nessa rua (Entrevista realizada com Beatriz Félix Bernardino, em 10 de março de 2010, na cidade de Nova Cruz).

Alguns moradores e comerciantes insatisfeitos com tal posição e sem poderem dar continuidade às atividades comerciais, antes impulsionadas pela feira que levava com frequência as pessoas vindas de outros municípios a visitarem e comprarem produtos em seus estabelecimentos, tomaram a decisão de fechá-los, já que a população não mais frequentava na mesma proporção. Outro problema é a desvalorização sofrida pelos imóveis não mais atrativos e vendidos a preços inferiores ao de custo de mercado. Aos que resistiram, resta um incipiente comércio tipicamente tradicional da época. Outros, entretanto, tentaram reorganizar suas vidas, comprando lotes de terreno o mais próximo da nova rua onde estava funcionando a feira, pois os prédios em torno, aos poucos, foram se transformando em casas comerciais, o que inviabilizou a possibilidade de muitos retomarem seus trabalhos.

A transferência da feira se dá em 1992, sem se levar em consideração os moradores e os feirantes acostumados a exercer suas funções na “Rua Grande”, é o que relatam moradores, ainda inconformados com a atitude do poder municipal local, que no período tinha um viés político divergente do interesse das pessoas que possuíam lojas, mercearias e mercados, bem como daqueles que usavam o espaço da rua como meio de sobrevivência. Por isso, como alternativa e buscando interesse coletivo, propuseram e acionaram na justiça essa causa, visando ao retorno desse evento ao local de origem. Essa ação não surte efeito contra o poder público representado pela prefeitura, ficando a população à mercê das determinações municipais sem sequer participar das decisões tomadas.

Em 2000, uma nova gestão assume o município e, desta vez, com fortes ligações com a rua Dr. Pedro Velho, o que de certa forma reanima os moradores e donos de imóveis que veem a possibilidade de mudanças. De fato, através do olhar preocupado em dar uma configuração nova, e com isso, reestruturar e dinamizar novamente a área em espaço comercial, dando nova forma à rua em um processo de revitalização que muda os aspectos paisagísticos. Isso desperta na população a possibilidade de reinvestir na comercialização de diversos tipos de produtos. De fato, isso acontece e a rua reaparece como centro comercial, não mais com a feira, mas com o incremento de construções e ocupações de prédios destinados a esse fim. A partir disso, essa via vai sendo paulatinamente reocupada por antigos e novos proprietários que decidem desenhar uma nova página dessa história, restabelecendo nessa via a condição de centro comercial, título dado desde a época de sua fundação.

Outro fator determinante nesse processo está ligado à presença dos bancos que funcionam em torno dessa via, levando a população não só a frequentar o bairro de São Sebastião onde se encontra a feira, como buscar serviços no centro. Isso dá sustentação aos demais ramos de negócios, uma vez que seguem até o comércio favorecendo o crescimento e a relação entre essas atividades, o que pode requisitar maior desenvolvimento do setor terciário e, desta maneira, solidificar o eixo viário como mais uma opção de consumo na cidade, além da rua Industrial José de Brito.

Por outro lado, ainda no intuito de enfrentar a problemática posta ao centro, em particular na rua onde funcionava a feira, o poder público criou uma equipe para atuar frente aos desdobramentos dados. Com a redução de mercadorias e com a consequente diminuição da circulação de consumidores no lugar, buscou-se, junto aos feirantes, uma forma de minimizar a questão imposta em anos anteriores e que somente seria resolvida com ação prática. A proposta diz respeito à recolocação da feira para funcionar em dias de quinta-feira e não mais na segunda-feira como ocorria no passado. Tal transferência nada tinha a ver com a grande feira do início da semana. Esta continuaria a se desenvolver próximo ao mercado instalado em outro bairro. A alternativa se daria em relação ao desenvolvimento de uma feira nas quintas-feiras no alto de São Sebastião, onde se situa a rua que recebe o mais importante evento comercial da cidade - a feira livre municipal.

A da quinta-feira, de menor expressão, na visão de alguns, seria uma maneira de surtir efeito e, desta forma, cada uma das vias ser beneficiada com o mesmo evento. Isso não acontece, pois os feirantes não apresentaram interesse e, na falta de consenso, a feira da quinta permanece na mesma rua na qual foi criada, ficando a rua Dr. Pedro Velho com os velhos estabelecimentos de negócios, que após sua reestruturação ganha uma configuração diferente,

tanto em sua morfologia como em seu cotidiano, antiga pelos anos, mas nova por acompanhar as mudanças que atingem as atividades comerciais alteradas pelas exigências do tempo. É preciso destacar também que, para garantir o crescimento e a diversidade de produtos, superando a lacuna deixada, os proprietários de imóveis tiveram que compensar suas perdas, assentando em bases sólidas seus investimentos. Para isso, analisaram o tipo de mercadoria e sua possível inserção no espaço, no intuito de garantir sucesso aos empreendimentos que iam se fixando, suprimindo a demanda e ampliando o raio de alcance às demais áreas de Nova Cruz e de cidades territorialmente próximas, a exemplo de Montanhas e Lagoa d'Anta.

Quanto à rua Industrial José de Brito, situada no bairro de São Sebastião, há uma revalorização do espaço, dotando-a de melhor infraestrutura. Esse processo foi fundamental para redefinição e inserção de atividades numa maior proporção, o que determinou mudanças nos hábitos do lugar.

As grandes mudanças se pautaram no crescimento e ampliação das atividades econômicas desenvolvidas nessa rua. Inicialmente, põe-se em prática um processo de transformação de antigas funções urbanas, marcada pela forte presença de residências e poucos pontos de negócios. Dentre estes, um prédio destinado à garagem de uma empresa de transportes que fazia viagem a Natal. Antes disso, no entanto, ainda nesse mesmo prédio já havia funcionado, em 1948, uma unidade fabril que utilizava como matéria-prima o algodão, cujo produto (óleo) era enviado a Campina Grande, Estado da Paraíba. Após um desequilíbrio nas finanças, esta passa para as mãos de outro proprietário que resolve levar o escoamento de sua produção à capital do Estado do Rio Grande do Norte (SILVA, 2000).

O lugar onde antes havia uma arquitetura antiga é modificado, passando por uma reforma que lhe dá nova forma urbana. E no período de 1989 até 1992, a antiga forma é retransformada e ampliada para dar espaço a um grande mercado público, um dos maiores do Rio Grande do Norte, composto, dentre outras partes, por salões, lojas e bares, tanto no térreo como no primeiro andar. Sua estrutura foi planejada para comportar diversos eventos populares, entre os quais a feira, destinados não somente à população da cidade, mas também da região (Figuras 21 e 22).



Figura 21: Lojas e bares no espaço do mercado público
 Fonte: Severino Coutinho, 2010



Figura 22: Salão onde funciona parte da feira e onde se realiza festas
 Fonte: Severino Coutinho, 2010

Outra novidade é que para sua constituição, priorizou-se não somente as características próprias de mercado, como se incluiu na elaboração do planejamento um espaço para realização de festas, agregando-se, desse modo, o útil e o agradável. Sendo sua concretização marcada por uma significativa centralização e atração por espaços, onde foram engendrados equipamentos urbanos que inauguraram uma nova realidade. Segundo Marx (1999, p. 106):

Esparrama-se toda gente, com liberdade e de acordo com o mercado, pelos setores mais ou menos equipados e prestigiosos [...]. Tudo isso com uma certa ordem, buscada se não alcançada, que se reflete entre outros aspectos pela nitidez urbanística da fronteira entre o público e o privado.

Essa obra proporcionou certo desenvolvimento para a cidade, em especial a rua onde se instala tanto no aspecto urbano quanto comercial, contribuindo também para alargar as relações com ruas situadas em torno da construção desse empreendimento. Assim, foram incorporados diversos estabelecimentos comerciais com localização preferencial naquela rua. Em outros casos, quando não possível empreender algum equipamento em decorrência das dificuldades encontradas para adquirir terreno ou prédio para comprar ou alugar, em virtude da revalorização, o que dificultou o acesso à população de menor poder aquisitivo, seja pra constituir residência ou pôr em ação interesses comerciais, diferente do que ocorreu nos últimos 20 anos, quando os habitantes do bairro se dirigiam à Rua Grande do centro da cidade, por falta de opção de consumo no local de moradia.

Com a efetiva implantação do mercado e, em consequência disso, a vinda da feira, ocorreram impactos positivos devido à circulação de produtos e aumento no fluxo de pessoas durante toda a semana, principalmente, nas segundas e quintas-feiras. Isso porque, ao transferirem a feira da rua Dr. Pedro Velho para Industrial José de Brito já existia o comércio de feira desenvolvido nas quintas-feiras, porém de menor expressão, comparando a chegada desse mesmo tipo de fenômeno no início da semana, melhor organizada e com maior variedade e oferta de mercadorias que se estendem pelo mercado e por outras vias. Assim,

Para o atendimento ótimo da maioria dos membros da comunidade (...), tais atividades devem localizar-se no ponto que minimiza o somatório de todos os deslocamentos. O (s) terreno (s) localizado (s) nesse ponto passa (m) a ter excepcional valor de uso. Ao mesmo tempo e pelo mesmo processo dialético, a acessibilidade a esse ponto passa a ser disputada pelos membros da comunidade, o que reforça o valor de uso (...) e, concomitantemente, dos pontos que lhe são mais acessíveis (VILLAÇA, 2001, p. 239-240).

Para justificar tal empreendimento, salientou-se que aquele espaço deveria ser utilizado, além dos produtos expostos diariamente nos estabelecimentos comerciais, para a feira e mais o lazer, os quais surgiram com a finalidade de dar conta das necessidades criadas pelo próprio processo de evolução do lugar, que foi projetado para promover o encontro e realizar negócios, um potencial importante impresso nas condições de uso dessa rua. Elemento singular e, sobretudo,

[...] revelador; a partir dela se pode pensar o lugar da experiência, da rotina, dos conflitos das dissonâncias, bem como desvendar a dimensão do urbano, das estratégias de subsistência, e ainda marcar a simultaneidade do cheio e do vazio, dos sons e dos ruídos, apontando para usos e tempos diferentes (CARLOS, 2001, p. 56).

Verifica-se, desta forma, que a rua aparece como receptáculo de memória - fruto das relações sociais e momentos históricos específicos, manifestados em comportamento, valores e ações que coordenam os passos e a identidade que marcam o dia-a-dia do lugar. O movimento da feira revela a densa aglomeração de pessoas no espaço apropriado para esse fenômeno comercial, determinando o cheio e, por outro lado, fora desse dia, o vazio, refletindo a ausência, caracterizando os dias sem a realização desse evento.

Há algum tempo, essa rua vem desempenhando a qualidade de espaço planejado para diversas atividades, tornando-se o palco das atenções pela realização dos maiores eventos que acontecem na cidade. Devem ser consideradas as mudanças que ocorreram em outras ruas e que, de alguma forma, contribuíram para ampliar o crescimento comercial, constatado pela instalação de estabelecimentos que antes funcionavam em outras vias, e que são transferidos para dar continuidade, desta vez, em novo espaço para receber maior contingente de pessoas e de mercadorias.

Não se pode dizer que houve uma avalanche de pequenas empresas, mas o suficiente para despertar na população um olhar voltado para o consumo. Esses pequenos negócios, somados à presença da feira, fizeram desta via um dos principais pontos de convergência a atrair moradores da própria localidade e de outras cidades que fazem fronteira com Nova Cruz.

Por isso, foi conquistando com o passar dos tempos uma relevante posição no quadro comercial da região (Figuras 23, 24 e 25).



Figura 23: Feira livre municipal na rua Industrial José de Brito – Nova Cruz, RN
Fonte: Severino Coutinho, 2008



Figura 24: Feira livre municipal no espaço por trás do mercado público – Bairro de São Sebastião, Nova Cruz, RN
Fonte: Severino Coutinho, 2008



Figura 25: Feira livre municipal na rua 1º de Maio – Bairro de São Sebastião, Nova Cruz, RN
Fonte: Severino Coutinho, 2008

Hoje percebe-se pela proporção alcançada, ser a antiga rua não mais apropriada para receber um contingente de pessoas em escala crescente, o que justifica a mudança da feira para uma nova via que em poucos anos se estende a outras ruas. O efeito disso foi tornar atraente e influente o espaço onde se difunde essa atividade, favorecida por uma melhor infra-

estrutura e pelo funcionamento do mercado público municipal, empreendimento urbano que trouxe mais qualidade e dinamismo para o local, fortalecendo a cidade e mantendo a liderança comercial na região.

Todas essas modificações ocorreram para atender as necessidades dos freqüentadores desse local de consumo que passou a ter uma maior articulação com outros bairros. Isto significou que o ordenamento da rua implicou em uma reestruturação relacionada e compatibilizada com um determinado estágio de desenvolvimento. Tais investimentos geraram fortes impactos na área, alterando relações no contexto da própria cidade, o que explica o elo entre as cidades, geralmente ligadas por determinados pontos ou ruas que servem de referência ao destino das pessoas. Por isso, podem tornar-se lugares interdependentes que influenciam e dependem dos habitantes da região para se manterem dinâmicos e continuarem exercendo o papel de principal centro comercial, capaz de suscitar o aparecimento de comércios abastecidos com produtos antes não encontrados nos locais de venda mais movimentados.

Um período, portanto, marcado pelo remanejamento de funções urbanas, mediante uma política municipal, visando estruturar um espaço pouco movimentado em *locus* de um mercado alicerçado a absorver maior quantidade de produtos e concentração de consumidores. Tudo isso explica a intensificação dos fluxos desencadeados a partir da capacidade econômica que esta área foi adquirindo, sendo esses fatos inerentes às novas relações que de agora em diante devem ajustar-se às mudanças cada vez mais exigentes com o funcionamento e articulação entre essa via e outras. Isso porque, nem uma rua ou o conjunto delas é autossuficiente.

O aspecto mais visível dessas mudanças diz respeito às novas construções e à penetração de atividades a serem desenvolvidas nesse espaço, como por exemplo, a feira. Na realidade, pode-se alegar que o crescimento comercial decorrente de uma estrutura urbana capaz de absorver consumidores significou a alternativa correta para atender até mesmo outras cidades. É exatamente nesse ponto que se encontra a identidade coletiva e a insistência a um tipo de tradição que ainda persiste diante de um mundo cada vez mais moderno. “A afirmação de qualquer identidade dependente de lugar tem de apoiar-se em algum ponto no poder motivacional da tradição. É, porém, difícil manter qualquer sentido de continuidade histórica diante de todo fluxo e efemeridade da acumulação flexível” (HARVEY, 1993, p. 273). A feira não só é um fenômeno comercial antigo, onde se cultua toda uma tradição que resiste ao tempo, como imprime no espaço o sentido do mercado livre, por concentrar diferentes camadas da população, que nela vê produtos, preços e variedades, nem sempre

encontrados nos estabelecimentos oficiais, razão pela qual desperta interesse, além de ser um lugar popular e símbolo da sociedade.

Assim, pode-se afirmar que as mudanças ocorridas nas últimas décadas com a inserção de novos produtos e de novas interações sociais não eliminou a importância e expressividade alcançada pela feira, o que reafirmou sua condição de forte poder de adaptabilidade às mudanças que se processam de forma crescente nos campos econômico, social e cultural.

As ruas Dr. Pedro Velho e Industrial José de Brito foram estruturadas como importantes vias comerciais da cidade. Por isso, são, na atualidade, as mais visitadas, em decorrência de maiores investimentos em infraestrutura, mas que no passado sofreram mudanças significativas a partir da transferência da feira e da instalação do mercado público municipal. Tais elementos influenciaram a formação de uma nova configuração espacial, marcada por formas, valores e um novo ritmo de vida. No início foi de difícil complexidade por causa dos impactos negativos e positivos que foram se processando, respectivamente, nas referidas ruas, com a diminuição do consumo, por um lado, e o crescimento na oferta de produtos e na comercialização, por outro. Uma realidade modificada com a revitalização da área afetada, tornando-a atrativa, e desse modo, gerando interesses que culminaram na refuncionalização das atividades anteriormente desenvolvidas, colocando-se em evidência uma prática antiga, desta vez não apenas em uma, mas em duas vias que se viabilizaram como opções de consumo, readaptadas às variações do espaço e às mudanças impressas pelo tempo.

As análises realizadas sobre essas ruas apontam para mudanças e permanências de atividades desenvolvidas ao longo do tempo e que marcaram a vida dos moradores e da população envolvida, direta ou indiretamente, no cotidiano e na complexa situação que se estabelece na organização comercial dessas vias.

Desta forma, desencadeou-se um processo cuja transformação tornou-se visível na sociedade nova-cruzense. Os impactos negativos por um lado, e positivos por outro, são representados, respectivamente, pela carência ou abundância, na oferta de produtos expostos nessas vias que ocupam papel de destaque na história da cidade.

A partir desse quadro de modificações na paisagem e no aparecimento de um novo espaço, surgiram inúmeras contradições e características que serviram a novas posições sobre todo o processo, assentando-se aí a transferência da feira como foco central para entendimento deste caso. Isto é, de fato, um fator determinante, sobretudo nos anos 90, quando se verifica um crescimento no setor comercial na rua Industrial José de Brito e uma frequente diminuição na Dr. Pedro Velho, criando-se um ritmo diferente daquele que os identificava em períodos passados.

Ainda sobre esse aspecto, há de se considerar a figura do mercado público municipal como um marco das principais alterações ocorridas, isto porque serviu de referência para justificar o deslocamento da feira, hoje, para o mesmo local de sua instalação. Ao longo de sua extensão, projetaram-se outros empreendimentos, e as transformações que foram se processando na área e, por conseguinte, as modificações geradas no contexto social das pessoas que residiam em suas proximidades, refletiram o potencial e a necessidade de mais investimentos, seguindo sua construção um modelo de organização que servisse para orientar uma ocupação que fosse capaz de suportar um número maior de atividades.

Para dar conta dessa situação e, em particular, da “Rua Grande”, propôs-se adequar e revitalizar a área afetada com a formação de um novo centro comercial estruturado para funcionar de forma articulada a outros lugares. Lugares em que essa rua, produzindo sua própria materialidade, dá possibilidades aos habitantes de marcar presença nos vários pontos de venda abastecidos para suprir necessidades.

Desde o início, ambas as vias tiveram uma organização morfológica bastante espaçosa e larga, projetadas com um traçado longo que respondesse às expectativas de grande concentração nos dias de maior movimentação. Os comerciantes que nelas investiram criaram também laços de identidade, ou seja, ao mesmo tempo em que desenvolviam relações de negócios, participavam de comemorações religiosas e alguns até moravam, e ainda moram, dividindo suas casas em compartimentos com funções simultâneas. Um dado raro, mas ainda existente, em meio ao crescimento de atividades comerciais que requerem ampliação de espaços destinados a esse fim, impressos nas novas edificações que vão surgindo e que dão uma conotação adversa às estruturas do passado.

Em última análise, entende-se que, ao mesmo tempo em que mantém importância econômica, preserva os hábitos socioculturais como elementos propiciadores da sociabilidade em todas as suas dimensões. É nas ruas onde essas manifestações se expressam com mais intensidade. E as feiras são responsáveis por essa dinamicidade, uma vez que se realizam sob uma multiplicidade de eventos que altera, mesmo por um período reduzido de tempo, a temporalidade das ruas da cidade, imprimindo um dinamismo social que difere do cotidiano habitual.

Hoje, essas ruas, além de serem mais dinâmicas, apresentam singularidades que as diferenciam das demais, considerando a intensidade dos fluxos decorrentes dos investimentos introduzidos na área. Isso as leva à condição de lugares mais visitados, visto existirem algumas especificidades que a distinguem do restante da cidade, e que as consolidam como principais eixos a comportar boa parte das funções urbanas referentes ao setor terciário,

características que as transformam em centros comerciais, para onde se dirigem as atenções, tanto do poder público como dos habitantes que veem nelas a possibilidade de satisfazer necessidades. É oportuno explicitar que o crescimento econômico inerente a essas vias está associado a nível local e externo, através de interações complementares. Neste caso, faz-se necessário compreender que a lógica na implementação de equipamentos comerciais implica num processo de transformação e de desenvolvimento de atividades com características comuns, mas com papéis diferentes na história da cidade.

Assim, na medida em que há a revalorização de algumas áreas, intensificam-se os interesses vinculados à comercialização, geralmente ligados às decisões não somente internas, mas também de outras cidades, quase sempre próximas e dependentes, não podendo mais essas ruas ser vistas isoladamente, sem que haja uma compreensão das suas interações a nível geral mais amplo. O momento presente é exemplo disso, e nesta situação, entra em cena a reestruturação dos lugares para fazerem parte dessa integração, caso contrário, serão excluídos de um processo que cada vez mais exige relações.

3.3 O mercado público municipal: lugar de encontro e de consumo nos dias de feira

O mercado público desde tempos passados apresenta características populares que os referencia como lugar de encontro e consumo. Identidade que o faz diferente e, por isso mesmo, atraente; conservando em seu interior um cotidiano que lembra a vida no campo, apesar das mudanças que se deram no espaço e nos tipos de produtos a serem comercializados, não mais apenas naturais, mas inclusive artigos industrializados, importados de outras cidades.

Essas transformações são perceptíveis, sendo manifestadas em todos os recantos da cidade, através da fisionomia das paisagens construídas, destruídas ou alteradas para dar sentido a interesses da sociedade ou pequenos grupos privados. Mudanças que não rompem todo o ritmo da cidade devido aos costumes que em alguns casos podem se tornar culturais e se consolidarem dentro de estruturas que para permanecerem com suas funções regulares, precisam se readaptar, sem perder suas especificidades, diante da modernidade. Assim,

As formas do passado, muitas vezes, no incessante processo de produção do espaço, não são destruídas por completo, ou esvaziadas de qualquer conteúdo. Algumas resistem adequando-se as mudanças impostas. Dizemos isso para afirmar que o mercado [...], importante equipamento [...], cumpre um papel importante na reafirmação cultural da sociedade, embora tenha passado por diversas transformações (FREIRE, 1999, p. 106).

O significado dessas mudanças está presente na paisagem e na solidez de suas funções que continuam a se desenvolver semelhante a aspectos de vida de tempos que passaram, mas se refletem nos modos de consumo que ainda impulsionam a economia de muitas cidades, dinamizando o espaço e até influenciando áreas urbanas menores de pouca expressão comercial.

Nesse processo de relações permeadas por tradições, a cidade de maior porte se destaca e cresce favorecida pelas populações vizinhas, como uma das forças que assegura a manutenção e movimentação desse tipo de comércio popular, o que pressupõe transformações nos espaços de uso dessas formas de consumo para que haja condições efetivas de interações entre indivíduos e esta atividade que persiste como uma espécie de testemunho que possui importante identificação com a sociedade.

Tudo isto pode ser explicado pela autenticidade, que somente determinados ambientes ainda oferecem, e, desse modo, registram sua marca na cidade, enquanto lugar que preserva o original, desde os produtos expostos até o processo de comercialização, bem como os laços de sociabilidade entre consumidores e aqueles que desenvolvem algum tipo de atividade econômica.

Vale ressaltar, também, que ao passo que se firma como importante espaço, onde se mantêm antigas formas comerciais, viabiliza a inserção de outros tipos de negócios, atraídos pela atenção e popularidade alcançada ao longo de sua história, constituindo-se como uma espécie de raridade que exerce o papel de centro comercial tradicional de uma economia urbana que cada vez mais exige o “novo”, representado pelas mercadorias e por novas relações, que em nada se parecem com os hábitos de consumo do passado.

O atual mercado público municipal de Nova Cruz, hoje com apenas 17 anos de existência, numa continuidade ao primeiro mercado público, antigo, porém instalado em outra área da cidade, vem cumprindo a função não somente econômica, mas também de lazer, o que lhe dá uma dimensão sociocultural; servindo como foco de referência ao urbano da cidade, principalmente do bairro São Sebastião, onde está situado. Nele há, além do comércio, a festa, o encontro e a descontração (Figura 26).



Figura 26: Mercado público municipal, na rua Industrial José de Brito. Bairro de São Sebastião – Nova Cruz, RN

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Cruz, RN

Sua construção criou uma nova dinâmica no lugar, gerando no bairro maior circulação de mercadorias e pessoas; o que favoreceu a entrada de novas atividades que passaram a funcionar em torno de suas instalações, como os eventos festivos que animam a cidade. O movimento e a sociabilidade são mais intensos nesses lugares, o que lhe dá o status de símbolo de permanência e autenticidade num espaço em que constantemente as inovações acontecem e, mesmo assim, os costumes da população não desaparecem.

Nesse sentido, o mercado vem contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do lugar. Sendo um espaço integrado à cidade por múltiplas relações e condições específicas, inerentes às próprias características que o constituem – a concentração da população, a compra e o passeio por dentro e por fora do mercado. Uma forte identificação cultural que é possível perceber através de outros elementos que respaldam melhor essa identidade - a feira - um fenômeno antigo que acompanha a dinâmica e as relações atreladas ao popular, desde outros tempos e que continuam presentes no cotidiano da cidade.

Assim é o mercado público municipal de Nova Cruz, um exemplo claro de algumas das transformações promovidas na cidade, nas relações comerciais e sociais, marcando um modo de vida, particularmente simples, e que sobrevive às mudanças impressas pelo mundo

moderno. Exerce, de certo modo, significativa importância para a economia urbana, especialmente nos dias de feira, quando há diversos tipos de produtos postos à venda.

Esse tipo de equipamento urbano, além da relevância que proporcionou à cidade ao tornar o espaço mais atrativo, também o potencializou, pois propiciou o surgimento de outros equipamentos urbanos, comerciais e de serviços; facilitando aos frequentadores maiores oportunidades de consumo nesse setor da economia. Condição que não representou redução no número de pessoas que têm por hábito ir à feira e ao mercado. Ao contrário, se fortaleceu e o reafirmou como estabelecimento onde ainda se conservam costumes, hábitos e tradições. É justamente essa realidade que o caracteriza como elemento de ligação ao desenvolvimento de outras formas de comércio, especificamente, aquelas de caráter popular, dando-lhes com maior propriedade a denominação de lugar tradicional.

Desse modo, assim como outros equipamentos urbanos, o mercado transformou a cidade, especialmente, o bairro, hoje melhor estruturado, onde mantém o comércio mais antigo; servindo de resistência frente às estruturas tecnicamente mais organizadas, como lojas e supermercados, distribuídos em torno da área e em ruas próximas à sua localização, e que foram se estabelecendo no espaço urbano para também atender à população com outros tipos de produtos e investimentos que em muito se diferenciam da maneira de atendimento e de negócio que se realiza nos novos empreendimentos comerciais que se firmam no setor terciário. Para Pintaudi (2005, p. 145),

Analisar as formas comerciais, que são formas espaciais históricas, permite-nos a verificação das diferenças presentes no conjunto urbano, o entendimento das distinções que se delineiam entre espaços sociais. Em suma, coletivamente, as formas comerciais dão ensejo à análise das diferenças.

Na verdade, não se trata apenas da variedade e das modificações causadas na conjuntura da cidade, mas efetivamente do que difere entre os diversos tipos de comércio, criados e vinculados a determinadas realidades e possibilidades que se distinguem no tempo e no espaço da vida social. Uma sucessão de formas e novos conteúdos que podem implicar na superação de manifestações que referenciam relações comerciais antigas, tidas, se não vistas, como tradicionais.

Contudo, algumas estruturas comerciais consideradas velhas, do ponto de vista da existência, permanecem em pleno funcionamento e, em alguns casos, contribuindo para o aparecimento de outras que se complementam. O que em cidades pequenas não é uma raridade, pois é frequente esse processo de interação entre antigas formas comerciais e as que

surgem com o advento da modernidade. Por isso, entende-se ser o mercado um equipamento urbano que reaviva outras formas de comércio, não inviabilizando o crescimento e o surgimento de demais estabelecimentos destinados ao consumo.

As estruturas espaciais vão surgindo para dar conta de funções que serão utilizadas pela população em determinados lugares e em momentos específicos do processo de produção espacial. Essa espacialidade implica em modos de apropriação e usos das formas que podem apresentar sentidos diferentes daquela primeira estrutura construída para um determinado fim, como os antigos equipamentos comerciais e os significados dados a partir de novas utilizações.

Em Nova Cruz, hoje, o mercado é tido como uma das grandes estruturas da cidade; desde o início de seu funcionamento conservou resíduos do passado como forma de manutenção de suas atividades, tanto é que tem como reforço a realização da feira livre municipal que ocorre em dois dias da semana, o que assegura a tradicionalidade de ambiente onde se estabelecem não somente relações econômicas, como sociais, por ser um espaço popular, possível de encontrar pessoas de diferentes níveis sociais e de origens diversas, já que atraem moradores de outras cidades. Segundo Dantas (2007, p. 41),

A história da cidade tem demonstrado que vários processos socioespaciais contribuíram para a produção e reprodução de suas formas espaciais. Nessa perspectiva, podemos afirmar que ao analisarmos a natureza da cidade como expressão material maior do processo de (re) produção social não é possível desvincilhá-la da importância que as diferentes formas de comércio, sejam elas modernas ou tradicionais, têm para tal contexto.

Partindo dessa concepção, entende-se que as atividades comerciais – fruto das relações sociais – dinamizaram e até serviram de base para a formação de inúmeras cidades – uma produção da humanidade. E a cada modificação na organização social, mudam as condições econômicas e, em consequência disso, os hábitos, dependendo do lugar. Um processo complexo que se constitui numa totalidade cujas partes, com raras exceções, são efêmeras.

Vale salientar que, entre os diversos equipamentos comerciais existentes, o mercado é um dos que juntamente com o movimento da feira reflete resquícios do passado, mesmo tendo sua estrutura um formato adequado aos dias atuais, já que foi construído na década de 90, diferente do antigo mercado público, localizado em outra área da cidade, o que reforça a possibilidade do desenvolvimento de atividades tradicionais em meio à modernidade. Essa contradição instiga a curiosidade em relação à diversidade de caracteres encontrados, como as expressões culturais.

Um lugar que até então não havia sido analisado e, por isso, merece mais atenção para se extrair as minúcias de detalhes que enriquecem um trabalho, através do olhar preocupado não apenas com a aparência da paisagem que se apresenta, mas de descobrir a partir do visível aquilo que no primeiro instante não se pode enxergar, seja no modo de vida dos que trabalham, dos que frequentam e das mudanças que foram se processando, dando uma configuração diferente com o surgimento de algumas atividades e o desaparecimento de outras.

Compreender toda essa metamorfose implica ter uma visão sobre as novas funções que emergiram independentemente do planejamento inicial ao se desenhar a estrutura que se configuraria em mercado. Contudo, as formas por si só já revelam um conteúdo expresso nas relações sociais que mudam conforme as necessidades do espaço e daqueles que visitam o ambiente. Nas palavras de Carlos (2001, p. 48),

A forma também está carregada de valor social, faz parte do quadro de referências da vida; por isso, entra no plano da memória, pois os ritmos da vida cotidiana se ligam à duração das formas e de suas funções; nessa direção, dois tempos se justapõem: o da história e do contexto de sua construção e o do contexto e do tempo de seu uso. O primeiro tempo se refere ao tempo da morfologia urbana ou da história da cidade; o segundo, ao tempo e ao ritmo da vida na cidade, ao tempo cíclico do calendário das festas e manifestações, que marca o tempo das formas e a construção das referências da vida urbana que apela ao tempo da vida.

Uma aceleração no ritmo de vida e na dinâmica intraurbana do espaço onde esses fenômenos acontecem aponta para temporalidades diferenciadas. Novas práticas sociais no âmbito da cidade dão a dimensão e um sentido que suscita a supressão ou superação substancial de algumas formas materiais e comerciais e que redefinem novos usos, novos valores, vindos de fora, de outras sociedades, sem considerar a interioridade que compõe o real quadro urbano da cidade. Condições em que para não serem mais uma página da história, um fato contado, ultrapassado ou apagado pelo tempo, necessitam acompanhar a contemporaneidade, sem deixar as raízes de sua tradição. Por isso, precisam se readaptar às determinações impostas pela lei de mercado como uma das alternativas para continuarem em funcionamento.

Em linhas gerais, o mercado público municipal tornou-se uma estrutura comercial com instalações adequadas à cidade e à região; possibilitando por um lado, uma melhor organização e intensificação das relações comerciais no espaço da feira e, por outro, condições físicas para melhor receber as mercadorias, vendedores e consumidores que

chegam ao local. Sua introdução no bairro mais populoso da cidade – São Sebastião – trouxe não só mais conforto como um aumento no número de visitantes, impulsionados por uma infraestrutura até certo ponto favorável à realização de negócios.

Deste modo se explica haver uma tendência para vários usos em alguns dos empreendimentos fixados na cidade, novos ou antigos. Este processo é particularmente visível em estruturas comerciais organizadas para abrigar num mesmo espaço um conjunto de funções que dispensa a busca de outros lugares mais distantes. Há, portanto, um aumento na diversidade de mercadorias para atender a novos hábitos de consumo, o que não significa a retração, pelo menos nas cidades de pequeno porte, de caracteres que nos remetem ao passado.

Assim, mesmo com a difusão de outras formas de consumo, esse tipo de comércio como o que ocorre no mercado se constitui num dos elementos indissociáveis à cidade. Daí, sua forte conotação como uma das essências do espaço urbano que possui ligação com a localidade. Este, não se configurando como simples lugar de compra e venda de produtos, mas, além disso, local onde se dão as relações de amizade expressadas com naturalidade. Nele existem aspectos culturais que se manifestam nos comportamentos e relacionamentos das pessoas, tanto as que fixam algum tipo de atividade em seu interior, quanto aquelas que frequentam para comprar gêneros alimentícios ou produtos fabricados, especialmente nos dias de feira livre, quando há maior demanda; outros, no entanto, vão ali para se distrair. Pensando nisso, Morandi (2001, p. 137) diz:

É preciso pensar a cidade para além da sua forma, além das necessidades prementes do homem (morar, vestir, comer), resgatando-a como modo de viver, pensar e sentir. Produto do processo do trabalho e da divisão técnica, a cidade representa um processo de apropriação do espaço urbano. [...] Fruto de um processo dialético, a cidade pode ser também espaço de ruptura. [...] É nesse sentido, possibilidade aberta de transformação.

Afinal, a cidade é um espaço construído a partir das relações que se dão na sociedade. Nela se constituem as condições para existência de manifestações sociais distintas, reveladas nas formas físicas e no modo de vida. Elementos que podem ser transformados ou sofrer impactos, o que, às vezes, não chega a alterar toda sua originalidade configurando-se então como expressão cultural da cidade.

De fato, a resistência simbólica de alguns traços marcantes de modos de vida que lembram diferentes idades sociais é representada e perpetuada nos usos e ações da vida cotidiana da cidade, a exemplo de Nova Cruz, onde mercado público e feira se imbricam e

determinam parte da dinâmica local e regional, desempenhando na atualidade funções importantes que preservam a tradicionalidade. Momentos históricos diversos que combina passado e presente, continuidades e descontinuidades de tempos que deixam marcas impressas no conteúdo da cidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades a que se refere este trabalho revelam em seu cotidiano características comuns, o que não significa dizer que as mesmas são homogêneas, uma vez que se distinguem não só em suas relações, mas em seu interior pelas particularidades econômicas e sociais. Particularidades afirmadas em seu contexto real na forma de aceitação ou contestação de uma realidade nem sempre almejada, mas às vezes imposta, não atendendo aos anseios individuais e coletivos da população, seja na educação, no sistema de saúde ou na organização produtiva comercial, entre outras funcionalidades importantes para os habitantes de toda e qualquer localidade.

Nos últimos anos, a cidade de Nova Cruz passou por significativas mudanças em sua área urbana de modo a viabilizar a inserção de atividades ligadas ao setor terciário, que se estabelecem no espaço urbano desse município e que ampliam as possibilidades de interação social e econômica com populações de outros centros situados na região, e que recebem influência, como Montanhas e Lagoa d'Anta, cidades próximas territorialmente. Tais cidades diferem bastante de uma área para outra, e, em consequência das atividades instaladas, há um centro urbano principal e outros menores que dão sustentabilidade à sua centralidade, pois, em cada centro há relações entre os que nele vivem e um relacionamento externo entre os seus habitantes e populações de áreas circunvizinhas que se deslocam para fazer uso dos serviços e do comércio disponíveis na localidade melhor estruturada por funções que modificam a dinâmica local e de cidades da região.

Mediante isso, Nova Cruz exerce um papel privilegiado nas relações comerciais e de atividades administrativas, tendo em vista a instalação de órgãos públicos em sua sede, posto que é sobre esta unidade que incidem importantes serviços estaduais e federais que respondem às necessidades de áreas adjacentes. Esta, entre outras funções, expressa centralidade pela oferta de atividades que em outros centros não existem, dando-lhe a condição de cidade central devido à melhor organização e distribuição do setor terciário em nível local, mas de alcance regional. Trata-se de um conjunto de elementos de ordem política que geraram crescimento de suas atividades, refletindo-se sobre populações de cidades cuja área de influência não ultrapassa os limites territoriais.

Simultaneamente a este crescimento das atividades econômicas no interior da cidade, ocorreu melhoria na circulação de mercadorias e nas condições de transportes, permitindo maior fluidez e mobilidade na circulação de pessoas para essa área que gradativamente tornou-se mais dinâmica e conquistou novas funções vinculadas ao comércio e aos serviços.

Isto foi importante porque resultou não só na flexibilização e no consumo, mas na tendência a concentrar equipamentos urbanos mais especializados, dando à cidade condições de integrar-se a outros espaços, exercendo influência e garantindo ao mesmo tempo primazia em relação à centralidade sobre locais de menor complexidade urbana.

Outro aspecto refere-se às implicações desta centralidade para a dinâmica econômica da cidade, onde se destaca a movimentação de pessoas que se dirigem para diferentes áreas, seja no centro, seja em outros bairros, em face de sua localização e da funcionalidade vinculada à diversidade de bens e serviços melhor distribuídos em seu espaço e que lhe dá características específicas no conjunto de centros urbanos que formam a microrregião Agreste Potiguar.

Essas funções redimensionam o papel desta cidade na intermediação com outras cidades sob diferentes formas. Nessas mediações observam-se lógicas semelhantes entre Montanhas e Lagoa d'Anta, sobretudo, quando analisada a dependência do setor terciário em relação aos demais centros urbanos. Nas duas cidades, contudo, encontram-se características e perfis diferentes, com destaque para a atividade rural presente no espaço urbano e serviços que se expressam de maneira distinta, sendo que em Montanhas, mesmo de forma incipiente, há maior variedade de atividades urbanas, enquanto que em Lagoa d'Anta essa condição é quase inexistente, pois percebe-se maior escassez em serviços urbanos.

Sendo assim, ambas as cidades, consideradas pequenas, configuram-se como espaços onde se encontram diferentes formas e processos que expressam especificidades que lhes dão identidade e as tornam distintas, ainda que, sob realidade similar. Tal fato pode confirmar-se em função das necessidades locais e do número de pessoas que frequentam outros centros urbanos para suprir demandas que em suas cidades não são encontradas.

Outro dado diz respeito à reduzida concentração de atividades produtivas nesses centros, tornando o mercado de trabalho urbano predominantemente ocupado pelos órgãos públicos municipais e estaduais e em menor proporção pelo comércio local. A fragilidade econômica do setor terciário contribui para que a população se dirija ao campo e centros urbanos de maior oferta em postos de trabalho.

Contudo, apesar de se caracterizarem por apresentar nível elementar em termos de estrutura urbana, assumem um papel no sistema de relações urbanas que é o de complementar a dinâmica econômica da principal cidade da região, mediante a demanda por bens e serviços, de pouca expressão nestes centros menores, embora atendam às necessidades mínimas de consumo.

Nesse cenário essas cidades revelam condições sociais semelhantes, apesar de suas particularidades, já que entre outros fatores, não promoveram atividades que garantissem sustentação econômica diferenciada. Por esta razão, retratam um perfil com características rurais, pois o urbano ainda se encontra em vias de construção, tendo em vista as condições infraestruturais de serviços sociais básicos ainda bastante deficitários. Esse é um perfil onde a materialidade está expressa nas desigualdades socioespaciais que se alargam e comprometem a sobrevivência das pessoas, e isto pode ser explicado com base no descompasso entre o crescimento da população e o pouco investimento na estrutura de tais cidades.

Em face disso, cabe questionar: Que perspectivas têm as cidades denominadas pequenas? Há os que indagam até mesmo quanto à formação do urbano ou se este está em constituição. Essas são questões importantes e que sugerem novas possibilidades de análise e investigação. É evidente que alguns centros de pequeno porte oferecem funções necessárias a um cotidiano cujo modo de vida apresenta um pouco mais de tranquilidade. Em outras cidades, porém, há que se recorrer a centros maiores até mesmo para funções minimamente fundamentais.

Além disso, ao estudar sobre cidades, não se deve levar em conta apenas o número de habitantes. Tal critério é um caminho, entretanto, não pode engessar as discussões e análises, visto que a vida de relações presente em cada localidade torna-se mais relevante para definir a realidade e o contexto urbano da cidade, o qual também se insere na dinâmica regional, já que o espaço da cidade é produzido tanto em função das interações intraurbanas, quanto das funções interurbanas. E, enquanto dimensão espacial da sociedade, está integrada à economia regional e às mudanças relacionadas ao modelo de consumo capitalista.

Na articulação regional as cidades apresentam características que lhes são próprias, e, desse modo, são diferentes não somente em razão de sua densidade demográfica e dos aspectos culturais, mas pela sua produção histórica e pela posição que assumem nas relações econômicas e socioespaciais.

Nesse processo, a cidade central cresce e amplia suas atividades na medida em que se articula e fornece bens e serviços a localidades que respondem por atividades básicas, mas sem viabilizar acesso a funções de maior complexidade; por isso, recorre-se ao espaço que exerce outro patamar de relações e de centralidade.

Dessa forma, as relações entre as cidades são permeadas em função do processo de produção e consumo de mercadorias e serviços. Nesse sentido, articulam-se sob múltiplas relações e dimensões sociais que se expressam no cotidiano e na cultura da sociedade, e

envolvem práticas sociais diferenciadas conforme sua dinâmica econômica dentro do sistema urbano.

Embora isso possa ser válido ao se analisar genericamente a dinâmica de relações entre cidades, é relevante ressaltar que esse processo é espacialmente diferenciado na intensidade das articulações entre centros urbanos de uma ou mais regiões, o que de alguma maneira pode caracterizar crescimento ou subordinação em função do aumento ou diminuição nos investimentos públicos ou privados nas cidades.

As contradições sociais decorrentes desse processo estão ligadas às dificuldades encontradas pela população no que diz respeito ao quadro de carência no setor de serviços, agravando as condições locais e o deslocamento até a cidade central. No setor de comércio a presença de pequenos estabelecimentos sob o controle e administração de poucos indivíduos é evidente, e geralmente para manter o emprego aos membros de uma mesma família. Este é mais um elemento que incide no cotidiano e na vida da população, mesmo porque é, sem dúvida, um problema de ordem econômica e social e com reflexos espaciais.

A vida nessas cidades está estruturada com base na dependência do poder público municipal e nas relações de subordinação com centros urbanos equipados por atividades diversas. Em Nova Cruz há uma dinâmica que engloba o espaço local e regional. Esse espaço não é abstrato, mas resultado da influência em relação às cidades de Montanhas e Lagoa d'Anta, de menor importância política e econômica.

Por outro lado, pode-se dizer que mesmos os pequenos centros se organizam para um cotidiano de vivência coletiva e, ao seu modo, para práticas sociais que envolvem a política e a cidadania. E assim, respeitada a diversidade, a densidade material e os níveis de intensidade das relações, todos assumem um papel, que em maior ou menor proporção tem participação na rede urbana, ao mesmo tempo em que são estruturadores da dinâmica do município e de suas interações com o Estado.

As cidades pequenas também apresentam mudanças socioespaciais, na medida em que o desenvolvimento técnico-científico informacional lança novos desafios, principalmente para os governantes dessas cidades. Além disso, a legislação do Estado brasileiro redimensionou as obrigações sociais do ente municipal, propondo novos encaminhamentos nas ações de planejamento e gestão do território. Porém, no Rio Grande do Norte, as pesquisas realizadas em pequenas cidades revelaram precárias condições para reprodução social, acompanhadas pelo processo migratório e baixo crescimento de sua população (SILVA; GOMES; SILVA, 2009).

Tal concepção expressa uma realidade. No entanto, no interior de uma cidade, mesmo de pequeno porte, pode haver, diariamente, constante movimento. Esse movimento procedente dos bairros próximos ou periféricos converge para o comércio central ou áreas de infraestrutura formada por equipamentos urbanos de uso frequente pela população. Esse fluxo, portanto, é perceptível e mais intenso em dias específicos da semana devido ao comércio popular de rua representado pela feira livre municipal, quando é registrado um maior acúmulo de pessoas, vindas, inclusive, de municípios diferentes, que aproveitam o momento para buscar outras atividades espalhadas pela cidade.

A feira de Nova Cruz possui importância cultural e econômica tanto para os comerciantes quanto para os consumidores, permanecendo como forma de comércio popular destinado à comercialização de produtos diversos (naturais e industrializados) oriundos da própria localidade e de outros municípios do Estado. É através de sua dinâmica e de sua expressividade que a feira se constitui como elemento de resistência ao permanecer e se adaptar aos tempos modernos.

Mesmo diante de todas as mudanças ocorridas, esse tipo de mercado periódico continuou como uma das principais formas de abastecimento para a população local e de consumidores vindos de outros municípios próximos. Dentro deste quadro de referência vale destacar que apesar da inserção de novas formas de comércio, a exemplo dos supermercados, a demanda pelos produtos da feira não diminuiu, e estes continuam procurados nos dias de realização desse fenômeno na cidade.

Por esse olhar, algumas análises sobre cidades pequenas não são suficientes para a construção de um entendimento de sua realidade, já que as relações não se dão apenas em torno de suas imediações. Portanto, outros parâmetros devem ser considerados, pois interpretar a cidade pequena como um centro estritamente local dificulta o entendimento do que sejam essas localidades, uma vez que não podem ser investigadas por um único viés de análise para não se incorrer no risco de deixar de lado importantes relações com cidades maiores, sobretudo, nos dias atuais, em que as cidades pequenas interagem com outros centros urbanos sob diferentes formas e dimensões.

Nesse sentido, a cidade é chamada a estruturar seu espaço de acordo com as demandas da população em um contexto mais amplo, já que seu ritmo não é dado apenas pelas especificidades locais, mas por um conjunto de municípios ou sedes urbanas destes, que efetivamente contribuem na condição de áreas dependentes e ao mesmo tempo essenciais ao crescimento do núcleo urbano de maior centralidade.

As atividades terciárias desenvolvidas em Nova Cruz são apontadas como principais responsáveis pela mobilidade de pessoas na cidade. Essa característica, especificamente local, abrange espaços urbanos menores na região, que por conta de um quadro bastante incipiente nesse setor, condiciona o deslocamento cada vez mais frequente para áreas economicamente mais dinâmicas.

Os agentes impulsionadores dessa realidade são o setor de bens e serviços, conjuntamente com investimentos oriundos do Estado, em consonância com as necessidades terciárias regionais, polarizando ainda mais as cidades que circundam seus limites territoriais. Os dados mostram os elementos formadores desse urbano nitidamente percebido em Nova Cruz, especialmente a partir da década de 90, que foi importante para desenvolver atividades indispensáveis à população. Os novos produtos, a melhoria na qualidade dos serviços e o surgimento de novos equipamentos urbanos são elementos de um processo ainda em curso.

Os serviços de maior importância estão representados principalmente pelas atividades bancárias e de educação de nível superior. Estes serviços contribuem diretamente para a concentração de pessoas no espaço urbano de Nova Cruz. Tais segmentos são estabelecidos devido à melhor infraestrutura e também por ela apresentar um setor comercial mais estruturado. Por isso, novos serviços vão sendo incorporados no espaço dessa cidade, tornando-se o centro mais dinâmico da região.

Na verdade, desencadeou-se um processo cuja transformação não é de grande proporção, mas o suficiente para causar impactos positivos na atualidade. Este fato vem confirmar as análises sobre as concepções já afirmadas em relação à concentração de funções urbanas em Nova Cruz – cidade que reforça seu papel como a mais influente, não só por conter maior densidade demográfica, mas também por possuir importantes atividades que atraem pessoas de cidades de porte menor.

Essa realidade tem originado o deslocamento de consumidores de outros lugares, carentes em serviços e de comércio incipiente em direção a essa importante cidade, de maior expressão em relação a centros urbanos dependentes, que se encontram em torno de sua área de influência, complexificando ainda mais as atividades necessárias para atender a essas demandas.

Cidades menores oferecem uma rede de serviços ainda insuficiente, apresentando uma estrutura em equipamentos urbanos que não oportuniza o acesso e o atendimento adequado aos seus cidadãos. A falta de serviços bancários, bem como a questão da saúde pública constitui-se como prioridade necessária à população. O comércio desenvolvido, em parte, consegue suprir as demandas nos pequenos mercados ou na feira livre municipal. Dado esse

fato, essas atividades se restringem a atender às necessidades mais simples e geralmente se dispersam pelo centro da cidade, onde reside a sociedade que possui nível de vida mais elevado dentre as demais áreas da cidade.

A população com moradia localizada em lugares com melhor infraestrutura urbana, com condições mais favoráveis à qualidade de vida, geralmente empregados municipais, estaduais ou possuidores de algum outro tipo de renda fixa, apresentam maior necessidade de busca por atividades não desenvolvidas em suas cidades. Já os habitantes das áreas periféricas desses centros urbanos, pelas próprias condições sociais a que são submetidos, tais como: falta de instrução, empregos, entre outras prioridades, consideram as atividades comerciais suficientes, uma vez que essas pessoas não dispõem de renda sequer para abastecer-se na cidade, quanto mais para ter que se deslocar até outra cidade. Dos serviços oferecidos utilizam os existentes, a não ser em casos mais extremos quando for preciso resolver situações emergentes buscando soluções em outra localidade.

Portanto, não é o fato de alguns não procurarem outra cidade que justifica sua permanência e conformismo, mas uma conjuntura social marcada por contrastes, resumida em grandes desigualdades de poder aquisitivo. São os moradores residentes em locais próximos ao centro da cidade os que detêm melhor condição financeira e, conseqüentemente, têm à sua disposição um ambiente com maior investimento econômico e social. Essa disparidade na sociedade em que indivíduos de uma mesma cidade possuem condições de vida diferentes, historicizadas no tempo e no espaço, são retratos de um modelo socioeconômico posto e desenvolvido pelo Estado.

A falta de trabalho, sem dúvida, tem sido o grande empecilho a frear o exercício da cidadania, afetando as opções de vida nessas cidades, seja pela escolaridade, seja pelo padrão de consumo, fundamental à sociedade, mas às vezes não alcançado por grande parte dos seus membros.

Entretanto, ao contrário do que se vê e se vive, esses problemas podem ser atenuados, desde que os poderes públicos elaborem propostas de ação democráticas, sensibilizando para o fato de que as comunidades são constituídas por cidadãos, e que todos, sem exceção, têm necessidades, direitos e deveres, e reforçando a possibilidade de uma postura ética e favorável ao exercício da cidadania.

A partir deste delineamento, entende-se que as cidades em análise devem ser compreendidas como produto da divisão territorial do trabalho e como expressão da dimensão histórica e material da sociedade. Assim, não se deve buscar uma análise neutra e

desvinculada da realidade, mas, sobretudo, uma leitura concreta, baseada na interpretação do empírico e nas contradições que figuram na produção do espaço.

Não obstante, não pode deixar de ser esclarecido que a situação econômica e sociocultural, as relações de dependência entre cidades menores e aquelas melhor estruturadas fazem parte de um quadro nacional. A região nordestina, com certeza, evidencia esta situação com maior clareza e pode-se vê-la retratada neste estudo sobre Nova Cruz e sua hegemonia econômica e cultural em relação a Montanhas e Lagoa d'Anta. É um exemplo concreto de uma realidade geográfica nordestina e nacional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Júlia Falivene. **Metrópoles**. Cidadania e qualidade de vida. São Paulo: Moderna, 1992.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- _____. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. Centro Regional de Administração Municipal. Recife: Imprensa Universitária, 1967.
- _____. **Geografia Econômica do Nordeste**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1977.
- ANDRADE, Rita de Cássia Gregório de. **A cidade de Coremas** – PB: Geografia histórica de uma cidade pequena. 2008. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das sessões de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumos: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação: Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.
- _____. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.
- AZEVEDO, Karla Izabela Brito Souza. **Entre a Anta e a Cruz**: história e memória da cidade de Nova Cruz. 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Univ. Fed. do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sociopolíticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara, MG. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2008.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia da população**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

_____. **Geografia Urbana**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BERNARDES, Júlia Adão. Mudança técnica e Espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BIENENSTEIN, Glauco. Shopping Center: o fenômeno e sua essência capitalista. In: **Geografia**. Ano 3, nº 6, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A forma da cidade. In:_____. **Espaço – tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. O consumo do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste**. Natal: UFRN, 1997.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 1966.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 41-53, jan./jun. 1999.

_____. **O espaço urbano**. 3. ed. Ática, 1995.

_____. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DUMOLARD, Pierre. Region y regionalizacion. Una aproximacion sistematica. In: MENDOZA, Josefina Gómez. **El pensamiento geográfico**. Madrid/Espanha: Alianza Editorial, 1982.

FAGUNDES, Gilberto. **Histórico das leis de criação dos municípios do Rio Grande Norte**. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1983.

FAISSOL, Speridião. **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. **O comércio tradicional e as transformações na cidade**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FRESCA, Tânia Maria. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do norte do Paraná. In: ENDLICH, Angela Maria & ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de Região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Buscando compreender as pequenas cidades. In: OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). **Cidades Brasileiras: Territorialidades, sustentabilidade e demanda social**. Manaus: UFAM, 2009.

GONCALVES, Francisco Edinardo. **Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar**. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

HANSEN, Niles M. Teoria dos polos de desenvolvimento em um contexto regional. In: FAISSOL, Speridião. **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

HARRIS, Chauncy & ULLMAN, Edward. A natureza das cidades. In: **Cidades**, v. 2, nº 3, p. 145-163, jan. 2005.

HARVEY, David. A compreensão do tempo – espaço e a condição pós-moderna. In: _____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico: Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

_____. _____. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. _____. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Censo Demográfico, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

LAUSUEN, J. R. A respeito de polos de crescimento. In: FAISSOL, Speridião. **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

LEFEBVRE, Henri. A forma urbana. In: _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). **Cidades Brasileiras: Territorialidades, sustentabilidade e demanda social**. Manaus: UFAM, 2009.

_____. Hábitos Rurais em Vidas Urbanas. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEBRA, Odete Carvalho de Lima (Org.). **O espaço no fim do século: A nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

MARTINS, Antonio Zarote. **El espacio interior de la ciudad**. Madrid: Editorial Sintesis, 1991.

MARX, Murillo. Rua. In: _____. **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MEDEIROS, Maria Suelly da Silva. **A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar**. 2005. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MORAIS, Marcus César Cavalcante de. **Terras Potiguares**. Natal: Dinâmica Editora, 1998.

MORANDI, Sônia. **“Espaço e técnica”**. São Paulo: CEETPS, 2001.

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, Angela Maria & ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

PAGANOTO, Faber. **Mobilidade e trabalho em Macaé/RJ, a “capital do petróleo”**. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: FAISSOL, Speridião. **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O Espaço Dividido**. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. Pequenas cidades. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da (Org.). **Pequenas Cidades**: uma abordagem geográfica. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

_____. Por uma concepção conceptual. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da (Org.). **Pequenas Cidades**: uma abordagem geográfica. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

_____. Uma leitura da socioeconomia das pequenas cidades do Rio Grande do Norte. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da (Org.). **Pequenas Cidades**: uma abordagem geográfica. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

SILVA, Pedro Marinho da. **Nova Cruz**: Retratos de uma história. Natal, [s.n.]: 1999.

SILVA, William Ribeiro da. **Para além das cidades**: centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá. 280 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, 2006.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas cidades: uma revisão do tema. In: OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). **Cidades Brasileiras**: Territorialidades, sustentabilidade e demanda social. Manaus: UFAM, 2009.

SOUZA, Nali de Jesus de. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. In: **Análise**, Porto Alegre, v. 16, nº 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**. Universidade Estadual Paulista/Unesp. São Paulo, 1991 v. 10.

_____. **Para Pensar as Pequenas e Médias Cidades Brasileiras**. Belém: UFPA, 2009.

VILLAÇA, Flávio. Direções de expansão. In: _____. **Espaço Intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

_____. Espaço intraurbano: esse desconhecido. In: _____. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a cidade pequena e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios de Pernambuco. Recife, 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed00f.html>>. Acesso em: 05/01/2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Pesquisa de campo

Questionário aplicado aos frequentadores do centro da cidade de Nova Cruz, RN

Local da enquete: _____ Data da enquete: _____

1. Sexo () Masculino () Feminino

2. Profissão: _____

3. Escolaridade: (1) sem instrução (2) fundamental incompleto (3) fundamental comp. (4) médio incompl. (5) médio compl. (6) superior incompl. (7) superior completo ou mais.

4. Idade: (1) até 19 anos (2) de 20 a 29 anos (3) de 30 a 39 anos (4) de 40 a 49 anos (5) de 50 a 59 anos (6) de 60 a 69 anos (7) de 70 ou mais.

5. Rendimentos: (1) de 1 a 3 salários mínimos (2) 3 a 5 (3) 6 a 10 (4) 11 a 15 (5) 16 a 20 (6) acima de 20.

6. Cidade de residência: (1) Nova Cruz: Bairro: _____
(2) Montanhas (3) Lagoa d' Anta (4) Santo Antônio (5) outra: Qual? _____

7. Quais motivos para freqüentar esta área: (1) lazer (2) compras (3) serviços (4) trabalho.

8. Quando necessita destes bens e serviços, este é o local prioritário? (1) sim (2) não.

9. Por que prefere adquirir bens e serviços nesta área? (1) infra-estrutura (2) localização (3) preços (4) variedade (5) outro _____

10. Frequência de procura desta área: (1) ao menos 1 vez por semana (2) ao menos 1 vez a cada duas semanas (3) várias vezes por semana (4) ao menos 1 vez por mês (5) sem periodicidade.

11. Meio de transporte: (1) automóvel (2) ônibus (3) moto (4) pedestre

12. Qual o tempo aproximado de permanência: (1) menor que 30 minutos (2) de 30 min. a 1 hora (3) de 1 a 2 horas (4) de 2 a 4 horas (5) acima de 4 horas.

13. O que considera necessário para melhorar esta área: _____

14. Considera fácil o acesso: (1) sim (2) não.

15. Gostaria de não freqüentar esta área: (1) sim (2) não.
Por quê? _____

APÊNDICE B

Pesquisa de campo

Questionário aplicado aos alunos que cursam graduação no Núcleo de Ensino Superior do Agreste (NESA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e no Núcleo Avançado de Educação Superior de Nova Cruz, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) da cidade de Nova Cruz, RN

Nome do aluno: _____

Idade: _____

Município em que reside: _____ UF _____

Instituição de nível superior: _____

Curso: _____

Período: _____

Turma: _____

APÊNDICE C

Pesquisa de campo

Questionário aplicado para identificar o número de estabelecimentos comerciais na rua Dr. Pedro Velho e na rua 15 de Novembro – centro – Nova Cruz, RN

Cidade: _____

Bairro: _____

Rua: _____ Nº _____

Tipo de comércio: _____

Atividades funcionais: _____

Nome do estabelecimento: _____

APÊNDICE D**Pesquisa de campo****Questionário aplicado à população de Montanhas e Lagoa d'Anta, RN**

1. Nome _____ Idade: _____

2. Sexo

() Masculino

() Feminino

3. Rua: _____

4. Bairro: _____

5. Cidade: _____

6. Onde o senhor(a) se abastece:

() Feira livre

() Supermercado

() Lojas

() Armazéns

7. Compra produtos:

() Naturais do município

() Industrializados

8. O comércio e os serviços em sua localidade atendem todas as necessidades?

() Sim

() Não

9. Precisa deslocar-se até a cidade de Nova Cruz para comprar produtos ou utilizar serviços que faltam em sua cidade?

() Sim () Não

10. Que tipo de comércio utiliza?

() Lojas

() Supermercados

() Feira

() Outros / Quais? _____

11. Que tipo de serviços utiliza?

() Educacionais

() De saúde

() Bancários

() Outros / Quais? _____

12. Frequenta outras cidades para fazer compras ou utilizar serviços que não encontra em sua cidade?

() Sim / Quais? _____ () Não

APÊNDICE E

Pesquisa de campo

Questionário aplicado aos feirantes vendedores da feira de Nova Cruz, RN

Nome: _____

1. Local de residência: () Zona urbana de Nova Cruz () Zona rural de Nova Cruz () Outro município /Qual?_____ () Outro estado / Qual?_____

2. Tempo de atuação na feira:_____

3. Produtos comercializados

() Carne () Peixes e crustáceos () Roupas () Calçados () Frutas, legumes e verduras () Outros / Quais?_____

4. Local de residência dos fregueses

() Nova Cruz () Montanhas () Lagoa d'Anta () Passa e Fica () Pedro Velho () Santo Antônio () Cuanguaretama () Jacaraú - PB () Logradouro - PB () Outros municípios / Quais?_____

5. Possui algum outro tipo de trabalho além da feira? () Sim / Qual?_____

() Não

6. Quanto paga de taxa para comercializar esses produtos na feira? _____

APÊNDICE F

Formulário da entrevista realizada com comerciantes, consumidores e feirantes sobre a feira da cidade de Nova Cruz/RN

Nome _____

Data de nascimento _____

Endereço:

Rua: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

1. Dono de estabelecimento comercial do bairro de São Sebastião

a) Como é o comércio da cidade nos dias sem feira? E nos dias de feira como é a movimentação no comércio?

2. Moradora e comerciante da rua Dr. Pedro Velho, no centro da cidade

a) Como era o comércio desta rua quando ainda funcionava a feira? E como ficou o comércio após a transferência da feira para rua Industrial José de Brito?

3. Consumidor

a) O Sr. (a) costuma frequentar a feira livre municipal? O que consome?

b) Frequenta mais a feira ou o supermercado?

4. Dono de banca da feira da cidade de Nova Cruz/RN

a) O Sr. (a) considera que a feira foi importante para o comércio do bairro de São Sebastião? E o mercado público trouxe melhorias para a feira?